

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Bárbara Hees Garré

**O DISPOSITIVO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MODOS DE
CONSTITUIR-SE SUJEITO NA REVISTA *VEJA***

Rio Grande, 2015.

Bárbara Hees Garré

**O DISPOSITIVO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MODOS DE
CONSTITUIR-SE SUJEITO NA REVISTA *VEJA***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito para à obtenção parcial do título de Doutora em Educação Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Paula Corrêa Henning.

Rio Grande, 2015.

G238d Garré, Bárbara Hees
O Dispositivo da Educação Ambiental: Modos de
Constituir-se Sujeito na Revista Veja / Bárbara Hees Garré. –
2015.
185 f.

Inclui anexos.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande –
Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental.

Orientadora: Dra. Paula Corrêa Henning.

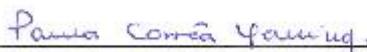
1. Educação Ambiental. 2. Michel Foucault. 3. Dispositivo.
4. Revista Veja. 5. Catastrofismo. 6. Crise Ambiental.
I. Henning, Paula Corrêa. II. Título.

CDU 504:37

BÁRBARA HEES GARRÉ

**“O DISPOSITIVO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MODOS DE
CONSTITUIR-SE SUJEITO NA REVISTA VEJA”**

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores.



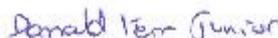
Dr^a. Paula Corrêa Henning
(Orientadora PPGEA/FURG)



Dr^a. Elisabeth Brandão Schmidt
(PPGEA/FURG)



Dr. Leandro Belinaso Guimarães
(IFSC)



Dr. Donald Hugh de Barros Kerr Junior
(IFSul)



Dr^a. Paula Regina Costa Ribeiro
(PPGEA/FURG)

Dedico esse trabalho aos meus três grandes amores, Vinicius, Augusto e Henrique, por darem todo o sentido a minha vida. E à minha orientadora, amiga e parceira de muitas empreitadas, Paula, por ter me auxiliado e desafiado aos estudos foucaultianos.

A função de um intelectual não é dizer aos outros o que eles devem fazer. Com que direito o faria? Lembrem-se de todas as profecias, promessas, injunções e programas, que os intelectuais puderam formular durante os dois últimos séculos, cujos efeitos agora se vêem. O trabalho de um intelectual não é moldar a vontade política dos outros; é, através das análises que faz nos campos que são os seus, o de interrogar novamente as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições e, a partir dessa nova problematização (na qual ele desempenha seu papel específico de intelectual), participar da formação de uma vontade política (na qual ele tem seu papel de cidadão a desempenhar) (FOUCAULT, 2006c, p. 249).

AGRADECIMENTOS

Dedicar-me-ei, neste momento, a escrever àquelas pessoas que, de algum modo, estiveram ao meu lado no decorrer destes quatro anos de estudo. Dedicção, imersão teórica, alegrias, tristezas, preocupações, angústias, realizações, conversas, viagens, uma série de movimentos e sentimentos vividos nesta travessia. Algumas pessoas estiveram muito próximas, participando e sendo fundamentais no meu dia a dia; outras estiveram um pouco mais distantes, mas, de algum modo, apoiaram-me. Então, posso dizer que, para a construção desse trabalho, muitas pessoas foram necessárias e, de uma forma muito peculiar, gostaria de dizer que cada um foi importante nesta etapa da minha vida. Certamente, hoje, chego até aqui muito diferente daquela que iniciou em março de 2011. Trilhei meu caminho, fiz minhas escolhas, assumindo os riscos e, dessa forma, fui me constituindo na profissional, mulher, mãe, irmã, amiga, filha, enfim – são muitas posições de sujeito – na pessoa que hoje sou.

Primeiramente, agradeço àquela pessoa que compôs comigo esse trabalho, certamente sem ela eu não chegaria até aqui, é a minha Orientadora e grande amiga, Professora Dra. Paula Corrêa Henning. Preciso dizer o quanto agradeço pelo trabalho atento, cuidadoso, dedicado, zeloso e impecável desta profissional, que admiro e tenho profundo respeito. Na verdade, é muito difícil descrever todos os sentimentos envolvidos e o quão grata sou pelo trabalho de orientação e pela amizade. Paula, nossa caminhada não começou há quatro anos, na verdade já faz um pouco mais de tempo. Estes últimos seis anos (Mestrado e Doutorado) foram muito potentes e fortalecedores dos laços que já havíamos constituído anteriormente. Tenho certeza de que aqui se conclui uma etapa, mas que, certamente, nosso vínculo de respeito, amizade, parceria e carinho é para a vida toda. Tenho muito orgulho de ter sido tua orientanda e por iniciar minha caminhada acadêmica ao teu lado. E, preciso registrar a nossa alta produtividade nestes quatro anos do doutorado! E, olha que não estou falando da produtividade teórica. Além de toda a nossa produção acadêmica, produzimos três lindos bebês neste tempo.

Então, realmente essa relação de orientação e de amizade ficará guardada nas nossas lembranças com muito carinho. Compartilhamos estudos, artigos, discussões teóricas, fomos a congressos, apresentamos trabalhos e, tivemos filhos, a melhor coisa do mundo, para nós, mães apaixonadas, que partilhamos essa bela experiência da maternidade! Então, minha orientadora e amiga, fica o registro de todo meu carinho, respeito, admiração, amizade e cumplicidade por ti. Certamente essa é mais uma etapa da nossa caminhada juntas. Agradeço

imensamente tudo que fizeste por mim, pelo meu trabalho, o quão foste presente, e acreditaste nas minhas possibilidades. Muito Obrigada!

Ao professor Dr. Leandro Belinaso Guimarães, agradeço pelas excelentes contribuições para este trabalho, principalmente no momento da qualificação, o que possibilitou olhar e deslocar meu pensamento para questões muito importantes. Agradeço, também, pelas indicações teóricas e pelo carinho que sempre retornou às minhas solicitações. Leandro, este trabalho tem muitos atravessamentos dos teus posicionamentos, sejam do parecer da qualificação, sejam dos estudos que realizei sobre teus escritos. Muito obrigada!

Ao professor Dr. Donald Hugh de Barros Kerr Junior, agradeço por aceitar com tanto carinho e disponibilidade fazer parte desta banca final de tese. Tenho certeza de que as considerações serão muito importantes. Goy, gostaria de registrar aqui meu respeito e admiração pelo profissional e pela pessoa amiga que és.

À professora Dra. Elisabeth Brandão Schmidt, agradeço por todos os incentivos desde meu ingresso no doutorado, pelas ótimas contribuições no momento de qualificação e pela relação de amizade e carinho que construímos. Beth, tenho muito respeito e admiração pela profissional e pessoa que és, agradeço-te carinhosamente por tudo.

À professora Dra. Paula Regina Costa Ribeiro, agradeço por fazer parte novamente de mais esta etapa tão importante de minha caminhada profissional. Agradeço a confiança e o olhar atento e cuidadoso em meu trabalho desde a qualificação. Paula, tenho muito carinho por ti, admiro muito o teu trabalho e o teu Grupo de Pesquisa.

Gostaria de fazer um agradecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, pela formação proporcionada no decorrer destes quatro anos.

Aos meus colegas do GEECAF e do Observatório da Educação, agradeço pelos momentos de discussão, pelas conversas informais, pelos desabafos com as dificuldades da pesquisa e pelos ótimos momentos de descontração. Posso dizer à Renata Schlee, Patrícia Giusti, Virgínia Tavares, Sérgio Pinho, Onorato Fagherazzi, Lavínia Schwantes e Camila Magalhães, que foram momentos importantes que vivenciamos juntos e, com certeza, contribuíram de algum modo na escrita deste trabalho.

Gostaria de fazer um agradecimento especial às bolsistas do Observatório da Educação, que contribuíram na coleta de dados da pesquisa, Leda Hees e Lorena Santos. Muito obrigada pela disponibilidade e pelo cuidado com que realizaram o trabalho.

Agradeço a uma pessoa que não me acompanhou de perto nestes quatro anos, mas que foi peça fundamental para que eu escolhesse o caminho da pesquisa, contribuindo deveras na minha formação inicial, que é a minha querida e eterna professora Yeda Porto. Com certeza,

muito do que hoje sou é resultado dos desafios lançados por ti e por teres confiado no meu trabalho. Professora exigente, dedicada e que me desafiou a buscar algo a mais. Agradeço-te por teres apostado naquela jovem e insegura aluna do curso de Pedagogia.

Às minhas colegas de trabalho e amigas do IFSUL Vera, Camila, Luçaires e Lúcia, por terem me dado todo o suporte necessário nas minhas ausências, pela amizade e pelo carinho.

Ao meu chefe, professor Collares, por me apoiar sempre que necessário, entendendo os meus afastamentos e auxiliando no que eu precisasse. Foste um verdadeiro amigo. Muito obrigada!

À minha grande amiga, que tem um lugar especial na minha vida. Denise, faço um agradecimento especial, pela amizade, carinho, respeito confiança e pelas horas de conversa. Agradeço-te, novamente, por estares participando dessa etapa tão importante da minha vida e por tudo que já fizeste por mim, pela amizade verdadeira e sincera. Teu incentivo e apoio foram fundamentais para que eu continuasse sempre lutando com todas as minhas forças, mesmo quando eu achava que já não as tinha mais. Não tenho palavras que te agradeçam e expressem os meus sentimentos.

Agradeço, com muito carinho, respeito e amor aos meus pais, por sempre confiarem em mim e demonstrarem orgulho pelas minhas vitórias e apoio nos momentos difíceis. Vocês são pessoas muito importantes na minha vida! Agradeço por todo o incentivo e por entenderem minha ausência neste período. Amo vocês!

Aos meus irmãos Carmem Vera e Netinho, pela amizade e carinho nestes anos, compartilhando momentos difíceis e alegres, sabendo que sempre poderemos contar um com o outro. Amo vocês!

À minha sobrinha, irmã e amiga, que eu amo tanto e que é muito importante na minha vida, Leda. Agradeço simplesmente por existires e por termos essa relação de tanta cumplicidade. És uma pessoa extremamente importante e compartilhaste muitos momentos difíceis neste percurso, nos quais me apoiaste, fostes amiga e irmã. Muito obrigada por tudo!

Agradeço aos meus sobrinhos e afilhados, jovens, adolescentes e crianças que tornaram esse momento bem mais leve e descontraído. É muito bom estar com vocês, Fernanda, Bebeto, Otávio e Pedro.

À minha tia Vera, agradeço pelo apoio e incentivo em todo meu processo de formação.

Ao meu sogro Mário, agradeço pela amizade e por ser alguém com quem sei que posso sempre contar. Agradeço por toda a ajuda e suporte durante este percurso, estando sempre disponível para ajudar os netos com carinho e dedicação.

À Rosa não tenho palavras para agradecer com os cuidados dispensados ao Augusto e ao Henrique. Não há o que possa retribuir o cuidado, o carinho e a atenção dispensados aos meus filhos. Agradeço a tua amizade e carinho durante estes anos. Certamente sem teu apoio não sei como teria chegado até aqui.

E, para finalizar, agradeço as três pessoas mais importantes da minha vida e por quem todos os sacrifícios valem a pena sempre, meu marido Vinicius e meus filhos Augusto e Henrique. Ao meu marido agradeço pela nossa relação de amor, confiança, amizade, admiração e respeito. Agradeço pelas pessoas que estamos nos tornando juntos e pela família que construímos. Agradeço pelo incentivo e por ser meu porto seguro nos momentos de fraqueza e angústia. E, é claro, por todos os momentos felizes que vivemos! Certamente, vencer esta etapa, dependeu muito da tua participação, apoio, incentivo e carinho em todos os momentos. Aos meus filhos, alegrias de todos os dias, que muitas vezes me tiravam o foco e a concentração, mas esse desvio era fundamental para me encher de energia e me renovar! Agradeço ao Guto e ao Henrique por serem estes guris amigos, queridos, afetuosos, que tornam a minha vida tão movimentada, mas com todo o sentido. Por vocês eu faço tudo! Com vocês eu aprendo, a cada dia, e sou desafiada constantemente. Só tenho que agradecer aos três “guris” da minha vida, por enchê-la de sentido, amor e felicidade. Nosso amor é que nos fortalece para enfrentar todos os obstáculos. Como diz o Guto: “Amo vocês infinitamente vezes infinitamente!”

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma tese de doutorado, produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande/FURG, na linha de pesquisa de Fundamentos da Educação Ambiental. O objetivo desta pesquisa é analisar de que modo a revista *Veja* coloca em funcionamento e potencializa o dispositivo da Educação Ambiental no século XXI. Para realizar tal análise tomou-se como suporte os estudos de Michel Foucault e fez-se algumas aproximações com Gilles Deleuze. O trabalho analisa as reportagens de capa da revista *Veja* no período compreendido entre 2001 e 2012. Tal recorte se situa neste período porque, durante a coleta dos dados, percebeu-se que houve uma modificação no modo de abordar a questão ambiental na virada do século. Desse modo, o estudo situa-se em evidenciar uma determinada constituição discursiva de Educação Ambiental (EA) na revista. Entende-se que um dispositivo é composto por uma rede de elementos heterogêneos, e, sendo assim, a revista é uma das estratégias que opera com algumas enunciabilidades e visibilidades. Assim, trabalha-se com elementos importantes na constituição do dispositivo da EA. Analisa-se a constituição de enunciados e discursos que se atrelam e dão sustentação ao dispositivo – o enunciado catastrófico do Planeta Terra, por exemplo, o enunciado do antropocentrismo, o discurso de Crise Ambiental e o discurso da Ciência. Trabalha-se com a urgência histórica, mostrando em que residem algumas das condições de aparecimento da Educação Ambiental no século XX. Mapeia-se algumas leis importantes no campo da EA e que normatizam os modos de vida. Opera-se com o enunciável e o visível do dispositivo a partir das reportagens de *Veja*. Tais discussões encaminham-se no sentido de responder às questões da pesquisa e de sustentar que a Educação Ambiental vem sendo fabricada como um dispositivo na atualidade. O caminho metodológico da pesquisa opera com algumas ferramentas foucaultianas da análise do discurso. A tentativa do trabalho é olhar com desconfiança, hesitar e duvidar das verdades produzidas e proliferadas no material empírico. Talvez tal inquietude seja pela hegemonia que os discursos ambientalistas têm assumido nos últimos anos. Entende-se que estes ditos se pautam em emblemas muito caros aos pesquisadores da EA. Assim, o movimento desta tese é o de colocar-se a pensar de que modo a EA foi se conjecturando e funcionando como um dispositivo potente neste século. Neste sentido, trabalha-se com a formação do enunciado Catastrófico do Planeta Terra, potencializado na revista *Veja* no século XXI, evidencia-se que o catastrofismo não é uma novidade quando se trata do campo ambiental. Entretanto, na revista ele foi retomado e atualizado e sua atualização reside em indicar os modos corretos com que os sujeitos devem agir e se comportar diante da problemática ambiental. Tal enunciado, porém, não funciona sozinho, ele se atrela a outros enunciados e participa ativamente na construção de discursos. Desse modo, investe-se num estudo sobre a constituição de um discurso de Crise Ambiental e do quanto este se fabrica a partir de enunciados, apoiado em discursos e legitimado com o auxílio de saberes, como o da Estatística. Não basta dizer que se vive uma crise, é preciso mostrar! Para isso, se tem a ciência, os números e as probabilidades. São discursos e enunciados que se combinam para fazer ver e falar sobre o dispositivo da EA, apoiado e sustentado fortemente no dispositivo da sustentabilidade. Nesta trama discursiva há uma subjetivação dos sujeitos, ensinando-os determinadas práticas e atitudes necessárias, pois é necessário que consumam determinados produtos, adquiram determinados hábitos, preocupem-se com ações sustentáveis para viver no Planeta, etc. Assim, o trabalho procura mapear esta rede de elementos que compõe o dispositivo, evidenciando o quão estão interligados.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Michel Foucault; dispositivo; revista *Veja*; catastrofismo; Crise Ambiental.

ABSTRACT

The present study is a doctoral thesis produced in the Environmental Education Graduate Program of the Federal University of Rio Grande / FURG in the Fundamentals of Environmental Education research line. The objective of this research is to analyze how *Veja* magazine has been establishing and enhancing the Environmental Education device during the 21st century. We employed the studies of Michel Foucault, and using some approaches of Gilles Deleuze to develop such analyses. Cover stories of *Veja* magazine in the period between 2001 and 2012 are analyzed. This specific period was chosen because during data collection, we noticed that there was a change in the way of addressing environmental issues by the turn of the century. Therefore, the study is aimed in evidencing a certain discursive shape of Environmental Education (EE) in the magazine. It is understood that a device is composed by a network of heterogeneous elements and, therefore, the magazine is one of the strategies that work with some enunciabilities and visibilities. So we work with important elements in the constitution of the Environmental Education's device. We analyze the constitution of enunciations and discourses that are linked and sustain this device - the catastrophic enunciation of Planet Earth, for example; the enunciation of anthropocentrism; the discourse of Environmental Crisis and the discourse of Science. We work with historical urgency, showing some of the conditions that made EE appear in the 20th century. Some important rules of the EE field that regulate the way we live are mapped. We operate with what is enunciable and visible in the device based on *Veja* magazine reports. Such discussions aim answering the research questions and to sustain that environmental education has been manufactured nowadays as a device. The methodological approach of the research operates some Foucault tools of discourse analysis. The work is an attempt to look with suspicion, hesitation and to doubt the truths produced and proliferated in the empirical material. Perhaps such concern happens because of the hegemony that environmental discourses have taken in recent years. It is understood that these sayings are guided by signs that are very dear to environmental education researchers. Thus the movement of this thesis is to think how environmental education has been getting formed as a strong device in this century. In this sense, we work with the construction of the enunciation Catastrophic Planet Earth, intensified by *Veja* magazine in the 21st century; it is clear that catastrophism is nothing new when it comes to the environmental field. However, in this magazine it was taken and updated, and its upgrade happens by indicating the correct way that people should act and behave in the face of environmental issues. This enunciation, however, does not work alone; it is linked to other enunciations and participates actively in the construction of discourses. In this manner, we invest in studying the establishment of a discourse of Environmental Crisis and how much it is created based on enunciations, supported by discourses and legitimized with the aid of knowledge, such as statistics. It is not enough to tell that one lives a crisis, it must be shown! For this, we have sciences, numbers and probabilities. They are discourses and enunciations put together in order to make visible the environmental education device, which is based on and strongly supported by the sustainability device. In this discourse scheme there is a subjectification of the individuals, by teaching them certain practices and necessary attitudes, because it is necessary to consume certain products, to acquire certain habits, to be concerned about sustainable actions to live on the planet, etc. Thus, this work seeks to map this network of elements that make up the device, showing how much they are interconnected.

Keywords: Environmental Education; Michel Foucault; device; *Veja* magazine; catastrophism; Environmental Crisis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CA – Crise Ambiental

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EA – Educação Ambiental

ECO 92 – Conferência sobre o Meio Ambiente realizada em 1992 no Rio de Janeiro

FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

GEECAF – Grupo de Estudos em Educação, Cultura, Ambiente e Foucault

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ONGs – Organizações não governamentais

PCN'S – Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

APRESENTANDO A PESQUISA	15
1 TRAVESSIAS DA PESQUISA: AS TRILHAS DESCONTÍNUAS DA INVESTIGAÇÃO	19
2 PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA, CONCEITOS, AUTORES, ATRAVESSAMENTOS E RUPTURAS QUE TRILHAM O CAMINHO DA PESQUISA	29
2.1 Considerações sobre Educação Ambiental, Pedagogia Cultural e Dispositivo: mapeando algumas ferramentas teórico-metodológicas	30
2.2 Caminhos da Pesquisa: mapeando algumas ferramentas metodológicas da Análise do Discurso	45
3 O ENUNCIADO CATASTRÓFICO DO PLANETA TERRA: MODOS DE CONSTITUIR O DISCURSO DE CRISE AMBIENTAL NA ATUALIDADE	55
3.1 Uma condição de possibilidade para emergência da EA: o catastrofismo	59
3.2 A atualização do catastrofismo na EA contemporânea	61
3.3 O Medo: uma ferramenta potente do enunciado Catastrófico do Planeta Terra	67
4 A FABRICAÇÃO DO DISCURSO DE CRISE AMBIENTAL NA REVISTA VEJA: DE CIÊNCIA, ESTATÍSTICA E ANTROPOCENTRISMO	72
4.1 A Constituição do discurso de Crise Ambiental na revista <i>Veja</i>	75
4.2 O discurso de Crise Ambiental apoiado no enunciado do Antropocentrismo e no discurso Científico	79
4.3 O discurso de Crise Ambiental sustentado pelo saber da Estatística	84
5 A FABRICAÇÃO DO DISPOSITIVO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM CONJUNTO HETEROGÊNEO NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO	94
5.1 Conceituando Dispositivo: mapeando pistas do dispositivo da EA	96
5.2 Articulando contornos do dispositivo: Urgência Histórica da EA	105

5.3 Normalizando um certo modo de vida: aportes legais que auxiliam na fabricação do dispositivo da EA	111
5.4 Mapeando as Curvas de Visibilidade e as Curvas de Enunciabilidade do Dispositivo da Educação Ambiental na revista <i>Veja</i>	119
6 AMARRANDO OS ACHADOS DA PESQUISA: A TENTATIVA DO PONTO FINAL	128
7 REFERÊNCIAS	134
ANEXOS	143
ANEXO I – capa e síntese da reportagem “A vingança da Natureza”	144
ANEXO II – capa e síntese da reportagem “O Planeta pede Socorro”	147
ANEXO III – capa e síntese da reportagem “Amazônia à venda”	150
ANEXO IV – capa e síntese da reportagem “A terra no limite”	153
ANEXO V – capa e síntese da reportagem “Os Sinais do Apocalipse”	156
ANEXO VI – capa e síntese da reportagem “Alerta Global”	159
ANEXO VII – capa e síntese da reportagem “O Alerta dos Pólos”	162
ANEXO VIII – capa e síntese da reportagem “A Segunda Terra”	165
ANEXO IX – capa e síntese da reportagem “Salvar a Terra”	168
ANEXO X – capa e síntese da reportagem “Especial Amazônia”	171
ANEXO XI – capa e síntese da reportagem “O Fim do Mundo”	174
ANEXO XII – capa e síntese da reportagem “Estamos devorando o Planeta”	177
ANEXO XIII – capa e síntese da reportagem “Por que chove tanto?”	180
ANEXO XIV – capa e síntese da reportagem “Rio+20 – verdades inconvenientes”	183

APRESENTANDO A PESQUISA

APRESENTANDO A PESQUISA

A tese de doutoramento em questão tem como propósito analisar a fabricação e a potencialização do dispositivo da Educação Ambiental na revista *Veja*, no período compreendido entre 2001 e 2012. Para tanto, busquei compreender as tramas discursivas que se constituem em torno da questão ambiental, a partir das reportagens de capa¹ da revista. Defendo, neste trabalho, a hipótese de que a EA² se fabrica como um dispositivo potente na atualidade, a partir de um conjunto de elementos que se engendram para sua composição.

Importante destacar que o conceito de dispositivo operacionalizado nesta tese é tomado emprestado do filósofo francês Michel Foucault. Desse modo, entendo o dispositivo como uma rede discursiva múltipla e complexa que se fabrica a partir de diferentes elementos. Tal rede engloba tanto o discursivo quanto o não discursivo.

Na intenção de responder ao meu problema de pesquisa – **De que modo a revista *Veja* coloca em funcionamento e potencializa o dispositivo da Educação Ambiental no século XXI?** – mapeei o estudo a partir de três questões, são elas: Quais os enunciados e os discursos que se articulam uns aos outros e constituem o dispositivo da EA na revista *Veja*? Como a EA responde a uma Urgência Histórica? Como o enunciável e o visível se engendram e dão sentido ao dispositivo da EA na revista *Veja*?

Assim, a escrita da tese está organizada em capítulos, com os quais pretendo dar conta de apresentar os movimentos do processo de pesquisa, bem como responder a questões destacadas anteriormente. Dessa maneira, nas próximas páginas sistematizarei as análises e discussões desta investigação.

No primeiro capítulo, “Travessias da Pesquisa: as trilhas descontínuas da investigação” faço uma retomada da caminhada da pesquisa, contando os motivos que me levaram a escolher a Educação Ambiental e a revista *Veja* para compor meu objeto de tese. Contextualizo, de modo geral, o problema de pesquisa e apresento as escolhas que foram realizadas neste percurso. Destaco a escolha do *corpus* empírico e dos autores que me acompanharam nesta empreitada.

No segundo capítulo, “Perspectiva Teórico-Metodológica, Conceitos, Autores, Atravessamentos e Rupturas que trilham o Caminho da Pesquisa”, dedico-me a mapear conceitos importantes que deram subsídios à tese, tais como: Educação Ambiental, Pedagogia

¹ As reportagens de capa da revista foram acessadas no acervo da *Veja* on line. Algumas se encontravam disponíveis para download e outras não. Desse modo, organizei o anexo I que compreende: os resumos que elaborei de cada uma das reportagens e todas as capas impressas.

² A abreviação EA será utilizada no decorrer da tese e se refere a expressão Educação Ambiental.

Cultural, Dispositivo, entre outros. Nesse capítulo, trato, também, das questões metodológicas, apresentando a forma como operacionalizei os dados coletados. Destaco, ainda, que me aproximei da perspectiva foucaultiana de análise do discurso e, deste modo, entendo que não haja uma separação entre teoria e método. Trabalhei com algumas ferramentas analíticas, as quais foram me auxiliando na construção da tese.

Para o terceiro capítulo, “O enunciado Catastrófico do Planeta Terra: modos de constituir o discurso de Crise Ambiental na atualidade”, apresento a forma pela qual se constitui, midiaticamente, o enunciado em questão. Trabalho com a possibilidade de atualização discursiva deste, tentando evidenciar em que reside tal atualidade no material empírico. Analiso, ainda, algumas enunciações que dão visibilidade e enunciabilidade aos ditos de periculosidade e terror quanto à vida do Planeta. Para tanto, busco discorrer sobre o medo líquido, proposto por Bauman (2008, 2009) e sua articulação com o medo vivenciado por todos nós através da forma como a revista *Veja* apresenta a Crise Ambiental.

Já no quarto capítulo, “A fabricação do Discurso de Crise Ambiental na revista *Veja*: de Ciência, Estatística e Antropocentrismo”, discuto sobre a proliferação discursiva operacionalizada na revista *Veja*, refletindo quanto à problemática ambiental que acomete o século XXI. Dedico-me a apresentar o modo como vai sendo produzido um discurso de Crise Ambiental na revista, a partir de dois enunciados muito potentes: o enunciado Catastrófico do Planeta Terra e o enunciado do Antropocentrismo. Mostro, também, que o discurso de CA³ se sustenta em outro discurso, o Científico e num saber específico, que é o da Estatística. Esse capítulo evidencia os engendramentos de tais enunciados, discursos e saberes na constituição do discurso de Crise Ambiental, que se fabrica na revista *Veja*.

No quinto capítulo, “A fabricação do dispositivo da Educação Ambiental: um conjunto heterogêneo na constituição do sujeito contemporâneo”, argumento, primeiramente, sobre o conceito de dispositivo buscando as evidências para compreender que a EA se fabrica enquanto um dispositivo na atualidade. Trabalho com a urgência histórica da EA, procurando compreender algumas condições de possibilidade que tornaram possível o seu aparecimento no século XX. Analiso alguns documentos legais que normalizam determinados modos de vida, conduzindo e regulando as ações dos sujeitos frente à questão ambiental. Discuto sobre a enunciabilidade e a visibilidade do dispositivo da EA, que se produz na revista *Veja* e que nos ensina a ver e a falar sobre o ambiental na atualidade e, dessa maneira, vai subjetivando,

³ A expressão CA será utilizada no decorrer da tese e se refere a expressão Crise Ambiental.

cada vez mais, os sujeitos nas malhas do dispositivo. Em suma, nesta subseção trabalho com alguns elementos fundamentais na composição do dispositivo da EA.

E, finalmente, chego às considerações finais do trabalho, quando me dedico a retomar os objetivos da pesquisa e a articular os pontos importantes que unem os capítulos descritos. Aqui, busco um ponto final nesta travessia, o que foi muito difícil, entretanto, pois este é um percurso que se encerra e, ao mesmo tempo, abre novas possibilidades para continuar a olhar e a pensar para o campo da Educação Ambiental.

Há muito tempo se sabe que o papel da filosofia não é descobrir o que está escondido, mas sim tornar visível o que está precisamente visível – ou seja, fazer aparecer o que está tão próximo, tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que, em função disso, não o percebemos. Enquanto o papel da ciência é fazer conhecer aquilo que não vemos, o papel da filosofia é fazer ver aquilo que vemos. Desse ponto de vista, a tarefa da filosofia atualmente bem poderia ser: quais são as relações de poder às quais estamos presos e nas quais a própria filosofia, pelo menos há 150 anos, está paralisada? (FOUCAULT, 2006, p. 44).

Este é o movimento pretendido no trabalho de tese que segue nas próximas páginas, dando visibilidade às tramas discursivas do dispositivo da Educação Ambiental. É uma pretensão muito modesta a minha de analisar o que está no nível das visibilidades e das enunciabilidades, que se engendram nas malhas desse dispositivo. Este que, de certo modo, também, nos produz e nos fabrica cotidianamente. Passemos a elas!

**TRAVESSIAS DA PESQUISA: AS TRILHAS DESCONTÍNUAS DA
INVESTIGAÇÃO**

1. TRAVESSIAS DA PESQUISA: AS TRILHAS DESCONTÍNUAS DA INVESTIGAÇÃO

[...] O perigo, em suma, é que em lugar de dar fundamento ao que já existe, em lugar de reforçar com traços cheios linhas esboçadas, em lugar de nos tranquilizarmos com esse retorno e essa confirmação final, em lugar de completar esse círculo feliz que anuncia, finalmente, após mil ardis e igual número de incertezas, que tudo se salvou, sejamos obrigados a continuar fora das paisagens familiares, longe das garantias a que estamos habituados, em um terreno ainda não esquadrinhado e na direção de um final que não é fácil prever (FOUCAULT, 2002a, p. 44).

Escolhi começar a falar sobre o trabalho de tese a partir da citação acima, pois ela diz muito do processo que vivenciei durante o caminho da pesquisa. Michel Foucault, filósofo francês do século XX, foi o intercessor dos meus estudos, e não poderia escolher outro autor para expressar os sentimentos que me acompanharam e me acompanham até aqui. Elegi um campo de estudos, a Educação Ambiental, que muitas vezes me cobrou respostas e certezas que eu não tinha e não tenho. O que sei é do percurso que trilhei até aqui. O que sei são pistas! E são provisórias! E, certamente, não são a salvação, mas são possibilidades para se pensar e olhar a Educação Ambiental de outro modo, a partir de outros referenciais, diferentes daqueles com os quais este campo já está deveras habituado. O final, como diz Foucault, não tem como prever, não sabemos como chegaremos até ele, é uma surpresa, se é que ele existe. Então, aqui contarei de que maneira fui compondo, traçando, duvidando e, algumas vezes, rachando com o que encontrava no material empírico. Contarei de que forma a pesquisa foi se fabricando de curvas, de linhas, de tensões e de rupturas.

A tese foi sendo composta, reconstruída, redirecionada durante o percurso da pesquisa. Nada como mexer e remexer nos dados empíricos. Olhá-los, retomá-los, revirá-los. A cada nova leitura atenta vejo outras possibilidades e tenho outras inquietações. Olhar o material empírico foi um processo que me acompanhou do começo ao final da pesquisa. E, não bastou olhar o meu *corpus* empírico, precisei olhar e entender o contexto no qual esse *corpus* se produziu. Mas, sobre isso falarei de modo mais enfático no capítulo 2, que trata da questão metodológica. Então, foi olhando e remexendo nos dados da pesquisa que fui traçando as linhas, as curvas, os desvios, enfim, as travessias da pesquisa.

O objetivo de tese foi analisar de que modo a revista *Veja* coloca em funcionamento e potencializa o dispositivo da Educação Ambiental no século XXI. Este objetivo não estava construído desde o começo da pesquisa. Foram muitas etapas e muitas retomadas. O processo de qualificação me auxiliou deveras quanto ao recorte do *corpus* analítico, possibilitando-me olhar para as questões emblemáticas do trabalho. Na análise do *corpus* empírico, fui montando as peças, fazendo os encaixes e, então, nessa trama discursiva que se engendra em

torno da questão ambiental, posso afirmar que temos um dispositivo da EA sendo fabricado. Esse dispositivo não se fabrica apenas nos ditos da revista, mas ela é apenas uma das formas de potencializá-lo, tornando-o visível e enunciável na atualidade. Porém, outros elementos o auxiliam e atualizam, como trabalharei no capítulo 5.

Já acompanhava o campo da Educação Ambiental há algum tempo, desde o ano de 2009, em pesquisas e grupos de estudos que participei como pesquisadora voluntária⁴. Com o passar dos anos e a inserção nas investigações, fui, cada vez mais, conhecendo e me interessando por esse campo de saber. Outro dos meus interesses se constituía nos estudos da mídia. Via no meio uma potente estratégia de alcance rápido de divulgação e propagação de informações e isso me inquietava muito. Além disso, comecei a me interessar pelo modo pelo qual a mídia nos ensinava determinadas práticas, entendidas com “corretas” ambientalmente. Assim, passei a me dedicar a tais estudos.

As discussões e debates proporcionados nos encontros do GEECAF (Grupo de Estudos em Educação, Cultura, Ambiente e Foucault) eram instigantes e provocativos. Os estudos, principalmente sobre o referencial de Michel Foucault, foram fundamentais na construção de meu Projeto de pesquisa, bem como para o desdobramento das análises do trabalho em todo o seu percurso. Ao pensar no Projeto de tese, já estava capturada e imersa no campo da EA, já realizava pesquisas e me interessava muito pelo estudo. Então, a escolha foi pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande/FURG. E, como fazer o recorte? Minha escolha certamente seria a mídia. Foi, então, que debrucei minhas forças em uma mídia forte, potente, de alcance significativo no cenário brasileiro, a revista *Veja*. Isso porque, como diz Nietzsche, “Primeiro: eu ataco coisas que são vitoriosas – caso for necessário eu espero até que elas sejam vitoriosas” (2003, p. 38). Desse modo, escolhi guerrear com uma mídia vitoriosa! Há dúvidas de que a revista *Veja* constituiu-se como uma mídia potente e vitoriosa na atualidade?

A primeira edição da revista,⁵ em 11 de setembro de 1968, teve a tiragem de 695.000 exemplares, distribuídos em todos os estados. Esse número foi reduzido logo em seguida, ficando em torno dos 500.000 exemplares. Porém, a tiragem semanal da revista, hoje, gira em

⁴ Projeto de Pesquisa “Discursos da Educação na atualidade: epistemologias, ciências e produção de saberes” (FAPERGS, 2008-2010); Projeto de Pesquisa “Educação Ambiental e Mídias: problematizando discursos contemporâneos” (CNPQ, 2010-2012 e CNPq, 2012-2014); Projeto de Pesquisa “Ensino de Ciências e Formação Docente: Provocações à ação docente em tempos contemporâneos” (CAPES/INEP, 2010-2014). Todos esses projetos foram/são vinculados a Linha de Pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental e coordenados pela Profa. Dra. Paula Henning.

⁵ As informações relatadas foram informadas pela responsável pela redação da revista *Veja*, Luciana Trafani, através de e-mail.

torno de 1.200.000 exemplares. Atualmente, as plataformas da *Veja*, somadas, totalizam uma audiência de 12 milhões de pessoas. A revista disponibiliza: a versão impressa, a versão para *tablet*, para *iPhone*, portal VEJA.com, aplicativo para *smartphone* VEJA notícias, *twitter* (@veja).

A revista *Veja* é uma publicação da Editora Abril, a maior editora da América Latina, que, atualmente é a revista de maior circulação no Brasil, fundada por Victor Civita, em 1968. Antes do lançamento da revista, “VEJA E LEIA” já era um título, que pertencia à Editora Abril com todos os direitos registrados. Entretanto, tinha-se o receio de que tal título fosse dar impressão de que se tratava de mais uma revista semanal ilustrada, como era tradição no mercado editorial brasileiro, a exemplo das revistas Fon Fon, O Cruzeiro, Fatos & Fotos, Manchete entre outras. Porém, seu fundador e, então presidente, gostou do nome e ponderou que, no Brasil, as pessoas usavam muito a expressão: "Veja só...; Veja, se fizermos dessa forma". Com isso, o título ganhou força e já na primeira edição, em setembro de 1968, a revista foi editada como “VEJA e LEIA” Com o tempo, a expressão “E LEIA” desapareceu. Ficou apenas “VEJA”, nome que identifica, hoje, a maior revista brasileira e uma das maiores magazines de informação do mundo.

O perfil de público da *Veja* é caracterizado do seguinte modo: 53% são mulheres, sendo que a classe B é a que mais lê a revista, totalizando 50%, logo após vem a classe C, com 26%; quanto à faixa etária, os leitores estão divididos entre a faixa compreendida dos 25 aos 34 anos, totalizando 24%, dos 35 aos 44 anos com 20% e com mais de 50 anos que somam 26%.

O modelo de revista semanal de informação foi inspirado na revista americana *Time*, criada em 1922 por Henry Luce. Foi a primeira no gênero lançada no Brasil, onde imperavam, no mercado editorial, as revistas semanais ilustradas, com grandes fotos e textos curtos. A revista *Veja*, atualmente, é a segunda maior revista semanal de informação do mundo, sendo superada apenas pela americana *Time*.

Em sua primeira edição, já propunha: “Veja quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros” (VEJA, 1968, p. 20). Com assuntos dos mais variados, desde questões políticas, culturais e econômicas – seu principal foco – passando por temas como ciência, ecologia e religião, a revista foi se consolidando nacionalmente e, presentemente, é um importante veículo de comunicação brasileiro. Talvez, possa-se dizer que ela é a mais forte no segmento de revistas por assinatura.

Segundo a jornalista Marília Scalzo (2011), a revista é um artefato que mantém uma relação com seu leitor. Muito mais do que informar, elas “cobrem funções culturais mais

complexas que a simples transmissão de notícias. Entretanto, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura” (p. 13). Como pensar na relação da *Veja* com seu leitor, então? Nesse viés, a revista se torna um artefato cultural produtivo e educativo, participando e se relacionando com seu público e estabelecendo com ele um contato muito íntimo e privado. De certa forma, é possível dizer que a revista e, em especial a revista *Veja*, participa efetivamente da vida de seus leitores, ensinando, informando e intervindo nas suas formas de pensar, agir e refletir. Isto se torna visível na missão da revista, explicitada pelo seu editor:

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.

A revista, entendida como importante estratégia de gerenciamento da vida dos cidadãos, nos agencia cotidianamente, nos incita a ver, a entender e a participar de muitas questões, inclusive as questões relacionadas ao ambiental, enfoque deste trabalho. Como não pensar na revista e, em especial, na *Veja* como uma potente ferramenta de produção de verdades⁶? E, retomando a provocação nietzschiana, como não pensar a revista *Veja* como uma causa vitoriosa ou como um veículo de comunicação potente e forte na atualidade? Afinal, uma revista que circula amplamente no território brasileiro, pelo meio impresso e digital tem sua potência!

É vital salientar que a investigação se situou na análise das reportagens de capa da revista *Veja*, compreendidas entre o período de 2001 até 2012. Foram 14 reportagens dedicadas a tratar da temática ambiental. Embora a revista não nomeie, especificamente, suas reportagens como “Educação Ambiental”, mas utilize expressões como “A Vingança da Natureza”, “Alerta Global” e “O Fim do Mundo”, entre outras, entendo que se tratam de uma forma específica de ensinar e de educar os sujeitos quanto às maneiras corretas de agir e de se comportar frente ao meio ambiente. Assumo tal entendimento, por compreender que a revista

⁶ Neste trabalho, a verdade é entendida como uma construção, uma fabricação. Os ditos que entram na ordem do verdadeiro referem-se aos regimes de verdade produzidos a partir de um saber legitimado pelo campo científico. Nesse sentido, algumas vozes têm o direito de enunciar a verdade e de fazê-la proliferar. (FOUCAULT, 2009). Nessa correnteza, a verdade proliferada na revista *Veja* não é a verdade que Foucault retoma nos seus últimos escritos, quando foca seus estudos nos gregos, que seria a verdade do parresiasta. O dizer verdadeiro na Grécia antiga, referia-se “a coragem da verdade naquele que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa, mas é também a coragem do interlocutor que aceita receber como verdadeira a verdade ferina que houve” (FOUCAULT, 2011, p. 13). A produção e a proliferação de verdades na revista *Veja* insere-se no âmbito da retórica, ou seja, como arte ou como técnica que coloca em jogo a condução das condutas dos indivíduos, o próprio jogo de convencimentos que se estabelece.

se constitua como uma Pedagogia Cultural, que indica modos de fazer, de se comportar, de consumir e de desejar, produzindo e gerenciando a vida das pessoas.

Assim, a revista, tem se constituído enquanto referência e espaço privilegiado de circulação de novas aprendizagens. Não apenas exhibe determinados gestos e informa acontecimentos, mas cria um novo jeito, uma nova e específica maneira de viver e experimentar o contemporâneo, produzindo e subjetivando os sujeitos, aqui em especial o sujeito *ecologicamente correto*⁷. A *Veja*, entendida como Pedagogia Cultural, se constitui em lugar de aprendizagem para além dos muros escolares, na qual os sujeitos aprendem sobre diversos assuntos. Em especial, eles aprendem, também, como fazer uma adequada Educação Ambiental na vida cotidiana.

Trabalhei com o dispositivo da Educação Ambiental, enunciado e visibilizado nas reportagens de *Veja*, na perspectiva de uma Pedagogia Cultural, compreendendo os atravessamentos da cultura que produzem tal campo de saber, ao mesmo tempo em que são produzidos por ele. Assim, problematizei a produção discursiva acerca das temáticas ambientais, estabelecendo as relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais travadas na atualidade. Essas condições permitem entender a emergência da EA neste século. Olhar, problematizar, compreender a Educação Ambiental perpassa pela forma como fomos nos constituindo enquanto sujeitos, mostrando o entendimento que temos de cultura, sociedade e meio ambiente.

Dessa forma, busquei compreender as tramas discursivas que se engendram para a fabricação do dispositivo da EA. Nessa tese, tentei articular os elementos discursivos e não discursivos, que se ligam uns aos outros e que acionam o dispositivo em questão. A revista *Veja*, por si só, não dá conta da fabricação do dispositivo. Ela é uma das estratégias de circulação e ativação constante de enunciações e formas de visibilidade do dispositivo da EA. Por esse motivo, busquei adensar ao estudo outros materiais que dessem conta de responder à exterioridade discursiva. Assim, trabalhei também com leis, documentos e materiais históricos.

Para a problematização sobre o dispositivo foi necessária uma incursão teórica nos estudos de Michel Foucault (1985, 1990, 2006) e algumas aproximações com Gilles Deleuze (1999, 2005a, 2005b). Os autores Jorge Larrosa (2002) e Giorgio Agamben (2009) também

⁷ O conceito de sujeito *ecologicamente correto* que aparece nas discussões suscitadas na Tese não é o conceito de “sujeito ecológico” cunhado por Isabel Carvalho (2005, 2008). Assumo a compreensão de que o sujeito *ecologicamente correto* é uma fabricação, uma invenção dos ditos ambientalistas. Há um processo de subjetivação desse sujeito a certas práticas e atitudes tomadas como as corretas e as necessárias. Nesse sentido, tal sujeito é capturado e subjetivado nas tramas do dispositivo da EA. É o sujeito que consome de modo correto! É o sujeito antenado com o seu tempo! (GUIMARÃES, 2012).

foram fundamentais para auxiliar a minha compreensão acerca do conceito. Necessitei buscar auxílio em outros pesquisadores que trabalhassem com o conceito de dispositivo, como a tese e os textos de Rosa Fischer (1996, 1997, 2001, 2002a, 2002b), os textos de Leandro Guimarães (2010, 2012), a dissertação de Fabiana Marcello (2003) e a tese de Shaula Sampaio (2012) que foram ferramentas extremamente importantes para a minha apropriação teórica e metodológica.

Nesta empreitada de estudos, alinhei-me aos autores da perspectiva Pós-estruturalista e dos Estudos Culturais. Fiz essa escolha teórica por entender que estes autores oportunizaram-me olhar de outra forma para os materiais empíricos, possibilitando trilhar outro percurso para a pesquisa em EA. Para os estudos da Educação Ambiental, trabalhei com os autores que mais se aproximavam do campo de estudos ao qual me vinculo. São eles: Félix Guattari, Isabel Carvalho, Leandro Guimarães, Mauro Grun, Maria Lucia Wortmann, José Lutzenberger, Paulo Henrique Martinez e Marcos Reigota. Quanto aos estudiosos da mídia, me deram suporte: Rosa Fischer, Mayra Gomes, Marisa Costa, Douglas Kellner, Marília Scalzo e Arlindo Machado. Do campo dos estudos culturais, utilizei alguns autores já citados aqui e, também, Guacira Louro, Eunice Kindel e Marise Amaral. Para as discussões sobre a atualidade e o consumo busquei suporte em Zygmunt Bauman e Gilles Lipovetsky. Ainda trabalhei com Márcio Fonseca, François Ewald, Mauricio Lazzarato e Thomas Popkewitz.

Na pesquisa, operei metodologicamente com algumas ferramentas da análise do discurso, a partir dos estudos de Michel Foucault⁸. Dispositivo, discurso, enunciado, enunciação, relações de poder e subjetivação foram os que possibilitaram traçar os contornos do estudo. Destaco que minha intenção foi de problematizar, discutir, indagar e analisar os discursos, ficando no nível do que está dito e simplesmente do dito. Assim, minha tentativa não foi de descobrir quais discursos seriam verdadeiros ou quais seriam falsos. Na esteira de Foucault, pretendi tomar o discurso em sua exterioridade e positividade.

Descrever um conjunto de enunciados, não como a totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada; descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade; descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar, não o momento ou a marca da origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo, não é certamente revelar uma interpretação, descobrir um fundamento, liberar atos constituintes; não é, tampouco, decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teologia. É estabelecer o que eu chamaria de bom grado, uma *positividade*. Analisar uma formação discursiva é,

⁸ O filósofo francês trabalha mais minuciosamente o conceito de análise do discurso nas obras “Arqueologia do Saber” (2002a) e “A ordem do discurso” (2009), deixando bem claro que o que pretende fazer é uma análise das práticas discursivas.

pois, tratar de um conjunto de performances verbais, ao nível dos enunciados e da forma de positividade de um discurso (FOUCAULT, 2002a, p. 144).

Conforme discute o autor, os discursos não ocorrem fora de uma ordem do discurso mais ampla, mas num campo de ação possível, num sistema que acolhe esses ditos e os faz funcionar como verdadeiros. Esses dizeres não estão soltos no mundo à espera de serem interpretados, desvelados, descobertos. Eles são produzidos e produzem esse mundo, e nele provocam efeitos de verdade. Para Foucault, os discursos são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (2002a, p. 56). Desta forma, o conceito de discurso diz respeito a tudo aquilo que é enunciável e visível, diz respeito a todas as manifestações que produzem a vida social em uma determinada episteme. Em outras palavras, os discursos descrevem, fabricam e inventam o mundo, que só tem sentido a partir desses ditos.

O filósofo francês não delimita um método de fazer análise do discurso, é avesso a qualquer possibilidade rotulável e de uniformização. O que ele possibilita através de suas próprias pesquisas são algumas pistas, nos colocando à disposição caixas de ferramentas para operarmos de forma analítica. É necessário compromisso teórico ao utilizar as ferramentas analíticas foucaultianas. Estas ferramentas são produtivas para algumas análises e discussões. Para o trabalho que desenvolvi, algumas dessas ferramentas foram muito potentes, provocando meu pensamento. Foucault, em entrevista concedida a Roger Pol-Droit, fala de suas obras e do quanto elas podem servir como caixas de ferramentas:

Todos meus livros, seja História da Loucura seja outro podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal idéia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultaram... pois bem, tanto melhor! (FOUCAULT 2006d, p. 52).

Então, busquei utilizar algumas ferramentas desta maravilhosa caixa foucaultiana, Ao operar com essas ferramentas, compreendi a trama discursiva que se engendra em torno do dispositivo da EA. Há uma constituição de determinado domínio de saber, colocado em funcionamento a partir de relações de poder⁹, que subjetivam os sujeitos a certas práticas ambientalmente “necessárias”.

Para tanto, busco compreender a Educação Ambiental, enunciada nas reportagens de *Veja*, como um dispositivo potente na atualidade. Essa potência se torna visível ao olharmos as preocupações econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais voltadas para a crise do meio ambiente, que se tornam pauta importante nos dias de hoje. A EA não é mais tema apenas de ONGs preocupadas com as questões ecológicas, mas é vivida diariamente, nos

⁹ No capítulo 2 aprofundo o entendimento sobre relações de poder.

diversos espaços que frequentamos: na escola, no supermercado, no shopping, no revisteiro, ao escutarmos uma música, ao assistirmos um filme. Por onde circulamos, ela se faz presente e, cada vez mais urgente e necessária.

Assim, o dispositivo da Educação Ambiental se torna cada vez mais visível e enunciável. É uma máquina que nos faz ver e falar constantemente. Dessa forma, estabelece uma rede de relações entre a cultura, a sociedade, a política e a economia, participando ativamente dessas instâncias. Entendo o dispositivo da Educação Ambiental como uma rede mais ampla, que engloba diferentes enunciados e discursos e é sustentada e fortalecido por diferentes dispositivos, aqui especialmente, o dispositivo da mídia e da sustentabilidade. Essa trama discursiva se conjectura para fazê-lo funcionar, pois o dispositivo da EA não opera sozinho.

Comumente as questões ambientais apresentadas pela revista *Veja* instauram o visível e o enunciável, seja pelas imagens assustadoras apresentadas ou pelas afirmações apelativas que colocam em risco a vida do Planeta. Assim, a revista vai nos convidando a ver e a falar sobre a problemática ambiental, como poderemos visualizar nas reportagens de capa da revista trabalhadas nos próximos capítulos desta tese.

Não quero com tais posicionamentos dizer que a crise ambiental não é algo real. Entendo que existe uma materialidade e não podemos negar todos os acontecimentos ambientais que nos acometem nos últimos anos, como: as chuvas e tempestades, que inundam as cidades e deixam milhares de pessoas desalojadas; os grandes terremotos que destroem cidades inteiras; as terríveis secas que atacam agricultores no país; a escassez de água, que leva as pessoas a fazer racionamento em alguns locais do Brasil e tantos outros. O que coloco em análise é a forma como essa crise vem sendo narrada e as estratégias de poder que são operadas, bem como a forma com que os sujeitos são posicionados, a partir de uma produção discursiva colocada em funcionamento na mídia impressa.

Assim, concluo esta contextualização da pesquisa, aproximando-me das palavras de Nietzsche:

Por muitos caminhos diferentes e de múltiplos modos cheguei eu à minha verdade; não por uma única escada subi até a altura onde meus olhos percorrem o mundo. Eu nunca gostei de perguntar por caminhos – isso, a meu ver, sempre repugna! Preferiria perguntar e submeter à prova os próprios caminhos. Um ensaiar e um perguntar foram todo o meu caminhar - e, na verdade, também se tem de aprender a responder a tal perguntar! Este é o meu gosto: não um bom gosto, não um mau gosto, mas meu gosto, do qual já não me envergonho nem o escondo. “Este - é meu caminho, - onde está o vosso?”, assim respondia eu aos que me perguntavam “pelo caminho”. O caminho, na verdade, não existe! (2002, p. 152).

O aforismo nietzschiano me diz muito da travessia dessa pesquisa, uma travessia repleta de perguntas, de dúvidas, de hesitações até os últimos escritos. Afinal, eu não sabia qual seria o caminho, e retomando o modo como comecei a escrita deste capítulo, eu não saberia como seria o final. Entendo que esse é o movimento encantador da pesquisa, a constituição da travessia, do caminho, a partir de nossas escolhas e das batalhas que vamos travando. Mas, talvez o que mais se modifique, sejamos nós mesmos, pesquisadores, que já não nos separamos mais de nossos objetos de pesquisa. Eu já não sou a mesma que começou esse percurso no ano de 2011, pois trilhei um caminho que não tem mais volta. Mas este é o meu caminho, com as minhas escolhas pessoais e profissionais.

**PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA, CONCEITOS,
AUTORES, ATRAVESSAMENTOS E RUPTURAS QUE TRILHAM O
CAMINHO DA PESQUISA**

2. PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA, CONCEITOS, AUTORES, ATRAVESSAMENTOS E RUPTURAS QUE TRILHAM O CAMINHO DA PESQUISA

Nesse capítulo sistematizo discussões sobre pontos de sustentação conceituais e metodológicos fundamentais na composição desta tese. Procuo apresentá-los em suas particularidades, destacando que foi em seus atravessamentos que a pesquisa se realizou. Para tanto, trago ao leitor alguns conceitos¹⁰ importantes com os quais operei no trabalho, deixando visível a perspectiva teórica na qual me situo e os autores que me subsidiaram nesta empreitada. A intenção é apresentar o percurso de pesquisa trilhado, o qual foi repleto de dúvidas, questionamentos e inquietações, que me acompanharam enquanto uma pesquisadora mergulhada nos dados empíricos e nos atravessamentos teóricos.

Vale destacar que escrevo um capítulo teórico-metodológico, porque estou imersa em um referencial que não separa teoria e método. Minha escolha pela perspectiva de estudos de Michel Foucault e por algumas ferramentas da análise do discurso, me lançam a um outro modo de fazer pesquisa, a uma outra forma de olhar para o material empírico. Na análise do discurso, as próprias ferramentas foucaultianas já são conceitos potentes que *racham as palavras*. Então, trabalho, aqui, com estes conceitos ou ferramentas tão profícuos, que dão o que pensar quando acionados e articulados ao material que compõe o *corpus* discursivo desta pesquisa.

Assim, organizo as discussões em duas seções: na primeira apresento a perspectiva teórico-metodológica, que fundamentou o trabalho de pesquisa. Nela, trago alguns conceitos importantes que sustentaram teoricamente as discussões travadas nos capítulos de análise e que orientaram a coleta, a seleção e o tratamento dos dados empíricos; na segunda seção, discorro sobre o movimento investigativo, situando a escolha metodológica e a forma como operei com algumas ferramentas da análise do discurso, a partir dos estudos de Michel Foucault.

2.1 Considerações sobre Educação Ambiental, Pedagogia Cultural e Dispositivo: mapeando algumas ferramentas teórico-metodológicas

Nessa seção, apresento alguns conceitos que deram corpo às problematizações

¹⁰ Neste capítulo, trabalho com alguns conceitos importantes que dão subsídio à tese, entretanto, na própria análise do material empírico (capítulos 3, 4 e 5) estes conceitos são retomados e trabalhados. Porém, também senti a necessidade de explorá-los um pouco mais aqui.

suscitadas na análise dos dados da pesquisa. Não busco, com isso, definir/identificar um método de fazer pesquisa, mas mostrar de que modo realizei a pesquisa e com quais ferramentas teóricas e metodológicas operei. Entendo que o processo de pesquisa se faça a partir de algumas escolhas, do “óculo teórico” que colocamos e das questões que nos provocam pensar algumas coisas e não outras. Percebo, ademais, o quanto o ato de pesquisar é composto por sentimentos, angústias, dúvidas, hesitações e modificações. Compreendo, enfim, que, no ato de pesquisar, não existe um caminho certo a ser percorrido, como nos provoca Nietzsche (2002), mas que vamos construindo e produzindo nosso próprio caminho, a partir das escolhas que fazemos.

Uma das escolhas fundamentais nessa tese foi a escolha do filósofo francês do século XX, Michel Foucault, como *intercessor* do meu trabalho. Essa eleição foi realizada por entender que Foucault é um autor que me diz muito, que me inquieta, me instiga e me desacomoda, fazendo com que eu questione minhas verdades e minhas certezas. O autor me possibilita transitar por outras formas de pensamento e de problematização, lançando outros olhares para o cenário contemporâneo. Atribuo-lhe o sentido de *intercessor* por entender que ele me atravessa, me interpela, me dá o que pensar, o que indagar, me lança ao limite de minhas convicções – colocando-as sob suspeita. Através de seus escritos fui instigada a produzir olhares, a dar forma ao meu *corpus* discursivo, sendo intercedida por conceitos, pensamentos e palavras que me tocaram e que transitaram em minha vida. Deste modo, me aproximo das palavras de Gilles Deleuze (2006), que, ao falar de intercessores coloca:

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores (2006, p. 156).

Desta forma, assumo que Foucault é *intercessor* de minhas inquietações e angústias. É através dele que produzi/produzo perguntas, olhei/olho com desconfiança, colocando em suspenso as verdades da Educação Ambiental. E, na correnteza deste *intercessor*, atravessada por seus questionamentos e provocações, é que problematizei os achados da pesquisa.

Olho para a Educação Ambiental enunciada no *corpus* de análise dessa pesquisa como objeto de uma prática discursiva que não opera sozinha, pois precisa de uma rede mais complexa de saberes e de poderes para entrar em funcionamento e na ordem do discurso ecologicamente verdadeiro da atualidade. A partir dessa perspectiva, travei discussões e problematizações, entendendo que meu objeto discursivo – a EA – não esteve desde sempre

aí. Dessa maneira, torna-se necessário compreender as relações de força e as configurações de saber, as quais possibilitaram a emergência da Educação Ambiental no século XX.

Nessa correnteza, tomo a Educação Ambiental como uma produção discursiva, fortemente atrelada às questões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais. Entendo que não haja um único conceito de EA, não sendo possível dizer exatamente o que ela é. Este campo de saber vai sendo constituído de diferentes práticas e através da produção de distintos enunciados. Há uma rede discursiva que o compõe. Assim, me proponho a olhar esse campo atravessado de conceitos, pensamentos, posicionamentos, um campo que tem sua positividade, que produz saber, coloca em funcionamento relações de poder e constitui sujeitos¹¹.

Na atualidade, a Educação Ambiental vem, cada vez mais, ganhando força e potência, estando presente em nossa vida diariamente. A EA não se restringe unicamente a atividades escolares. Ela se faz presente em diversos espaços formais e não formais. A mídia tem sido uma forte estratégia de veiculação discursiva de questões relacionadas ao ambiental, ao natural. Minuto a minuto, somos convidados a pensar sobre as questões ambientais. E, desse modo, vamos realizando algumas escolhas em nossos cotidianos, como utilizar uma sacola retornável, reciclar o lixo, plantar árvores ou consumir um produto que cause danos menores à camada de ozônio.

A crise ambiental, anunciada já há algumas décadas, tem adquirido maior relevância a cada dia que passa, seja em ações individuais, que dizem respeito ao nosso cotidiano, seja como pauta de decisões de caráter mundial. Cada vez existem mais políticas voltadas para a questão ambiental, visto que diversas instituições governamentais e não governamentais não têm medido esforços à procura de alternativas para enfrentar os problemas ambientais que vivemos. Nesse trabalho não busco respostas de *como fazer* uma adequada Educação Ambiental, mas me proponho a discutir de que forma a EA vem sendo narrada, produzida e enunciada na atualidade. Quais as possibilidades de resistirmos a ordem discursiva vigente? Que relações de força podemos travar com as verdades proliferadas sobre esse campo de saber? De que forma a mídia vai subjetivando o sujeito a agir de modo ecologicamente correta? Estas são algumas inquietações que movem meu percurso de pesquisa.

¹¹ Nesta tese trabalho com o conceito de sujeito a partir de Foucault: “(...) Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Nesse sentido tomo a noção de sujeito como uma fabricação, uma invenção tipicamente moderna. Entendo que não existe um sujeito que estaria dado, um sujeito que teria uma natureza humana, uma essência e que precisaria ser educado, levado a autoconscientizar-se e tornar-se autônomo. Compreendo que o sujeito é subjetivado pelas práticas discursivas e não-discursivas.

Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, tem me auxiliado a compreender os desdobramentos da sociedade contemporânea e me ajudado a entender sobre o modo pelo qual vimos experienciando o mundo e as relações que estabelecemos. Na sociedade líquida moderna que se produz na atualidade, há uma compulsão pela “novidade”, pela “mudança” e pelo “consumo”. E, muitas vezes a compreensão que tenho é a de que a EA é mais uma “coisa” a ser consumida neste tempo. Identificar-se como um sujeito *ecologicamente correto*, preocupado com as questões ambientais tem sido alvo de muitos discursos ambientalistas e de muitas campanhas publicitárias, como nos mostrou Guimarães (2011; 2012).

Bauman, através da metáfora dos líquidos (2001) nos ensina que este tempo em que vivemos é marcado pela constante liquidez das ideias (que estão sempre em vias de se desfazer). Assim como os líquidos, não é mais possível – se é que em algum momento foi – conter certezas, convicções e verdades. O conhecimento é escorregadio, fluido, se espalha facilmente, se mistura e se modifica.

Os fluidos se movem facilmente. Eles ‘fluem’, ‘escorregam’, ‘respingam’, ‘transbordam’, ‘vazam’, ‘inundam’, ‘borrifam’, ‘pingam’; são ‘filtrados’, ‘destilados’; diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos – contornam certos obstáculos, dissolvem outros e invadem ou inundam seu caminho (BAUMAN, 2001, p.8) [grifos do autor].

Na atualidade líquida moderna, a mudança, o avanço tecnológico, a mobilidade, a rapidez, o descarte e o desapego são vivenciados cotidianamente. Convivemos em um tempo em que a gana pela novidade é altamente produzida, incitada e inventada. Cada vez mais consumimos, desejamos e descartamos, sejam objetos, pessoas ou conhecimentos. Parece que nada satisfaz o homem/mulher desse tempo. Enfim, a vida é vivida de uma forma diferente. Nesse contexto, há uma pluralidade de ideias e saberes produzidos, não sendo mais possível assumirmos uma única verdade. Assim, a ciência constitui-se em mais de uma possibilidade de olharmos para o mundo e não mais a única fonte de conhecimento verdadeiro. Ela, também, se modifica nessa nova forma de viver que vamos produzindo.

Em relação à modernidade sólida, tempo vivido especialmente do século XVII até meados do século XX, o autor fala que o mundo passou a ser controlado pelo viés da ciência, pois é ela que justifica todos os acontecimentos (BAUMAN, 2001). A razão, a experimentação e a objetividade científica eram as máximas de uma sociedade que mantinha a rigidez e a hierarquização do conhecimento. A busca constante pela modernização e pelo progresso do mundo produziu um homem ativo, transformador e dominador da natureza. Entretanto, esse homem não seria qualquer indivíduo, mas aquele capaz de produzir um conhecimento científico e verdadeiro.

A modernidade sólida, então, produziu um grupo seleto de vozes autorizadas a falar, os cientistas. Estes têm, em suas mãos, o conhecimento considerado verdadeiro. No campo ambiental, por exemplo, não seria qualquer um que estaria autorizado a falar. Aqui estão autorizados os ecologistas, os biólogos, os geólogos, os químicos, e os físicos — especialistas de um determinado campo de saber, que tem legitimidade e reconhecimento científico —. Foucault problematizou essa questão como interdição do discurso, pois não é qualquer um que tem o poder de enunciar uma verdade, pois ela é produzida, selecionada e dita por alguns, uma classe especializada.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos. (...) Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2009, p. 8).

Seguindo as provocações de Bauman, há que pensarmos sobre a forma com que a Educação Ambiental se insere no movimento da ciência na modernidade sólida. Segundo Isabel Carvalho (2008), nos foi ensinada uma forma de olhar o mundo por meio de polaridades excludentes e, através dela, passamos a vê-lo e a pensar sobre ele enquanto polos antagônicos: sujeito/objeto, natureza/cultura, certo/errado entre tantos outros. Assim, a natureza foi sendo tomada como um objeto a ser explorado, conhecido e alterado pelo homem. Nessa concepção, a natureza foi sendo dicotomizada do mundo da cultura e sendo relacionada ao mundo da biologia.

A partir daí entendeu-se de que forma foi sendo construída uma visão de EA fortemente marcada por uma concepção naturalista, ecológica e biológica, que separa o homem da natureza. Essa visão é um dos questionamentos que provoço aqui. Será possível pensarmos na EA para além desse ideário da modernidade científica? E, mais, será que conseguimos escapar da ordem e do saber legitimado pela ciência, mesmo num tempo de fluidez? Talvez Bauman e seus Líquidos nos ajudem a responder a tais questionamentos ou, pelo menos, a produzirmos respostas provisórias para inquietações constantes.

Estou de acordo que, no campo da Educação Ambiental, existem discursos considerados legítimos e verdadeiros. Estes produzem um determinado tipo de sujeito, indicando sua forma de ser e agir perante a natureza e os problemas ambientais apresentados diariamente. A EA vai, então, fabricando e subjetivando os sujeitos, bem como certas práticas e atitudes para este tempo em que vivemos. Há que se pensar que concepções de EA que se travam e, além disso, em que contexto social, político, econômico e cultural elas se produzem.

Para tanto, aproximo o entendimento de Educação Ambiental ao que Reigota (2009, p. 13) chamou de uma “educação política”, ou seja, uma educação que considera as abordagens de cunho político, econômico, social e cultural. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental estabelece relações entre o homem e a natureza, entendendo que ambos não estejam dissociados, mas que se integram, se produzem e se modificam na cultura. Tal entendimento considera a importância da ética nas relações sociais e com a natureza. Assim, a EA estaria profundamente relacionada às questões culturais, que produzem nossas vidas, com as quais convivemos e pelas quais modificamos diariamente.

Nesta abordagem, convém destacar que o conceito de meio ambiente não é visto como significado de meio natural, mas como ambiente em que ocorrem as relações múltiplas de diferentes aspectos.

Defino meio ambiente como: um lugar determinado e /ou percebido onde estão em relação dinâmica e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformações da natureza e da sociedade (REIGOTA, 2009, p. 36).

A partir de tais entendimentos, a visão de “natureza conservada”, “natureza selvagem” ou “natureza intocada”, como pregam as correntes naturalistas da Educação Ambiental, tornam-se insustentáveis, uma vez que entendo que o homem faz parte da natureza e vice-versa. Segundo Carvalho (2008), a forma como a natureza vem sendo representada, muitas vezes, remete à ideia de um mundo natural e biológico. Nesses contextos, o homem aparece como uma ameaça destrutiva à natureza, que é boa, pura e pacífica. A autora propõe uma reflexão sobre os conceitos de natureza e meio ambiente, contidos em tais ideários. Além disso, argumenta que estes se fundamentam numa visão naturalista, que “baseia-se principalmente na percepção da natureza como fenômeno estritamente biológico, autônomo, alimentando a ideia de que há um mundo natural constituído em oposição ao mundo humano” (2008, p. 35). Em contrapartida, apresenta outra abordagem, a qual se propõe a estudar, problematizar e que chama de “socioambiental”. Aqui “a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e copertença, formando um único mundo” (2008, p. 36).

Romper com uma visão de polaridades excludentes, na qual homem e natureza estão separados, o primeiro relacionando-se ao mundo social e cultural e a segunda ao mundo biológico não é tarefa fácil. A EA foi se construindo e se fortalecendo através desse olhar binário e as concepções mais tradicionais tomam o homem como o destruidor do mundo natural. Para essas vertentes, há que se fazer uma retomada de modo que a natureza seja reconstruída e recuperada.

Ao falar da articulação entre natureza e cultura, Guimarães, em entrevista ao Jornal “A Página”, propõe-nos uma importante reflexão:

Os modos como enxergamos e nos relacionamos com a natureza são frutos do momento histórico em que vivemos. Muitas vezes, não percebemos que os nossos atos, as maneiras de narrar acontecimentos, os modos de vermos a nós mesmos e aos outros, tudo isso são negociações que vamos estabelecendo diariamente com os significados que nos interpelam através da cultura (2006, p. 7).

O autor nos faz pensar a respeito do quanto a forma com a qual olhamos a natureza é construída de acordo com a cultura em que vamos nos inserindo e participando no decorrer da vida. Assim, olhar a natureza, o meio ambiente e a própria Educação Ambiental requer que nos coloquemos a pensar nos atravessamentos e nas relações sociais e culturais que estabelecemos e que nos produzem enquanto sujeitos. Isso porque, não há uma fórmula correta de olhar a natureza, mas devemos compreender que o modo como a olhamos não é neutro e muito menos individual. É, isto sim, repleto de interferências do mundo em que vivemos e no qual agimos e interagimos. Com isso, assumo o entendimento de que existem múltiplas formas de ver, compreender e enunciar a natureza, considerando o momento histórico, político, social e cultural do qual fazemos parte.

Ampliar as possibilidades de contato com a questão ambiental é uma das provocações suscitadas por Wortmann (2001). A autora me permite pensar e problematizar a forma como a natureza vem sendo representada e consumida na atualidade. Ademais, apresenta algumas análises na direção de provocar o modo como alguns anúncios publicitários vendem uma realidade “mais natural” do que outra, e, ainda, de que forma consideramos determinado meio mais próximo da natureza do que outro. Para a autora, estas são construções históricas e culturais, que se relacionam com nossa constituição social. É preciso estarmos atentos para essas questões.

A partir desses estudos, provoco-me a pensar na forma como fomos ensinados a olhar para o campo ambiental, para a natureza e para o meio ambiente. Procuo entender que tais concepções vão sendo cristalizadas através da cultura. Porém, questiono: Seria possível produzir outros olhares para a Educação Ambiental para além de uma concepção naturalista, ecologista e *esverdeada*?

Aqui coloco em análise essa visão pois entendo que a produtividade do campo de estudos da EA esteja justamente em pensar em outras possibilidades para nossa existência e contato com o natural, para além destas dicotomias e reducionismos. Guattari (1990) me ajuda a olhar de outra maneira para as relações do homem com o meio ambiente.

As formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de aprender essa problemática no conjunto de suas implicações. Apesar de estarem

começando a tomar uma consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural de nossas sociedades, eles geralmente se contentam em abordar o campo dos danos industriais e, ainda assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática, ao passo que **só uma articulação ético-política – a que chamo *ecosofia* – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões** (GUATTARI, 1990, p. 8) [grifos meus].

O autor alerta que a questão central, atualmente, é a maneira de vivermos em relação ao Planeta, considerando o crescimento populacional e os rápidos avanços tecnológicos e científicos. Defende a ideia de que uma possibilidade de resposta à crise ecológica necessitaria de uma “revolução política, social e cultural” (GUATTARI, 1990, p. 9). Assim, é fundamental que se pense a partir de abordagens que compreendam a sensibilidade, a inteligência e o desejo. O autor aborda, também, a necessária “re-singularização” individual e coletiva.

Dessa forma, é possível pensar numa proposta ecosófica, que permita a criação de espaços de resistências e de lutas na busca de ações éticas e políticas para o campo da Educação Ambiental, atentando aos três registros ecológicos.

Segundo Guattari, a ecologia social compreenderia uma reinvenção das relações sociais, que perpassaria tanto em níveis microssociais quanto em situações sociais mais amplas. A dinâmica dessas relações não seria uma retomada dos “velhos tempos”, mas justamente uma modificação nas formas de nos relacionarmos a partir da constituição e compreensão de novas subjetividades. Já a ecologia mental provocaria uma reinvenção da relação do sujeito com o seu próprio corpo, procurando romper com conformismos e uniformizações. Assim, estabeleceria uma outra maneira de olhar para si, inventando outros modos de constituir-se enquanto sujeito. Estes dois registros ecológicos são fundamentais na articulação com o terceiro, o da subjetividade humana. Aqui caberia pensar em “componentes de subjetivação”, já que tal processo se dá na dinâmica das relações do sujeito com o mundo social. Essa proposta provocaria novas práticas sociais e analíticas, articulando outras criações e a formação de subjetividades-ecológicas. Nessa perspectiva, as ações ecosóficas são mobilizadas por agenciamentos maquínicos, que provocam o pensamento em novas mentalidades e agenciam ações concretas, que articulam ecologia, política e filosofia.

Assim, pensar em EA numa perspectiva ecosófica constitui-se em mais um desafio na atualidade líquida moderna. Na correnteza de estudos, discussões e reflexões, torna-se pertinente assumir esse posicionamento conceitual, entendendo que o campo do saber em questão se dê na interlocução com o contexto social, político, econômico, cultural, midiático, ético e estético.

E, a partir dessas reflexões, como pensar os atravessamentos midiáticos e *telemáticos*? Seguindo o fluxo das discussões dos autores do campo dos Estudos Culturais, tenho compreendido a mídia como uma potente ferramenta de circulação de diferentes temáticas. Este meio de comunicação social é cada vez mais participativo em nossas vidas. Na atualidade, parece que se tornou difícil pensarmos, no nosso cotidiano, sem a presença das diferentes tecnologias da informação e da comunicação. Desse modo, a mídia constitui-se como uma importante estratégia de proliferação de discursos nos mais diversos segmentos. Ela nos acompanha desde o momento em que acordamos, no nosso trabalho, quando vamos ao supermercado, no carro ou no ônibus. Onde circulamos, a mídia, de algum modo, se faz presente. Nesse sentido, ela não apenas vem informando, mas nos ensinando determinados hábitos, valores e atitudes.

Pensando no modo como a mídia aborda a questão ambiental, é possível dizer que ela vem nos ensinando e nos formando para tais questões. Assim, tomo a mídia como uma Pedagogia Cultural, já que é através dela que nos informamos e aprendemos sobre muitas questões de nossa vida. Outrossim, tal pedagogia nos instrui a respeito de formas de pensar, agir e interagir na sociedade, através de certos padrões culturais e, dessa forma, participa ativamente na produção de nossas subjetividades.

Hoje, passa-se a compreender que importantes processos educativos estão ocorrendo em muitos outros locais além das escolas e através de operações tecnológicas e culturais muito diversificadas. [...] Essa nova ótica supõe que se considere a cultura e, mais especificamente, as múltiplas formas de cultura popular, como “pedagogias culturais”. Todas essas instâncias passam a ser compreendidas não apenas como transmissoras de conhecimento, de valores ou de verdades, mas como eficientes produtoras de identidades (LOURO, 2002, p. 232) [grifo da autora].

O trabalho de tese em questão olha para as reportagens da revista *Veja – corpus* empírico da pesquisa – como importantes artefatos culturais, que também constituem os modos pelos quais olhamos e lemos a questão ambiental. Não há como separar nossas percepções e entendimentos daquilo que, de alguma forma, nos atravessa, nos interpela e nos constitui enquanto sujeitos. Tomar a mídia e, em especial, a revista *Veja*, como lugar de aprendizagem, se constitui como importante eixo deste trabalho. Penso que os artefatos midiáticos nos ensinam a agir e nos relacionarmos com o meio ambiente e, dessa forma, vamos produzindo significados e entendimentos acerca dessas questões. E, talvez valha pensar sobre o modo como estamos nos constituindo enquanto sujeitos a partir de tais aprendizagens.

Ao aceitarmos esses ensinamentos quanto às questões ambientais, estamos sendo produzidos pelos ditos que nos interpelam, mas também, ao nos constituirmos desse modo,

interferimos nos processos e construções sobre o que é o meio ambiente, por exemplo. Assim, fazemos parte dessas construções, estamos imersos nesse emaranhado de discursos, práticas, estratégias, mas podemos fazer escolhas e travar algumas batalhas, como bem diz Guimarães.

[...] Alio a essa consideração a suposição de que a cultura, através das práticas derivadas dos inúmeros artefatos (os filmes, os vídeos educativos, as revistas, as histórias em quadrinhos, os livros didáticos, os romances, as novelas televisivas, os documentos históricos, os relatos de viagem, entre inúmeros outros) produzidos em diferentes instâncias de produção cultural, é o *locus* central das disputas e negociações dos significados dados à natureza e, também, às possíveis formas de estabelecermos relações com ela (GUIMARÃES, 2007, p. 241) [grifo do autor].

Assim como Guimarães, entendo que os ditos da revista *Veja* que tratam da temática ambiental nos ensinam algumas verdades sobre o meio ambiente e a natureza. Estas são construídas e legitimadas nas relações de força postas em funcionamento através da interpelação midiática. Segundo Gomes (2003), o que está na mídia se torna realidade, pois não há como negar a força e a produtividade deste meio no nosso cotidiano e a forma intensa como faz parte de nossas vidas. Então, vamos participando dessa construção, aceitando ou recusando os ensinamentos que ela nos propõe, mas que, de alguma forma, nos interpelam. Aqui olho para os movimentos colocados em operação pela revista *Veja* e entendo que são uma forma de governar nossas condutas e de nos ensinar mais sobre a questão ambiental.

Seguindo a discussão, vale salientar que o conceito de Pedagogia Cultural tem sido utilizado por alguns autores da corrente dos Estudos Culturais, que centralizam o papel da cultura na constituição da sociedade. Tal campo de estudos atribui à cultura função importante na análise das relações sociais e assumindo uma outra perspectiva, sendo constituída e constituindo nossas vidas. Dessa forma, o conceito de cultura se amplia, entendendo-a como processo de circulação e produção de significados e sentidos na sociedade. O campo dos Estudos Culturais, por sua vez, configura-se como um espaço que possibilita o enfrentamento, a análise, a luta e a discussão das relações sociais e da produção dos artefatos culturais.

A *centralidade da cultura*, expressão utilizada por Hall (1997), marca a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, mediando tudo que nela acontece; sublinha, também, que a *cultura* está no “coração” da vida social de forma intensa, na medida em que meios de comunicação de massa, cada vez mais diversificados e sofisticados, fazem os *significados* circularem em uma escala de abrangência, e com uma rapidez, nunca anteriormente alcançada (WORTMANN, 2001, p. 36) [grifos da autora].

O conceito de Pedagogia Cultural se insere nessa visão, sendo entendido como uma forma pedagógica de ensinar a partir de determinadas produções culturais. A forma como olhamos a questão ambiental, a natureza e a própria crise ambiental não está isenta da interpelação midiática e dos atravessamentos culturais. Somos ensinados a ler a natureza de determinadas formas e, a partir desses ensinamentos, estabelecemos uma relação com ela.

Não somos obrigados a agir de uma maneira específica, mas a cultura que nos constitui nos produz enquanto sujeitos desse tempo, marcados pela preocupação com a crise ambiental que se instala na atualidade. Assim, tomarmos um posicionamento frente a tal crise está intimamente relacionado ao modo como somos constituídos culturalmente. Nessa perspectiva é que tomo a revista *Veja* como uma Pedagogia cultural, que nos produz, bem como as nossas vidas, mas a qual também produzimos e damos sentidos.

Desse modo, entendo a potência discursiva da revista e o quanto ela é produtora de subjetividades e sentidos. Essa potência se dá tanto pela capacidade de sentidos de seus ditos atravessados, que são por questões de classe, cultura, etnia, gênero, religião, quanto por sua presença nos mais diferentes espaços, constituindo e produzindo, afirmando ou negando determinadas identidades, determinados gestos, determinadas posturas.

Os artefatos culturais, aqui, em especial, a revista *Veja*, nos ensinam a olhar e a compreender o ambiental de determinada forma e, desse modo, vamos produzindo significados e entendimentos acerca da questão. As enunciações do material de análise que tratam da temática ambiental nos ensinam algumas verdades sobre o meio ambiente e a natureza. Essas veracidades são construídas e legitimadas nas relações de força colocadas em funcionamento, através da interpelação de diferentes artefatos culturais. Na esteira de Guattari (1990, 1992), assumo a ideia de que esses instrumentos auxiliam, decisivamente, na fabricação de nossas subjetividades:

Um conjunto de condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva (1992, p.19) [grifo do autor].

Sendo assim, a revista *Veja* – apenas um exemplo dos inúmeros artefatos culturais que circulam no nosso cotidiano – auxilia na fabricação de modos de vida, nos valores e atitudes que assumimos e tomamos como necessários no tempo atual. Por este motivo, interessa-me olhar para ela e entender como vem sendo narrada a Educação Ambiental nessa potente ferramenta pedagógica, que atravessa nossas vidas.

Nesse trabalho não olho para a mídia como boa ou ruim, como manipuladora de nossas ações. Tomo-a como importante estratégia para circulação de diferentes aprendizagens, que se tornam produtivas em nossas vidas. Ela não opera sozinha, pois fazemos parte desse jogo, escolhendo aceitar ou não o convite. Aqui olho para a produtividade dos artefatos culturais, especialmente a revista *Veja*, como Pedagogias Culturais que operam para ações ambientalmente corretas. Nessa correnteza, as reportagens de capa da revista constituem-se como significativas formas de aprendizagem acerca da

questão ambiental, nos ensinando como agir frente à crise, as relações que devemos estabelecer com o mundo natural e o modo como devemos nos constituir enquanto sujeitos ambientalmente responsáveis pelo Planeta em que vivemos.

E, aqui, entendo que se dê a potência do conceito de dispositivo da Educação Ambiental, neste trabalho de tese. Tomo o conceito a partir dos estudos de Foucault (1985, 1990, 2006) e Gilles Deleuze¹² (1999, 2005a, 2005b). Entendo que os processos de subjetivação, produzidos pelo dispositivo da Educação Ambiental, constituem-se como eixo importante em tal trama discursiva. No dispositivo da EA há uma certa objetivação de sujeitos que se dá através de ensinamentos quanto às condutas e comportamentos adequados em relação às necessidades ambientais. A todo momento, os sujeitos são acionados, acessados nas malhas desse dispositivo, sendo convidados ou convocados a se inserirem num processo de mudança, de transformação de atitudes, que repercutam positivamente a favor da vida do Planeta. O sujeito é, frequentemente, agenciado no dispositivo da EA. Este atua, incisivamente, na formação e constituição do sujeito, especialmente o *sujeito ecologicamente correto*.

Governar condutas e estabelecer o pleno funcionamento da produção são estratégias elementares para manter a perspectiva neoliberal globalizada, e as revistas funcionam como dispositivos produtivos que operam com o objetivo de ensinar, sugerir como os indivíduos devem se comportar, o que devem aprender, onde e para quê (GERZSON, 2009, p. 152).

De acordo com Deleuze (1999), podemos compreender o dispositivo como um *conjunto multilinear*, composto por linhas de diferentes naturezas. Essas linhas apresentam diferenças em relação a suas dimensões e articulam-se aos três grandes eixos de estudos da obra foucaultiana – saber, poder e subjetivação. As linhas apresentadas por Deleuze a partir dos estudos de Foucault, embora tenham suas características próprias, não seguem uma direção única e estável. Elas estão sempre em desequilíbrio, por vezes afastam-se, por vezes se aproximam umas das outras e, também, se cruzam, se atravessam para que o dispositivo ganhe força.

Aqui retomo brevemente as características de cada uma destas linhas,¹³ propostas por Deleuze na constituição de um dispositivo. Existem linhas de sedimentação e de fratura. Operar com tais linhas seria “construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas”

¹² Para o conceito de dispositivo foi fundamental o estudo de algumas obras de Gilles Deleuze sobre este conceito. O autor parte do entendimento foucaultiano de dispositivo e nos possibilita compreender seu funcionamento, já que em Foucault há poucos escritos referindo-se diretamente ao conceito. O que mais temos são a operacionalização de suas pesquisas.

¹³ No capítulo 5 desta Tese trabalho de modo mais enfático com as linhas do dispositivo apresentadas por Deleuze.

(DELEUZE, 2005b, p. 84). O autor destaca, ainda, que elas são importantes não só porque compõem o dispositivo, mas porque o atravessam e o conduzem em todas as direções.

As primeiras linhas destacadas são as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação. As curvas de visibilidade podem variar, mas dizem respeito à determinada forma pela qual um objeto se tornou visível. Desse modo, para cada dispositivo, há um determinado *regime de luz* que torna possível o seu aparecimento. Para Deleuze (2005b), existe uma historicidade dos dispositivos que é tanto dos regimes de luz quanto dos regimes de enunciado. Portanto, as linhas ou curvas de enunciação remetem a determinado enunciado, tornando-o dizível, enunciável, nomeável. Um dispositivo só tem suas condições de emergência através de sua enunciabilidade e de sua visibilidade.

E, se as curvas são elas próprias enunciadas, é porque as enunciações são curvas que distribuem variáveis, e, assim, uma ciência, num dado momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem. Não são nem sujeitos nem objetos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com as suas derivações, as suas transformações, as suas mutações. E em cada dispositivo as linhas atravessam limiares em função dos quais são estéticas, científicas, políticas, etc (DELEUZE, 2005b, p. 85).

Aqui é possível perceber uma forte articulação com o primeiro eixo da obra foucaultiana, a constituição de um campo de saber. As linhas de visibilidade e os regimes de enunciação de um dispositivo tornam possível a produção de um determinado domínio de saber e não outro em seu lugar. Por esse motivo, o dispositivo tem uma historicidade, pois ele só emerge como dispositivo porque é uma máquina de ver e de falar, que tem suas condições de aparecimento. Assim, este só se fabrica enquanto dispositivo por seu caráter histórico, porque “em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência” (FOUCAULT, 1990, p. 84).

E, ao olhar a terceira linha destacada por Deleuze, é possível compreender o quanto as linhas do dispositivo são maleáveis, flexíveis e se complementam. Pois são as linhas de forças que atravessam as linhas de visibilidade e as linhas de enunciação de um ponto ao outro, tornando-as visíveis e dizíveis. São as batalhas e disputas operacionalizadas para a constituição de um determinado objeto discursivo e não outro. Eis, então, que é possível pensar no segundo eixo estudado por Foucault – o poder. Compreendo que as linhas de força aproximam-se das relações de poder. Então, linhas de visibilidade, de enunciabilidade e de força estão numa relação de combinação tanto quanto os eixos do poder e do saber estão articulados e se fortalecem continuamente.

As linhas de forças produz-se “em toda a relação de um ponto a outro” e passa por todos os lugares de um dispositivo. Invisível e indizível, ela está estreitamente enredada nas outras e é todavia desenredável. É ela que Foucault desvende, e

descobre a sua trajectória em Roussel ou Brisset, nos pintores Magritte ou Rebeyrolle. É a dimensão do espaço, interior ao dispositivo, variável com os dispositivos. É uma linha que é composta com o saber, tal como o poder (DELEUZE, 2005b, p. 85-86) [grifos do autor].

E, no dispositivo da Educação Ambiental, percebo que essas linhas estão em movimento a todo o instante. Nas estratégias discursivas colocadas em funcionamento pela mídia, mais especificamente pela revista *Veja*, é perceptível o quanto vai se constituindo um determinado modo de ver e de falar sobre o ambiental. E, mais do que isso, ao dar visibilidade e enunciabilidade para a questão ambiental, a *Veja*, nos ensina, nos forma e nos constitui, enquanto sujeitos que precisam atender às exigências ambientais do tempo atual. E, nesse jogo de forças e disputas, somos persuadidos, convocados e constituídos por tais ditos, que atuam incisivamente sobre nossas ações e comportamentos. Linhas de enunciabilidade e linhas de visibilidade operadas por linhas de força, que não cessam de nos subjetivar nas malhas do dispositivo da EA.

As linhas de subjetivação são, então, atreladas ao terceiro eixo foucaultiano, aquele a que ele se dedicou nos últimos anos de sua vida e deixou algumas obras inacabadas. As linhas de subjetivação são aquelas que operam com a dimensão do “Si Próprio” e, desse modo, constituem-se num processo complexo de captura dos sujeitos, pois é aqui que há a possibilidade de escape. Num dispositivo, elas precisam, constantemente, se refazer para atender e capturar novamente as subjetividades nas tramas do dispositivo. São essas linhas que abrem a possibilidade da fuga, do escape, que acabam por engendrar novas configurações aos dispositivos e, até mesmo, no seu extremo limite, possibilitando a passagem de um dispositivo para o outro. Assim, “É um estudo que tem muitas misturas para desvendar: produções de subiectividade que saem dos poderes e dos saberes de um dispositivo para se reinvestir noutro, sob outras formas que hão de nascer” (DELEUZE, 2005b, p. 88).

Assim, segundo Deleuze, esse *conjunto multilinear* – modo pelo qual ele caracteriza o dispositivo – é composto por diferentes linhas: de visibilidade, de enunciação, de força e de subjetivação. Elas se cruzam, se atravessam, se chocam, se reverberam e se fortalecem, estando em constante processo de transformação e reconfiguração. Considerando a capacidade operatória e multilinear do dispositivo, é necessário atentar para o que o autor nomeia de “filosofia dos dispositivos”.

Primeiramente, há, na filosofia dos dispositivos, uma recusa aos universais. Aqui, não existe uma totalidade, um sujeito universal ou sujeito da razão. As próprias linhas do dispositivo são provisórias, maleáveis e se readaptam, conforme as relações de exterioridade. Desse modo, cada dispositivo, passa por uma variação e tem uma multiplicidade própria, a

qual não pode, simplesmente, ser transferida para outro, embora os dispositivos funcionem numa relação de sustentação com outros dispositivos contemporâneos. Deleuze destaca “Mas, o que ele essencialmente recusa é a identificação destes processos numa Razão por excelência. Foucault recusa toda a restauração de universais de reflexão, de comunicação, de consenso” (2005b, p. 90). E, no dispositivo da EA, qual a possibilidade de recusa ao sujeito *ecologicamente correto*?

Deleuze aponta, ainda, que, na filosofia dos dispositivos, torna-se necessária “uma mudança de orientação, que se desvie do Eterno para apreender o novo” (2005b, p. 91). Este novo não está vinculado à ideia de originalidade, mas se atrela ao sentido de criatividade e de novidade, provocando a atualização constante de um dispositivo.

Pertencemos a dispositivos e neles agimos. À novidade de um dispositivo em relação aos que o precedem chamamos actualidade do dispositivo, a nossa actualidade. O novo é o actual. O actual não é o que somos, mas aquilo em que nos vamos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer o Outro, o nosso devir-outro. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: a parte da história a parte do actual (DELEUZE, 2005b, p. 92 – 93) [grifo do autor].

Sobre o citado por Deleuze, é produtivo pensarmos tanto no sentido da história daquilo que somos, das condições de possibilidade, que tornaram possíveis que hoje nos constituíssemos de determinado modo e não de outro; como, também, é extremamente potente entendermos os modos de subjetivação que estão nos fabricando na atualidade, olhando e entendendo os engendramentos que se agenciam no presente.

Para compreender a fabricação de um dispositivo, é necessário que olhemos para a suas condições de emergência, enquanto um domínio de saber a ser produzido e instituído. É preciso entender as relações de força colocadas em embate para que um dispositivo ganhe potência e legitimação, entrando na ordem do discurso verdadeiro e se consolidando. E, se faz extremamente potente perceber de que modo os sujeitos são controlados, conduzidos e subjetivados por um dispositivo.

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1990, p. 246).

Desse modo, entendo que é produtivo pensarmos em tais estratégias de relações de forças e nas configurações de saber que se produzem e que produzem o dispositivo da EA. Entendo que a revista *Veja*, como uma mídia potente no cenário da mídia brasileira, tem colocado tais estratégias em movimento. Há uma produção de discursos e enunciados tomados como verdadeiros e todo um campo de saber é acionado constantemente. Através de

seus ditos, então, somos persuadidos a participar desse jogo de disputas em torno do *ecologicamente correto* e, desse modo, vamos participando da fabricação desse dispositivo. Não somos obrigados ou coagidos, mas convencidos, disciplinados e capturados pelas teias de um dispositivo que funciona, é produtivo e que se torna cada vez mais visível e enunciável neste século. Ou, ainda há dúvidas da potência do dispositivo da EA no século XXI e do quão subjetivados estamos em suas tramas? Há que se entender sua fabricação e operacionalização, buscando, talvez, linhas de fratura, de escape, para, quem sabe, engendrar o aparecimento de outro dispositivo!

Entendo que o mapeamento realizado nesta seção sobre dispositivo aciona pensar nos contornos, nas linhas, nas curvas, nas visibilidades e nas enunciabilidades, que constituem a Educação Ambiental, especialmente a partir dos artefatos midiáticos. Nesse sentido, compreendo a potência de algumas ferramentas que Foucault nos coloca à disposição para operar com o *corpus* discursivo da pesquisa. Na próxima seção apresento algumas dessas ferramentas que são produtivas no meu trabalho, colocando-as em permanente articulação com os conceitos trabalhados.

2.2 Caminhos da Pesquisa: mapeando algumas ferramentas metodológicas da Análise do Discurso

Nesta seção, minha intenção é apresentar o caminho de Pesquisa. Para tanto, situo a escolha metodológica e a forma com a qual sistematizei e operei com algumas ferramentas da análise do discurso, a partir dos estudos de Michel Foucault. Para iniciar, recorro às palavras de Rosa Fischer, as quais me acompanharam em muitos momentos de escrita da tese.

Isso significa investir na problematização daquilo que nos é dado como salvação, como calma, para nossas inquietações sociais, teóricas e metodológicas. O convite é deixarmos para trás o lago sereno das certezas e mergulharmos naqueles autores e teorizações nos quais encontremos fontes consistentes, ferramentas produtivas para a formulação de nosso problema de pesquisa, exatamente na medida em que eles nos convidem ao exercício da arte de pensar de outra forma o que pensamos, buscando tensionar essas mesmas fontes conceituais, ousando cotejá-las com outras talvez menos seguras para nós e, especialmente, ousando estabelecer relações entre esses referenciais e as primeiras incursões que fazemos em nossos materiais empíricos (2002b, p. 58).

Desde as primeiras escolhas que fui realizando no início da pesquisa, busquei olhar com estranhamento para as certezas e convicções tão consolidadas no campo de estudos ao qual me insiro, a Educação Ambiental. As escolhas teóricas e os modos de operacionalização com os dados da pesquisa não foram nada convencionais para este campo. Alguns movimentos de abandono, como nos propõe Fischer, são muito difíceis, mas são eles que permitem olhar de outro modo para o material empírico. Não no sentido de encontrar algo

escondido, mas na perspectiva de ver o que está visível, o que está dito. E, nessa caminhada, provoquei-me constantemente a pensar no quanto os ditos referentes ao ambiental e proliferados na mídia, produzem verdades ao mesmo tempo em que são produzidas por elas. A partir daí, fui mapeando meu problema de pesquisa.

A pesquisa sofreu modificações no decorrer do percurso. Até o momento da qualificação, o objetivo situava-se em: analisar de que forma se constituía midiaticamente o discurso da Educação Ambiental na revista *Veja*, a partir da década de 90, do século XX. E, como questões de pesquisa: quais estratégias eram colocadas em operação pela mídia para produzir verdades acerca da questão ambiental? De que forma a mídia enunciava o discurso de crise ambiental? Quais enunciações eram necessárias para compor a emergência de ações sustentáveis para a continuidade da vida no Planeta? Quanto ao recorte do trabalho, se situava num estudo das reportagens de capa da revista *Veja*, que tratassem da questão ambiental, a partir da década 90.

Naquele momento, fiz o recorte por entender que, a partir de 90 a problemática ambiental se tornava, de forma mais enfática, uma emergência no cenário brasileiro. Entendia que existiam algumas condições de possibilidade para tal emergência, como: os olhares atentos e voltados para as discussões da Eco 92 no Rio de Janeiro, que tinha como propósito pensar sobre as formas que conciliassem o desenvolvimento econômico com a preservação e proteção dos ecossistemas; a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com um tema transversal específico para o Meio ambiente em 1998; a sanção da lei 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental com o intuito de garantir que a Educação Ambiental fosse uma prática nacional em todas as escolas. Entendia tais acontecimentos como significativos para a consolidação da Educação Ambiental no Brasil.

Vale destacar, ainda, que a mídia, e me refiro à revista *Veja*, não enuncia seus ditos como “Educação Ambiental”, entretanto os tomo como uma rede discursiva sobre a Educação Ambiental, porque entendo os artefatos midiáticos como Pedagogias Culturais, que nos ensinam e nos formam constantemente. Consequentemente, os ditos da revista que se referem às questões ambientais tratam de uma maneira específica quanto dos ensinamentos do ambiental. Assim, considero que a Educação Ambiental vem sendo enunciada e visibilizada na revista *Veja* e que haja uma rede de discursos, enunciados, leis e proposições que se fabrica.

Fiz um mapeamento das reportagens no acervo *on line* da revista *Veja* sobre as edições que tinham como destaque a questão ambiental. Num primeiro momento, busquei a partir das palavras-chave, o que demandou um amplo número de edições, contemplando tanto

reportagens de capa quanto reportagens internas. As palavras-chave utilizadas foram “meio ambiente” e “crise ambiental”. Num segundo momento, parti para outra tentativa, busquei as reportagens de capa de todas as edições desde janeiro de 1990, década do recorte da pesquisa. Fiz uma busca minuciosa de todas as reportagens e listei um total de 29 reportagens de capa, desde abril de 1991 até outubro de 2012.

Entretanto, foi necessário outro movimento após o processo de qualificação em dezembro de 2012. Recebi como sugestão um recorte do *corpus* discursivo. Para o projeto de qualificação, apresentei um capítulo analítico, que tratava de reportagens a partir do ano de 2001, as quais pautavam-se numa determinada forma de enunciar sobre a questão ambiental, o catastrofismo. A partir de então, o *corpus* empírico delimitou-se nas reportagens de capa da revista *Veja*, que tratassem da questão ambiental no período compreendido de 2001 até 2012. Somam-se então, 14 reportagens nesse período.

A justificativa para tal recorte se dá devido ao fato de, a partir do ano de 2001 ter havido uma modificação no modo pelo qual a EA passa a ser tratada na revista. Essa modificação situa-se em atrelar o ambiental a uma questão de periculosidade e de medo pelo fim da vida no Planeta. Anteriormente, as reportagens de capa da revista *Veja*, tratavam sobre a questão ambiental a partir de outras perspectivas que não tinham como foco a catástrofe planetária. Os temas abordados mencionavam uma problemática ambiental, entretanto se atrelavam a mostrar, por exemplo, como algumas populações conviviam de forma “tranquila” com a natureza, como na reportagem de 30 de junho de 1999 que tem como chamada de capa: “Xingu – a vida dos índios que preservam um paraíso ecológico do tamanho da Bélgica”. Desse modo, entendo que as estratégias discursivas colocadas em operação na década de 90, eram da ordem de uma necessária conscientização, muito mais pelo viés da preservação do meio ambiente do que por uma política do medo, demarcação apresentada pela revista fortemente a partir dos anos 2000.

As modificações não cessam por aqui. Desde as primeiras discussões e construções do Projeto de pesquisa, eu pensava na possibilidade de compreender a Educação Ambiental como um dispositivo. Porém, por cautela teórica, essa possibilidade ficou por um período da pesquisa em suspenso. Mas, na análise do material empírico, mexendo e remexendo nos dados, retomando o conceito de dispositivo, fui reorganizando meu pensamento e reelaborando o Projeto. Então, meu problema de pesquisa situou-se em **analisar de que modo a revista *Veja* coloca em funcionamento e potencializa o dispositivo da Educação Ambiental no século XXI**. Na intenção de responder a meu problema de pesquisa, organizei o estudo a partir de três questões: Quais os enunciados e os discursos que se articulam uns aos

outros e constituem o dispositivo da EA na revista *Veja*? Como a EA responde a uma Urgência Histórica? Como o enunciável e o visível se engendram e dão sentido ao dispositivo da EA na revista *Veja*?

Assim, nos capítulos de análise (3, 4, 5) mapeio tais questões, trabalhando com os enunciados e discursos, que se articulam e constituem o dispositivo da EA; analisando as condições de urgência da EA; operando com a enunciabilidade e a visibilidade do dispositivo. Destaco que, para responder a estas questões, necessitei buscar subsídios em outras fontes além da revista *Veja*, meu material empírico. Isso porque, a revista potencializa e é uma das estratégias de operacionalização e fabricação do dispositivo, mas ele se produz a partir de uma rede mais complexa. Assim, recorri a alguns documentos legais e fontes históricas para compreender de que maneira o dispositivo vai se compondo. Com estes elementos do dispositivo é que trabalho nos capítulos de análise.

Nesta tese, situo o foco das discussões no dispositivo da Educação Ambiental fabricado e operacionalizado na revista *Veja*. Para tanto, opero com algumas ferramentas da análise do discurso de Michel Foucault (2002a). Realizo a análise discursiva ficando no nível do dito, sem estar preocupada com intenções veladas, que precisam ser descobertas. A ênfase situa-se nas práticas discursivas, no que está dito e visível. A seguir, trago algumas palavras do próprio Foucault ao falar sobre análise do discurso.

Tantas incertezas, gostaria de substituir pela **análise do discurso ele próprio em suas condições de formação, na série de suas modificações e no jogo de suas dependências e de suas correlações**. O discurso apareceria, assim, em uma relação descritível com o conjunto de outras práticas. Ao invés de lidarmos com uma história econômica, social, política, englobando uma história do pensamento (que lhe seria a expressão e como duplicação), em vez de lidarmos com uma história das ideias que se referiria (seja por um jogo de signos e de expressão e como, seja por relações de causalidade) a condições extrínsecas, **lidaríamos com uma história das práticas discursivas nas relações específicas que as articulam com as outras práticas**. (...) E é no espaço dessa história geral que poderia circunscrever-se como disciplina a **análise histórica das práticas discursivas** (FOUCAULT, 2010, p. 15) [grifos meus].

Situo a pesquisa na perspectiva das discussões realizadas por Foucault acerca do conceito de autoria, mas, aqui, o que está em discussão não são os autores das reportagens analisadas. Minha intenção é questionar as discursividades e as condições que as colocam em funcionamento dentro de determinada ordem discursiva¹⁴. Assumo tal posicionamento, por entender que um autor não é proprietário e nem o criador de seus textos. Estes textos são produzidos a partir de outros atravessamentos, de outros ditos. Eles tomam proporções que o próprio autor não imagina. Assim, os discursos estão carregados de sentidos, significados, os

¹⁴ Opero com a ideia de ordem discursiva atrelada a legitimação da verdade na Ciência Moderna, convidando alguns a falar, quem está autorizado, como nos coloca Foucault (2009).

quais vão sendo produzidos pelo autor à medida que escreve e situa seu pensamento, fazendo suas escolhas. Uma obra está atravessada, interpelada de outras obras, de outros autores e de outros conceitos, que podem convergir ou situar-se na correnteza contrária, mas que, de alguma forma, constituem tal discurso.

O que quero é suscitar a discussão de que as enunciações da revista *Veja* tomam uma proporção avassaladora, entrando na ordem do discurso verdadeiro acerca do meio ambiente e da natureza, ensinando modos *ecologicamente corretos* de ser e de se comportar no cenário contemporâneo. Então questiono e problematizo os ditos e não quem os escreveu, pois estes ditos tomam um alcance muito maior do que o do autor. Eles podem produzir regimes de verdade, sistemas verdadeiros que funcionam no interior de determinada sociedade.

A tentativa desta discussão não é a descoberta dos discursos verdadeiros ou falsos. Não se trata de interpretar os discursos, no sentido de buscar explicações para o que estes estão tentando dizer, ou, ainda, quais as intenções escondidas por trás do deles. O movimento é o de discutir e analisar os efeitos produzidos pelo próprio discurso.

Eu parto do discurso tal qual ele é! Em uma descrição fenomenológica, se busca deduzir do discurso alguma coisa que concerne ao sujeito falante; tenta-se encontrar, a partir do discurso, quais são as intencionalidades do sujeito falante – um pensamento em via de se fazer. O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona (FOUCAULT, 2006b, p. 253).

Dessa forma, ao operar com a análise do discurso, situo as discussões e problematizações a partir do que é enunciável e visível. Não procuro uma origem escondida, que necessita ser desvelada. O foco é dar visibilidade ao discurso e às suas relações de exterioridade, tomando-os em sua positividade e produtividade.

Compreendo o discurso como uma série de elementos que operam no interior das relações de poder. Para que o discurso tome força e legitimidade, é necessário estar na ordem do verdadeiro. Aqui, entendo a verdade como um efeito discursivo, que é produzida e legitimada dentro de determinada episteme e que vai constituindo as formas de ser e viver na atualidade. Foucault entende por verdade “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros” (2006a, p. 232 e 233). Dessa forma, olho para a verdade como uma fabricação, uma construção.

Podemos então supor na nossa civilização e ao longo dos séculos a existência de toda uma tecnologia da verdade que foi pouco a pouco sendo desqualificada, recoberta e expulsa pela prática científica e pelo discurso filosófico. A verdade aí não é aquilo que é, mas aquilo que se dá: acontecimento. Ela não é encontrada, mas sim suscitada: produção em vez de apofântica. Ela não se dá por mediação de instrumentos, mas sim provocada por rituais, atraída por meio de ardis, apanhada segundo ocasiões: estratégia e não método. Deste acontecimento que assim se

produz impressionando aquele que o buscava, a relação não é do objeto ao sujeito de conhecimento. É uma relação ambígua, reversível, que luta belicosamente por controle, dominação e vitória: uma relação de poder (FOUCAULT, 1990, p. 114 – 115).

Nessa correnteza, entendo que não existe uma única verdade, muito menos uma verdade a ser descoberta, desvendada, deflagrada. Existem verdades sendo produzidas e legitimadas nas relações de poder que se travam na sociedade. Desse modo, a verdade é uma invenção, é algo que se produz.

Para Foucault, o enunciado está na ordem do discurso aceito como verdadeiro e legítimo em nossa sociedade. Para se atualizar, precisa ser repetido e transmitido. Destaco que o enunciado se modifica conforme o momento histórico, social e cultural em que é ativado. Conforme as tramas e as redes discursivas com que se relaciona ou se apoia, o enunciado pode se modificar. Além disso, é relevante destacar que o enunciado é da ordem da raridade, ele não existe se não for fazendo parte de uma série ou conjunto, num jogo enunciativo. Quem dá o seu sentido é o pesquisador, ao reunir as regularidades enunciativas, multiplicando os sentidos e estabelecendo suas correlações.

[...] Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2002a, p. 121) [grifo do autor].

Descrever o enunciado é estar atento a examinar a função que ele exerce e que dá sentido ao discurso. Nessa pesquisa, examinei alguns enunciados e discursos que constituem o dispositivo da EA, entendendo que eles são da ordem da produtividade, já que constroem esse campo de saber.

Na leitura atenta do material empírico, fui organizando o material a partir das enunciações selecionadas. A coleta e seleção dos dados foi um momento difícil, de trabalho constante e intenso. Mexi e remexi nos excertos recortados para, depois, começar a organizá-los conforme a unidade analítica a qual remetiam. Reuni e agrupei estes dados que emergiram do próprio material empírico, não pensando previamente em categorias de análise.

O trabalho que aqui apresento – a partir das enunciações recorrentes que se ligam umas as outras e que compõem determinadas unidades enunciativas – constitui-se numa formação discursiva da Educação Ambiental na atualidade. Meu trabalho de pesquisadora foi de reunir e organizar os enunciados, que estão dispersos e embaralhados, produzindo unidades

de sentido, estabelecendo as regularidades enunciativas. Vale lembrar que os enunciados não se encontravam em estado puro e natural, esperando que alguém os descobrisse. Para Foucault (2002a), o enunciado é central para que se faça a análise do discurso.

[...] Colocamo-nos na retaguarda em relação a esse jogo conceitual manifesto; e tentamos determinar segundo que esquemas (de seriação, de grupamentos simultâneos, de modificação linear e recíproca) os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso; tentamos estabelecer assim, como os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar em extensão ou em determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir em compensação, novos conteúdos semânticos, constituir entre si organizações parciais [...] (p. 66 e 67).

Assim, o trabalho apresentado analisa a dinâmica das relações entre diferentes enunciados que se ligam uns aos outros, em uma mesma formação discursiva. O enunciado não funciona sozinho, ele exerce uma função no discurso e precisa estar constantemente em relação com outros enunciados de seu tempo. Nessa empreitada, procuro analisar tais enunciados que se relacionam, se atualizam, se sustentam e que dão sentido a determinados discursos. Estes, por sua vez, se relacionam e dão sustentação a outros discursos. Discursos e enunciados que, articulados e combinados, auxiliam na fabricação do dispositivo da Educação Ambiental na revista *Veja*. Nesse sentido, a análise do discurso ou análise das formações discursivas compreende o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, determinando suas condições de existência e estabelecendo as correlações com os outros enunciados, aos quais estejam relacionados.

[...] considerarei, não que eu tenha construído um modelo teórico rigoroso, mas que tenha liberado um **domínio coerente de descrição** – do qual, se não estabeleci o modelo, pelo menos abri e preparei a possibilidade – se tiver conseguido ‘fechar o círculo’ e mostrar que **a análise das formações discursivas está bem centrada na descrição do enunciado em sua especificidade**. Em suma, se tiver conseguido mostrar que as dimensões próprias do enunciado é que estão utilizadas na demarcação das formações discursivas. Não se trata de fundar, de direito, uma teoria [...] mas sim, no momento, de estabelecer uma possibilidade (FOUCAULT, 2002a, p. 133) [grifos meus].

Essa análise das formações discursivas demarca a emergência de determinado enunciado e porque não outro em seu lugar. Assim, o enunciado apareceria num jogo de relações em determinada prática discursiva, moldando nossa maneira de constituir e compreender o mundo em que vivemos. Aqui, em especial, ele se mostra constituindo a forma com que olhamos para o campo da EA.

Dispositivo, discurso, enunciado, enunciação, relações de poder e verdade são ferramentas potentes da análise do discurso. Aqui, tomo o poder como produtivo, que constrói coisas, para além do bem e do mal; produz saber; produz discurso. Assim, para que a EA

esteja na ordem do discurso legítimo em nossa sociedade, a revista *Veja* coloca em funcionamento relações de poder.

Vale uma breve retomada do conceito de poder para Foucault “o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (2002a, p. 183). Dessa forma, tomo o poder a partir da perspectiva foucaultiana, como algo que não está dado, situado em algum lugar, detido nas mãos de alguns. O poder é móvel, fluido, espalhado por todo o corpo social. É produzido em relação e, somente, enquanto relação é que se exerce. O poder é uma ação sobre a ação dos outros, pressupondo sujeitos num mesmo jogo. Onde há espaço para a resistência, o poder se exerce. Quando não é possível resistir aos efeitos dessa relação, não é possível tratá-la como tal. Ela se torna uma outra coisa.

Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo o poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação –, não haveria de forma alguma relações de poder. [...] se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade por todo o lado (FOUCAULT, 2006c, p. 277).

De tal modo, para que as relações de poder se exerçam, a resistência é uma condição. O poder não é repressivo, negativo e não é necessário dele desvencilhar-se. O próprio entendimento de liberdade é atrelado às relações de poder. Só podem participar do jogo, da disputa os sujeitos livres. Então, estas relações são da ordem da produtividade, já que produzem algumas coisas. Aqui não há espaço para classificações boas ou ruins, certas ou erradas, mas produções que nos proporcionam ser, estar e viver no mundo, fabricando e formando saber, produzindo verdades e construindo a própria vida social.

Faço esses apontamentos por compreender que o poder não é algo que está fora do sujeito, o poder não é detido nas mãos de alguns. Penso no poder como exercício, que acontece na relação entre sujeitos. O poder não é o outro do sujeito, o poder atravessa o sujeito e está espalhado, esparramado, distribuído capilarmente, nas malhas mais finas da sociedade. Ele é micro, acontece em rede e produz efeitos de verdade. Como coloca Foucault, o poder é produtivo, produz coisas, para além do bem e do mal. E, por que não pensar para além dos binarismos, tão caros ao campo ambiental? O poder produz e forma saber, produz verdades, como afirma Foucault (1990, p. 08):

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz prazer, forma saber, produz discurso.

Na esteira com Foucault, ousa pensar em um poder que incita, suscita e é criativo. Penso na possibilidade de uma liberdade. Porém, de uma liberdade provisória, que só é possível acontecer como movimento de pequenas revoltas diárias, de resistências. É uma liberdade em exercício, que se dá em alguns momentos, uma *liberdade regulada*, como nos propõe Tomaz Tadeu da Silva (1999). Não defendo uma liberdade eterna como salvação do mundo e do Planeta. Ou uma liberdade que proporcionará a construção de um mundo melhor sem poder. Penso, sim, numa liberdade enquanto exercício de resistência, nas relações de poder que se estabelecem nas instâncias micro da sociedade contemporânea.

Entendo que as relações de poder não estão atreladas a uma dominação violenta. Ao contrário disso, essa dominação não se constitui em relação de poder, uma vez que não dá espaço para que o outro resista e faça suas escolhas. A violência na perspectiva foucaultiana não se constitui em relações de poder. Para Foucault, as relações de poder são jogos de força onde um tenta dominar a ação do outro. A dominação, nestas relações, não é da ordem da violência, mas da tentativa de exercer um domínio, um campo de ação. O poder circula, é ação de uns sobre a ação de outros, é assimétrico, enquanto a violência necessita de uma submissão, de uma coação.

Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1995, p. 243) [grifo do autor].

Nesse sentido, percebo que o poder é produtivo, produz coisas, para além do bem e do mal; produz saber; produz discurso e, nós participamos dessas produções. Assim, só é livre aquele que luta, que trava batalhas, como nos ensina Nietzsche: “Somente é livre o guerreiro” (2000, p. 96).

Nessa correnteza, é possível pensar nas práticas de liberdade que Foucault (2006c) nos fala. Não se trata de uma grande revolução pela libertação irrestrita dos indivíduos. A liberdade é um exercício de resistências contra os efeitos da dominação. Ser livre é colocar-se em batalha, quando se torna possível uma conquista mínima de liberdade. Ninguém pode conquistar a liberdade pelo outro.

Assim, o dispositivo da Educação Ambiental operado na mídia é produtivo, coloca em funcionamento relações de poder, incita, suscita e é criativo. Somos persuadidos a participar

desse jogo de forças. Entretanto, aqui ninguém é manipulado a participar, subjugado, pois cada um exerce a sua liberdade de escolha, mesmo que minimamente.

Portanto, esse trabalho de tese teve como intenção mergulhar na pesquisa, abandonando convicções e certezas. Os autores que me fundamentaram nesta empreitada me possibilitaram olhar de outra forma para os materiais empíricos, provocando o pensamento sobre o não pensado. Desta forma, entendo que as análises que seguem nos próximos capítulos são um convite ao leitor e a mim mesma para olhar de forma diferente o campo da Educação Ambiental, tentando colocar em exercício a liberdade, através de práticas de luta. Lutas em que, algumas vezes, vencemos e, em outros momentos, perdemos. Este é o convite! Olhar com desconfiança para o dispositivo da Educação Ambiental fabricado na revista *Veja*, colocando algumas verdades em suspenso.

**O ENUNCIADO CATASTRÓFICO DO PLANETA TERRA: MODOS DE
CONSTITUIR O DISCURSO DE CRISE AMBIENTAL NA
ATUALIDADE**

3. O ENUNCIADO CATASTRÓFICO DO PLANETA TERRA: MODOS DE CONSTITUIR O DISCURSO DE CRISE AMBIENTAL NA ATUALIDADE

Nas últimas décadas deste século, assistimos um forte apelo midiático voltado para a questão da Crise Ambiental do Planeta. A proliferação dos problemas ambientais com os quais convivemos tem tomado força em nosso cotidiano, conduzindo nossas ações mais corriqueiras. Dessa forma, a mídia, vem nos incitando, a cada momento, chamando a nossa atenção para tal problemática e nos convidando a participar dessa grande campanha mundial para *Salvar o Planeta*. Com isso, somos interpelados, cotidianamente, a nos responsabilizarmos por nossas atitudes individuais e coletivas em prol da vida do Planeta.

A circulação de tais enunciações na mídia se dá de diferentes formas, seja em propagandas publicitárias, em reportagens impressas, em programas de televisão e tantos outros meios de comunicação. Visualizo, em tais ditos midiáticos, um forte chamamento para os riscos quanto à continuidade de vida na Terra atrelado ao convite para que participemos da grande campanha mundial, pois *o futuro depende de nós*. Com chamadas persuasivas, se torna difícil resistirmos e não participarmos da ordem do discurso de Crise Ambiental tão em voga na contemporaneidade, afinal, é a vida que está em perigo.

Neste capítulo, coloco em discussão um enunciado potente que compõe o discurso de Crise Ambiental na atualidade: o enunciado catastrófico do Planeta Terra. Colocarei em exame as enunciações que o constituem e que acionam seu funcionamento em algumas reportagens da revista *Veja*. Importante dizer que o enunciado em questão é um “átomo do discurso” (FOUCAULT, 2002a, p. 90), nesse caso do discurso de Crise Ambiental. Entendo, pois, que tal enunciado molda nossa maneira de constituir e compreender a Crise Ambiental, estando na ordem do discurso ambientalmente verdadeiro na atualidade.

É relevante destacar, ainda, que as enunciações que compõem o enunciado catastrófico do Planeta Terra, em discussão logo a seguir, aparecem em reportagens da revista *Veja* a partir do ano de 2001. Ao olhar as reportagens de capa e o conteúdo a que se destinam, identifiquei que é a partir da virada do milênio que a questão ambiental passa a ser tratada de forma apocalíptica, instaurando uma visão terrorista e catastrófica sobre o futuro do Planeta e da própria humanidade.

Ao fazer tal análise, identifiquei, em outras reportagens do mesmo período, algumas aproximações. Encontrei, no mesmo ano, as seguintes reportagens de capa na revista *Veja*:

- Edição 1700 – 10/05/2001 – “Sem Luz – Prepare-se: o racionamento vai infernizar a sua vida, desacelerar a economia e pode devastar a imagem do governo”.

- Edição 1718 – 19/09/2001 – “O Império Vulnerável”.
- Edição 1719 – 26/09/2001 – “Guerra ao Terror”
- Edição 1720 – 03/10/2001 – “O Vírus Anti-EUA”
- Edição 1721 – 10/10/2001 – “Fé Cega e Mortal”
- Edição 1722 – 17/10/2001 – “O Profeta do Terror”
- Edição 1723 – 24/10/2001 – “ANTRHAX, o mal invisível”

Essas reportagens se inscrevem na ordem discursiva catastrófica, de terror e medo, seja pelo racionamento de energia, seja pelo fanatismo religioso. Aliás, parece que após o ataque às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, o mundo começa a se comportar de forma diferente, com mais rigorosidade nas questões relativas à segurança, tanto individual quanto coletiva. Os olhares estão cada vez mais atentos e o medo provocado pelo terrorismo toma conta do globo terrestre. O ataque provocou, também, uma série de modificações relativas, principalmente, à segurança, mas com reflexos em todas as áreas. Entre elas, cito: a “Guerra ao Terror”, declarada pelo então Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush; o maior controle do tráfego aéreo mundial; a maior inspeção de passageiros nos aeroportos; os telefones e e-mails grampeados, entre outros.

Toda essa movimentação acabou provocando um desconforto nos cidadãos. A sensação constante de insegurança, de desconfiança e de medo passou a fazer parte da vida das pessoas. O mundo todo voltou seus olhares para o ocorrido nos EUA. O efeito veio em cascata e o medo se espalhou. As nações prestaram solidariedade ao povo americano e o mundo ocidental passou a se sentir cada vez mais ameaçado. Somou-se a isso o alto gasto econômico, cerca de US\$ 5 trilhões nos dez anos que seguem ao atentado, o que contribuiu significativamente para o rombo nas contas públicas do país e provocou um impacto econômico significativo nos mercados mundiais. A crise financeira afetou a todos. Outra consequência que deixou marcas diz respeito à saúde das pessoas que tiveram contato com a poeira tóxica causada pelo colapso do World Trade Center. Como ficar indiferente? O medo dos atentados, o medo da crise financeira, a saúde em risco, passam a fazer parte da vida de cada um.

Os atentados do 11 de setembro fizeram 2.996 mortos. Algo espantoso, mas, ainda assim, um dano bem menor em comparação a outros desastres de enormes proporções que atingiram outras partes do planeta. Entre eles, destacamos os efeitos do *tsunami*, que se registrou no Oceano Índico, em dezembro de 2004, e que afetou especialmente a Indonésia, o Sri Lanka, a Índia e a Tailândia. Morreram cerca de 226 mil pessoas e mais de dois milhões

foram afetadas. Números apavorantes, que o terremoto de janeiro de 2010 no Haiti conseguiu competir, perdendo 222 mil habitantes, com quase 3,5 milhões sofrendo com as consequências do desastre. Além desses, outros desastres naturais de graves consequências foram: o furacão Katrina (EUA); o ciclone Nargis (Birmânia); os sismos em Bam (Irão), Caxemira (Paquistão), Java (Indonésia) e Sichuan (China) e a onda de calor que varreu a Europa em 2003. A soma de mortos destes desastres naturais se aproxima de 855 mil pessoas, segundo um relatório conjunto da Cruz Vermelha (César Avó, 2011).

O medo do terrorismo que se dissipou a partir do atentado às torres gêmeas, nos EUA, os graves desastres ambientais que marcam o começo do milênio em diferentes partes do mundo, a crise financeira, que se alardeia por diversos países, fazem com que as pessoas passem a viver constantemente uma sensação de insegurança frente ao que ainda poderá vir a acontecer. Como viver diante dessa crise provocada pelos diferentes medos contemporâneos? Talvez essas sejam algumas condições de possibilidade para a emergência de uma discursividade apocalíptica referente ao campo da Educação Ambiental. Estaria aí uma outra oportunidade de medo na sociedade moderna? Bauman afirma que vivemos uma “síndrome do Titanic”, ou seja, estamos sempre prestes a um naufrágio.

Os temores emanados da “síndrome do Titanic” são os de um colapso ou catástrofe capaz de atingir *todos nós*, ferindo cega e indiscriminadamente, de modo aleatório e inexplicável, e encontrando todos despreparados e indefesos. Há, contudo, outros medos não menos, se é que não mais, aterrorizantes: o medo de ser pinçado *sozinho* da alegre multidão, ou no máximo separadamente, e condenado a sofrer *solitariamente* enquanto todos os outros prosseguem em seus folguedos. O medo de uma catástrofe *pessoal*. O medo de se tornar um alvo selecionado, marcado para a ruína. O medo de cair de um veículo em alta velocidade, ou de ser jogado pela janela, enquanto o resto dos viajantes, com os cintos de segurança devidamente afivelados, acha a viagem ainda mais divertida. O medo de ser deixado para trás. O medo da exclusão (BAUMAN, 2008, p. 28) [grifos do autor].

As análises que seguem neste capítulo dão visibilidade ao medo que se instaura a partir de algumas reportagens da revista *Veja* em destaque.

Há que se considerar ainda que o enunciado catastrófico do Planeta Terra não é “novo” quando se trata da questão ambiental, pois a própria história da Educação Ambiental, enquanto campo de saber, já emerge nesse contexto apocalíptico (LUTZENBERGER, 1977 e MARTINEZ, 2006). Faço tal consideração para apontar que hoje o enunciado catastrófico do Planeta Terra foi retomado, modificado e atualizado. Parece-me que existem outras estratégias discursivas em operação e que nos convidam a agir de um modo diferente, se comparados aos discursos das décadas de 70, 80 e 90. Um dos propósitos deste material será, também, apontar em que reside essa atualização a partir dos materiais midiáticos em que venho me debruçando.

3.1 Uma condição de possibilidade para emergência da EA: o catastrofismo

Alterações climáticas, desaparecimento de espécies, inundações de água, escassez de alimentos e tremores de terra, são alguns dos diferentes fenômenos que vemos acontecer de modo cada vez mais frequente nas últimas décadas. E, quando se trata de pensar na questão ambiental, talvez sejam estas as primeiras imagens que venham ao nosso pensamento. Isto ocorre não só porque vivemos a Crise Ambiental que se instala na atualidade, mas também por que fomos ensinados a ver e a falar sobre essa crise.

Histórias em quadrinhos, livros didáticos, *outdoors* espalhados pelas cidades e estradas, reportagens de jornais e revistas, filmes, desenhos, documentários, enfim, toda uma série de artefatos culturais nos ensinam a olhar e a compreender o meio ambiente e a natureza de determinada forma. Aqui, entendo que os artefatos culturais educam sobre diferentes questões, constituindo e produzindo, afirmando ou negando determinadas identidades, gestos e posturas.

A própria Educação Ambiental se constitui através de uma visão catastrófica e apocalíptica. Ao olhar sua constituição, identifico que sua emergência se dá a partir de uma preocupação mundial com as alterações realizadas no meio ambiente. Dessa forma, a EA se constrói historicamente a partir de uma concepção de problema e de crise, na qual é necessário aliar forças para salvar o Planeta. Isto se torna visível quando voltamos nossa atenção para os grandes encontros e conferências mundiais que desencadearam a EA enquanto um campo de saber.

Assim, ao fazer uma rápida retomada dos importantes encontros que construíram a história da EA, percebo que ela emerge num contexto marcado pela crise, pela necessidade de pensar alternativas de melhorar a qualidade de vida das pessoas e do próprio Planeta. Em 1972, ocorreu A Conferência de Estocolmo, considerada o marco da EA, na qual o objetivo principal dizia respeito à necessidade de uma educação dirigida para a solução dos problemas ambientais. Em 1975, na Conferência de Belgrado, foi criada a Carta de Belgrado, que preconizava uma nova ética planetária, erradicando a fome, a pobreza, o analfabetismo, a poluição, a exploração e a dominação humana. Na Conferência Internacional de Tbilisi, realizada em 1977, surgem os objetivos, funções, estratégias, características e recomendações da EA. Foram criadas 41 recomendações que zelam pela união internacional de esforços para o bem comum. Em 1987 ocorre a Conferência de Moscou com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da EA desde a Conferência de Tbilisi.

Todos estes grandes encontros mundiais, que foram marco na constituição histórica do campo da Educação Ambiental, tiveram como propósito e pauta discutir as problemáticas

ambientais e apontar as possíveis soluções, o que confirma que pensar o ambiental, tornou-se importante a partir do momento que isto se tornou um problema a ser resolvido. Assim, a EA emerge como um campo de saber voltado para a crise e para a catástrofe, com o objetivo de pensar alternativas para mudar o rumo do que está ocorrendo com o Planeta, ou melhor, do que os homens estão fazendo com ele. Dessa forma, parece que não há como desvincular a EA de um enunciado catastrófico do Planeta Terra.

No Brasil, a Educação Ambiental foi formalmente instituída pela lei federal nº 6938, sancionada em 31 de agosto de 1981, quando foi criada a Política Nacional de Meio Ambiente. Mas, foi na década de 90, mais especificamente em 1992, com a realização da Eco 92 no Rio de Janeiro, que ela ganhou potência e visibilidade nacionalmente. Neste cenário, chamou a atenção o depoimento realizado pela menina de 12 anos, Severn Suzuki, que ficou mundialmente conhecido. Abaixo, transcrevo um trecho de sua fala, que apontava o contexto calamitoso para o qual a humanidade caminhava.

[...] Todo o dinheiro que precisávamos para vir de tão longe conseguimos por nós mesmos para dizer que vocês, adultos têm que mudar seu modo de agir.

Ao vir aqui hoje, não preciso disfarçar meu objetivo: estou lutando pelo meu futuro. Não ter garantia quanto ao meu futuro não é o mesmo que perder uma eleição ou alguns pontos na bolsa de valores.

Estou aqui para falar em nome das gerações que estão por vir.

Estou aqui para defender as crianças que estão com fome cujos apelos não são ouvidos.

Estou aqui para falar em nome dos incontáveis animais morrendo em todo o planeta porque já não têm mais para onde ir.

Não podemos mais permanecer ignorados.

Hoje tenho medo de tomar sol por causa dos buracos na camada de ozônio.

Tenho medo de respirar esse ar porque não sei que substâncias químicas o estão contaminando. [...] [grifos meus].

Futuro, medo, crise e contaminação foram palavras usadas pela menina e que recorrentemente são utilizadas quando se trata da questão ambiental. Seria possível pensar a EA para além delas? Nos materiais em que me debruço ao estudo até o momento parece que não. A EA carrega tais consignas fortemente. Talvez um dos grandes desafios desse trabalho seja o de pensar outras possibilidades para o campo ambiental no século XXI.

Retomando a discussão, como vimos rapidamente, o cerne da discussão ambiental sempre foram as questões calamitosas. Não há dúvidas, então, que o enunciado catastrófico do Planeta Terra não é novidade, quando se trata desta temática. Ainda para reforçar esta hipótese, aponto uma importante contribuição de José Lutzenberger (1977), que se dedicou fortemente à questão ecológica. Em sua obra “Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro”, o autor aponta a urgência de ações para resolver a problemática ecológica, que não podem mais ser postergadas.

Somente uma transição rápida a atitudes fundamentalmente novas, atitudes de respeito e integração ecológica, **poderão ainda evitar o desastre**. Encontramo-nos num divisor de eras. Nossa época encontrará na História, se dermos chance à História, como limiar de uma nova idade. **A qualidade de vida nesta nova idade dependerá de nosso comportamento atual e das atitudes que soubermos inculcar na juventude** (LUTZENBERGER, 1977, p. 9) [grifos meus].

A defesa de Lutzenberger é por uma necessária conscientização de que o futuro depende de nós. O autor ressalta o quanto é necessário que façamos algo, mudando nossas atitudes referentes ao ambiente. Fica evidente que, caso não tomarmos tais providências, rumo à mudança, algo poderá acontecer e colocar o futuro da humanidade em risco.

Em plena década de 70, o autor já chamava a atenção para a crise ecológica que abalava o mundo e de quanto o homem, em sua busca pelo domínio de todas as coisas, destruiu e continuava a destruir o mundo natural.

Quando nos empolgamos com nosso fabuloso poderio tecnológico e nos orgulhamos do “domínio da natureza”, nosso entusiasmo pueril nos torna cegos diante dos verdadeiros custos das modernas tecnologias e não nos permite ver nossa total incapacidade de repor, com a mesma facilidade, o que destruímos. A motosserra e o trator que em minutos derrubam o gigante milenar nos parecem um progresso extasiante, mas nos fazem esquecer que não há e nunca haverá tecnologia capaz de repor no mesmo lugar outro gigante em menos tempo que o que leva uma árvore milenar para formar-se (LUTZENBERGER, 1977, p. 14) [grifo do autor].

O “Manifesto Ecológico” – como comumente essa obra de Lutzenberger é conhecida – denuncia agressões cometidas pelos homens à natureza por muitos anos. Fala sobre a forma irresponsável e desleixada de utilização dos recursos naturais. Coloca, ainda, a questão do crescimento demográfico e do quanto ele deverá ser contido. O autor diz que não tem uma receita para solucionar a crise ecológica, mas que indica algumas pistas, sendo provavelmente, a mais importante delas a mudança urgente e necessária de nossas atitudes. Porém, deveríamos estar dispostos a fazer alguns sacrifícios, como optar pelo sabão ao invés do detergente, adquirir uma roupa simples e duradoura, escolher uma tecnologia intermediária, ao contrário de uma megatecnologia, praticar um esporte simples e não um que necessite de aparelhagem complexa, etc. (LUTZENBERGER, 1977).

O propósito desta seção foi apresentar, de modo geral, que o enunciado catastrófico do Planeta Terra é a marca do campo ambiental. A EA emerge num cenário crítico, em que o mundo está com seus olhares voltados para tentar resolver ou, pelo menos, minimizar os efeitos da crise instalada e vivida mundialmente. Minha tentativa foi deixar evidente tal cenário que se configurou e de modo a EA foi se constituindo, atravessada deste contexto histórico.

Ao problematizar o enunciado catastrófico do Planeta Terra, proliferado em um importante artefato da mídia brasileira – a revista *Veja* –, identifiquei sua repetição e atualização

na contemporaneidade. É, justamente, esta atualização, em pleno século XXI, que gostaria de problematizar na seção a seguir. Vale lembrar, como nos ensina Foucault, que: “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.” (2009, p. 26).

3.2 A atualização do catastrofismo na EA contemporânea

Nesta seção, me provoco a problematizar sobre o modo como a revista *Veja* repete o enunciado catastrófico do Planeta Terra e o atualiza, atendendo a certas exigências de nosso tempo. Como já apresentei na seção anterior, o catastrofismo não é novidade quando se trata de falar sobre a EA. Porém, na atualidade, principalmente desde 2001, tal reverberação vem sendo produzida discursivamente de um modo diferente. Assim, para esta empreitada, seleciono algumas reportagens de capa da revista *Veja*, que apresentam enunciações potentes que versam sobre a temática em discussão.

Lutzenberger (1977) já anunciava a proximidade de uma “calamidade global”, contestava o consumismo exacerbado, fazia duras críticas à ciência e ao desenvolvimento tecnológico. O autor realizava fortes contestações à forma como a sociedade estava se comportando e agindo frente à crise ecológica.

Em pleno século XXI, as capas da revista *Veja*, a revista com maior número de exemplares distribuídos em nosso país, trazem como destaque:

O Planeta pede Socorro

Aquecimento da atmosfera, florestas destruídas, escassez de água limpa, derretimento das geleiras, extinção de animais, ... Ah, tem mais: uma nuvem de poluentes cobre metade da Ásia, onde vive um quinto da humanidade (Veja, reportagem de capa, agosto de 2002).

Salvar a Terra

Consciência ambiental: filho único; camiseta de fibra reciclada; sacola de fibra natural; fralda de pano; alimentos orgânicos; cantil (para evitar garrafas pet); calça de algodão orgânico feita à mão; bicicleta 0 de CO²; sandálias com lona de pneu reciclado (Veja, reportagem de capa, outubro de 2007).

Estamos Devorando o Planeta

Água, carne, peixe: o mundo já consome mais do que a Terra pode oferecer. A esperança na nova Revolução Verde (Veja, reportagem de capa, dezembro de 2009).

Aqui, entendo que haja uma repetição e atualização do enunciado catastrófico do Planeta Terra. De certo modo, a revista *Veja* enuncia e aterroriza com a catástrofe “O Planeta pede Socorro”; “Salvar a Terra”; “Estamos devorando o Planeta”. O título da reportagem já é emblemático e já nos interpela, pois somos convidados a olhar, ler e entender que catástrofe afinal de contas é esta? Por que o Planeta pede Socorro? O que estamos fazendo com o Planeta? Medo, Culpa, Salvação!

E, nesse jogo de forças e disputas travado entre nós, sujeitos já subjetivados pelo discurso do “ecologicamente correto”, acabamos persuadidos a participar dessa rede discursiva em prol do Planeta! E, além deste apelo apavorizante e terrorista, a revista *Veja* nos indica de que modo devemos agir frente a essa problemática. O que visualizamos como possibilidade de atualização em tais enunciações reside justamente em indicar maneiras corretas de nos comportarmos, de consumirmos enquanto sujeitos preocupados com o meio ambiente e com a vida do Planeta.

Não basta que sejamos interpelados pelo medo da catástrofe, o objetivo é que tenhamos medo do que pode acontecer e que, frente a isso, tomemos uma atitude responsável. Nesse sentido, entendo que o consumo consciente é uma possibilidade forte de atualização discursiva do enunciado catastrófico do Planeta Terra na revista *Veja*. Os excertos a seguir foram extraídos das reportagens de capa citadas anteriormente e dão visibilidade a este entendimento:

Carros Elétricos e Híbridos - Esses veículos emitem até 30% menos CO₂, mas custam até 25% mais que seus rivais compactos e poluidores. Subsidiá-los é lucro para qualquer metrópole.

Redução: um carro de passeio joga 2 toneladas de carbono por ano na atmosfera, valor igual à quantidade capturada por 170 árvores durante dez anos (*Veja*, dezembro de 2009, p. 136)

Consumir menos - Uma lâmpada feita com os modernos LEDs (sigla em inglês para Light Emitting Diode) emite a mesma quantidade de luz de uma lâmpada incandescente tradicional usando apenas 25 % de energia. Além disso, sua vida útil é estimada em 50000 horas, contra apenas 1000 horas das concorrentes. Mas ela ainda custa até vinte vezes mais do que as lâmpadas comuns (*Veja*, dezembro de 2009, p. 137)

Casa engajada - Entre os ambientalistas dispostos a salvar o planeta sem abrir mão do conforto, uma opção frequente são as casas inteligentes, com painéis solares para gerar energia e mecanismos para a coleta e o reaproveitamento da água da chuva. Por enquanto, construir esse tipo de casa custa caro (*Veja*, outubro de 2007, p. 93)

Para manter a consciência limpa com relação à poluição do planeta, a solução mais popular no momento é tomar medidas simples como trocar as sacolas plásticas pela de pano e evitar o consumo de carne – a pecuária é responsável por 18% da emissão de gases do efeito estufa (*Veja*, outubro de 2007, p. 93)

As enunciações destacadas evidenciam o quanto os sujeitos são acionados a agir de modo a consumir conscientemente e engajarem-se a favor da problemática ambiental, pois ela é planetária. O que questiono, aqui, é o modo pelo qual essa trama discursiva nos interpela, nos molda e nos constitui enquanto sujeitos.

Na atualidade, a Crise Ambiental intensifica-se cada vez mais, pois somos surpreendidos diariamente por desastres naturais dos mais imprevisíveis possíveis. A própria Ciência, que tinha tantas convicções, não dá mais conta, de forma outrora tão veemente, de

responder ao que nos acomete. Então, minha provocação se situa em pensar: De que modo estamos vivendo este tempo ou e de que modo estamos sendo posicionados a viver este tempo? Que escolhas fazemos e de que modo somos conduzidos a elas? Quando lemos a revista, assistimos ao filme, escutamos música, vamos ao supermercado, que escolhas estamos fazendo?

“Sociedade de Consumidores”, “Sociedade de Hiperconsumo”, “Consumo Consciente”, “Consumo Sustentável” De que modo tais expressões se cruzam? Na atualidade, é possível pensarmos nas questões ambientais sem questionarmos os atravessamentos da política do consumo? Entendo que o ambiental e, em especial o enunciado catastrófico do Planeta Terra, aqui em discussão, mostra-se cada vez mais emaranhado nessa onda consumista, que constitui nossos modos de vida na contemporaneidade. Esse modo de vida parece ser um importante empreendimento para que o Planeta não se esgote!

Bauman (2001, 2008) nos auxilia a pensar na “sociedade de consumidores” na forma como a cultura do consumo se espalhou e invadiu todas as esferas do globo terrestre. Cada vez mais ficamos seduzidos pelo desejo de consumir. Somos, a todo o momento, cutucados, incitados, provocados a consumir, a desejar algo. O consumo é marca forte da sociedade líquida moderna e, assim como ela, assume características de fluidez, é volátil e impossível de conter. Parece que há sempre algo novo para ser consumido, adquirido. Nunca estamos satisfeitos!

Nesse sentido, Marisa Vorraber Costa, ao problematizar a cultura consumista na sociedade de consumidores, destaca:

[...] Aprendemos a renascer: novas carreiras, novas identidades, novos afetos; e a recomeçar incansavelmente. De fato, a vida na sociedade de consumidores pouco tem a ver com aquisição e posse. O que a distingue, sobretudo, é a indispensável condição de “estar em movimento”. Somos inapelavelmente incitados a prosseguir; permanentemente pressionados a querer mais, ser mais, experimentar mais. (...) A própria sociedade de consumidores estimula a antecipação do descarte e premia a reposição constante. O telefone celular (ou a Barbie, o computador, o par de tênis, a namorada, o emprego) recém adquirido pode ser substituído praticamente sem custos, ou com mínimo custo, por outro mais novo, aperfeiçoado ou conveniente. Leve o velho à loja, e ela se encarregará de livrá-lo desse incômodo do passado (COSTA, 2009, p. 36 e 37).

Na correnteza destes autores, entendo que, na atualidade há uma obsessão, uma compulsão pelo consumo, que se tornou marca registrada da vida moderna. É notório o quanto o consumo se constitui como eixo organizador das sociedades do presente, nas quais se articulam as formas de ser e de viver dos sujeitos, produzindo e inventando suas/nossas subjetividades.

Na sociedade de consumidores, cada sujeito está engajado em práticas de empreendedorismo dedicadas a transformá-lo em uma mercadoria vendável, consumível. O corpo do sujeito tem sido alvo de inúmeros investimentos, tornando-se passível de transformações, ou seja, modificações que o marcam, diferenciam, modificam. Existe uma verdadeira indústria em torno da produção e desejo sobre estes corpos. Moda, estética, cirurgias, adereços e tatuagens são algumas das possíveis intervenções que demonstram o quanto o corpo vem sendo investido, ressignificado e investigado. Essa indústria investe nas imagens corporais, proporcionando ao consumidor ser/ter um corpo inteiramente pronto para ser filmado, fabricado, fotografado, visto e admirado. Em todos os âmbitos, podemos perceber o quanto mostrar-se vem se tornando algo que constitui e que marca a sociedade contemporânea. A imagem é central para a nossa produção, para mostrar como somos, nossos pertencimentos e, fazer isso, é se disponibilizar cada vez mais ao consumo.

Gilles Lipovetsky fala sobre a “sociedade de hiperconsumo” e a caracteriza pela busca da felicidade individual, conforme as palavras do próprio autor:

A civilização do bem-estar consumista constituiu o grande coveiro histórico da ideologia gloriosa do dever. Ao longo da segunda metade do século, a lógica do consumo de massas dissolveu o universo das homilias moralizadoras, erradicou os imperativos rigoristas e engendrou uma cultura onde a felicidade se impõe como mandamento moral, os prazeres ao proibido, a sedução à obrigação. [...] O culto da felicidade em massa veio generalizar a legitimidade dos prazeres e contribuir para a promoção da febre da autonomia individual (LIPOVETSKY, 2004; p. 60).

No entendimento do autor, vivemos uma era do consumo para nós mesmos, buscando uma satisfação cada vez mais individual. É uma busca individualista “o consumo do indivíduo ‘para si’ suplantou o consumo ‘para o outro’.” (LIPOVETSKY 2007, p. 36) [grifos do autor]. Na mesma vertente de Lipovetsky, Bauman defende que a “sociedade de consumidores”, “[...] representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista” (2008, p.71).

Dessa forma, vamos nos constituindo em consumidores ativos e participantes dessa “sociedade de consumidores” ou “sociedade de hiperconsumo”. No que se refere à questão ambiental, entendo que haja uma busca incessante em incitar um outro modo de consumir, mais consciente e mais alinhado com a sustentabilidade do Planeta. Nesta busca pela sustentabilidade, se produz e subjetiva um determinado tipo de sujeito, preocupado com o futuro deste Planeta e com a qualidade de vida das próximas gerações. Desse modo, evidencio o quanto o discurso do ecologicamente correto e do consumo consciente está atrelado, também, a um consumo desenfreado. Há uma propagação de produtos, formas de ser e de viver que esteja em consonância com um mundo mais sustentável, como afirma Costa:

As redes de mercantilização e consumo investem maciçamente no discurso da responsabilidade social e das políticas de inclusão. A compra de mercadorias é revestida de uma aura de ato político, em que o consumo acontece não apenas para mostrar o que se tem e o que se pode, mas também para ajudar o próximo. Eis que surgem camisetas, pulseiras, bonés e bandas para cabelo que anunciam seu engajamento na luta contra o câncer infantil, de mama, a AIDS, o fumo, a discriminação aos gays, a exploração sexual de meninas. Em cada uma dessas campanhas, de certa forma, também se consome o “outro” (2009, p. 31) [grifo da autora].

A problemática ambiental insere-se nestes discursos de responsabilidade social, como bem descreve Marisa Vorraber Costa, no excerto anterior. É a partir desse convite, nos convocando a assumir nossas responsabilidades frente às catástrofes ecológicas, que a mídia vai nos persuadindo e nos capturando a participar da cultura consumista, fazendo algo em prol do Planeta Terra. Nossas atitudes, na sociedade de consumidores, vão além de economizar água, reciclar o lixo e plantar uma árvore. É preciso bem mais do que isso! É preciso apostar na compra de produtos que colaborem com essa grande campanha mundial para que a vida no Planeta Terra não se esgote. Para tanto, estão aí as *ecobags*, *ecoclothes*, *ecohouses*, móveis *ecowood* e tantos outros produtos a serem consumidos em nome do medo instalado em nossas vidas através do enunciado catastrófico do Planeta Terra, tão em evidência na revista *Veja*.

Dessa forma, entendo que o consumo consciente, ou consumo sustentável, que tem como investimento o sujeito preocupado com o futuro do Planeta, é uma das possibilidades potentes de atualização discursiva do enunciado catastrófico no material aqui em discussão. Isso porque, a atualização discursiva do proferido reside justamente em indicar o modo como os sujeitos devem se conduzir diante da catástrofe. Já não basta, apenas, frear a devastação, reorientar o caboclo e o colono, buscar o cultivo de uma agricultura mais intensiva de mão de obra, estabelecer uma relação de preservação com a natureza, conforme defendia Lutzenberger na década de 70. Nessa contemporaneidade, é necessário, também, adquirir produtos sustentáveis e consumir conscientemente em prol do Planeta Terra!

Parece-me que os artefatos midiáticos e, especialmente, a revista *Veja*, tem nos ajustado a certo modo de viver, e de nos tornarmos sujeitos diante da Crise Ambiental. Nossas posições e entendimentos estão naturalizados de tal maneira que se torna difícil rompermos com esta compreensão do ambiental atrelado à crise, à catástrofe, ao medo e ao consumo consciente. Consumir de modo sustentável, causando menos impacto ao meio ambiente, estaria, aqui, a possibilidade de Salvar a Terra? Entendo que o direcionamento de nosso modo de agir tenha sido uma das estratégias utilizadas pela revista *Veja* para atualizar o enunciado catastrófico do Planeta Terra. As enunciações tratadas nas reportagens em análise

nos apresentam a situação que temos para enfrentar. Para isso, precisamos intervir logo, cada um fazendo a sua parte, em benefício da vida futura.

Na próxima seção, trago para a discussão algumas questões emblemáticas que se referem ao modo como a revista *Veja* enuncia o catastrofismo do Planeta, problematizando as estratégias discursivas colocadas em operação para persuadir os sujeitos quanto a necessidade de tomar uma atitude em prol da vida deste.

3.3 O Medo: uma ferramenta potente do enunciado Catastrófico do Planeta Terra

No material em estudo são recorrentes as enunciações que tratam da questão ambiental de forma apocalíptica. Comumente as chamadas das reportagens nos convidam a ver e a falar sobre a problemática ambiental. Com enunciações de terror e medo, somos interpelados e a sensação que se instala é de que não há escapatória, pois fomos nós que destruimos o Planeta e acabamos com os recursos naturais. Afinal, “Para onde vamos com nossas agressões ao Planeta? O pessimismo da resposta varia, mas há um consenso: a hora de agir é já” (revista *Veja*, 2005, p. 84). Através do apelo catastrófico e apocalíptico, vamos nos constituindo como sujeitos que precisam preservar o meio em que vivem, respeitar os recursos naturais e as leis da “natureza”, pois, caso contrário, acertaremos as contas no futuro.

Nesta seção, pretendo dar visibilidade a uma ferramenta potente desta pesquisa, que tem dado a ver ao enunciado catastrófico do Planeta Terra: o medo. Assim, talvez Bauman nos ajude a pensar sobre o modo como estamos convivendo com tal ferramenta na atualidade líquida moderna:

O que mais amedronta é a ubiquidade dos medos; eles podem vazar de qualquer canto ou fresta de nossos lares e de nosso planeta. Das ruas escuras ou das telas luminosas dos televisores. De nossos quartos e de nossas cozinhas. De nossos locais de trabalho e do metrô que tomamos para ir e voltar. De pessoas que encontramos e de pessoas que não conseguimos perceber. De algo que ingerimos e de algo com o qual nossos corpos entraram em contato. Do que chamamos “natureza” (pronta, como dificilmente antes em nossa memória, a devastar nossos lares e empregos e ameaçando destruir nossos corpos com a proliferação de terremotos, inundações, furacões, deslizamentos, secas e ondas de calor) ou de outras pessoas (prontas, como dificilmente antes em nossa memória, a devastar nossos lares e empregos e ameaçando destruir nossos corpos com a súbita abundância de atrocidades terroristas, crimes violentos, agressões sexuais, comida envenenada, água ou ar poluídos) (2008, p.11) [grifos do autor].

O autor nos provoca a pensar o quanto o medo está cada vez mais esparramado em nossa sociedade e o quão complexo é conseguirmos estancá-lo, detê-lo, barrá-lo, pois ele é escorregadio, vem de diferentes locais e toma uma proporção avassaladora em nossas vidas, a ponto de, cada vez mais, buscarmos por segurança, em espaços fechados, seguros, vigiados e protegidos de qualquer perigo. Com frequência, buscamos por uma vida tranquila e segura,

mas essa é uma vida possível no mundo em que vivemos? E, quanto aos perigos que não podemos prever, aqueles que nos ameaçam diariamente e que não sabemos como enfrentá-los? Como lidar com tantos medos?

Um desses medos líquidos modernos é, a meu ver, o fim da vida no Planeta. Os discursos de Crise Ambiental tendem a regular o cotidiano, sob a ambivalente política da prevenção e do medo, pois, se não fizermos algo em prol da continuidade e da preservação da vida do Planeta, estaremos colocando as nossas vidas pessoais e coletivas em perigo. Por este motivo, é necessário agir, hoje e agora, para que tenhamos um mundo habitável no futuro.

Parece-me que discursos como esses, que propagam o medo e o terror, referem-se muito mais a uma política da periculosidade do que a uma “verdadeira consciência de crise ambiental”, como pregam os amantes da natureza. É muito mais pelos discursos de medo do desconhecido, daquilo que não podemos conter, da nossa insegurança em relação às catástrofes ambientais que acabamos sendo capturados por enunciações como essas. Afinal, quando a questão refere-se ao “natural” e ao “ambiental”, à natureza se manifestando, todos estão em perigo, não há como escapar, de modo que a sensação de impotência toma conta de nossos corpos, conforme disserta Bauman:

As oportunidades de ter medo estão entre as poucas coisas que não se encontram em falta nesta época, altamente carente em matéria de certeza, segurança e proteção. Os medos são muitos e variados. Pessoas de diferentes categorias sociais, etárias e de gênero são atormentadas por seus próprios medos; há também aqueles que todos nós compartilhamos – seja qual for a parte do planeta em que possamos ter nascido que que tenhamos escolhido (ou sido forçados a escolher) para viver (BAUMAN, 2008, p. 31).

Tais discussões me levam a pensar na perspectiva de Bauman (2008 e 2009) e entender que a política do medo talvez não seja algo novo em nossas sociedades, mas o que talvez seja diferente é a forma como vem se colocando em nossas vidas. Se, em outros tempos, nossos medos eram no sentido da redenção, porque tinham a possibilidade da cura – característica dos medos morais – os medos líquidos de hoje não têm cura, tomam conta de nossas vidas de forma avassaladora. Esses medos atravessam-nos de determinada forma que não podemos contê-los nem eliminá-los, visto que acabamos num jogo tensionado por eles. O medo da Crise Ambiental, o medo pela perda do Planeta e o medo pelo fim da vida na Terra são alguns dos muitos medos que atormentam nossas vidas na atualidade. O mais aterrorizante desses medos seja talvez a incerteza do modo como lidar com eles para mudar seu percurso e evitar o próximo terremoto ou o próximo furacão e as próximas inundações. Afinal, como conter o “Fim do Mundo” (Veja, novembro de 2009)?

A preocupação com a questão ambiental e o medo pelo fim da vida no Planeta são ditos que tomam conta das vidas das pessoas de modos diversos, seja através de filmes de animação, das campanhas publicitárias, de reportagens em importantes veículos de comunicação, em programas infantis, etc. Por onde andamos e olhamos há uma chamada, seja em espaços abertos (grandes *outdoors* nas ruas, estradas) ou em espaços fechados (supermercados, lojas, museus, etc.) há um convite para que façamos a nossa parte. Porém, esses convites estão recorrentemente articulados à possibilidade iminente de uma hecatombe ecológica.

Assim, parece que, na atualidade líquida moderna na qual vivemos, se torna cada vez mais urgente termos atitudes ecologicamente corretas. Através de enunciações apocalípticas que se reverberam em diferentes espaços, as pessoas vão sendo culpabilizadas e se culpabilizando pelos grandes problemas ambientais, entendendo que tem o compromisso de dirigir, ao máximo, seus esforços para tentar minimizar o quadro calamitoso que se instala. Por este motivo, é necessário que se faça algo e, para tanto, foi criada, também, uma série de produtos com carimbo de mais sustentáveis, que causam um dano menor ao meio ambiente para serem consumidos em nome do medo instalado em nossas vidas através dos discursos de Crise Ambiental.

Para Bauman,

O medo nos estimula a assumir uma ação defensiva, e isso confere proximidade, tangibilidade e credibilidade às ameaças genuínas ou supostas, de que ele genuinamente emana. É nossa reação à ansiedade que reclassifica a premonição sombria como realidade cotidiana, dando ao espectro um corpo de carne e osso. O medo se enraíza em nossos motivos e propósitos, se estabelece em nossas ações e satura nossas rotinas diárias (...) Entre os mecanismos que afirmam seguir o sonho do moto-perpétuo, a auto-reprodução de enredo do medo e das ações por ele inspiradas parecem ter um lugar de honra... (2008, p. 173).

Assim, o medo vai tomando conta e se intensificando cada vez mais em nosso cotidiano. Precisamos agir para que ele desapareça, mas como o próprio Bauman coloca, o medo já faz parte da nossa vida moderna e vai se modificando, se espalhando, sendo impossível detê-lo. Seria provável escaparmos do medo e do terror quanto ao fim de nossa existência? E, quanto ao futuro? Como lidar com o medo em relação ao futuro e ao que poderá acontecer?

Não pretendo buscar respostas para tais questionamentos. Pretendo, sim, exercitar o pensamento para estabelecer algumas relações e problematizar alguns efeitos produzidos pelo enunciado catastrófico do Planeta Terra, que reverbera em nossas vidas cotidianas. Olhar, examinar, problematizar e duvidar de tais enunciações tentando entender de que forma dão sentido ao enunciado são alguns dos movimentos deste trabalho de pesquisa.

Aqui, examino alguns ditos da revista *Veja*, sem estar preocupada em demarcá-los como certos ou errados. Entendo que esses dizeres fazem parte de nossa vida cotidiana e produzem nossos modos de ser e de viver. Através deles vamos participando de uma grande campanha mundial em prol do Planeta.

Logo, apresento algumas capas da revista em estudo, que são emblemáticas para pensarmos na forma como a questão ambiental vem sendo trabalhada:



(Anexo VI)



(Anexo V)



(Anexo XI)

Um despertador pronto para tocar sem parar, com a imagem do globo terrestre ao invés dos números que marcam as horas (Veja, dezembro de 2006); o urso polar prestes a desaparecer (Veja, junho de 2006); a imagem o globo terrestre se rachando e uma explosão de luzes ao seu redor (Veja, novembro de 2009). Essas e tantas outras imagens que nos são apresentadas pela mídia dão visibilidade ao enunciado catastrófico do Planeta Terra e que nos deixam com uma sensação de medo e insegurança em relação ao futuro do Planeta e ao nosso próprio futuro. Como resistiremos? O que fazer? Ainda dá tempo? São questões que talvez nos aterrorizem no interior de nossos lares, enquanto assistimos a televisão, lemos uma revista, escutamos o rádio. A Crise Ambiental invade nossas casas e vamos sendo persuadidos a fazer algo em prol da vida.

Ao analisar tais enunciações que colocam em dúvida a continuidade de vida na Terra, problematizo o quanto a sensação que nos acomete é de um medo constante pelo que poderá acontecer ou de como enfrentaremos o desconhecido, aquilo que não podemos conter. Parece-me que não sabemos lidar muito bem com essa possibilidade, pois não temos certeza de quando o próximo furacão atacará, ou o próximo tremor de terras destruirá cidades, ou quando o mar invadirá nossas casas. Os desastres ambientais são cada vez mais imprevisíveis, o que nos torna cada vez mais inseguros. Bauman nos diz que o “Medo” é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além de nosso alcance”

(BAUMAN, 2008, p. 8) [grifos do autor]. Assim, entendo que o medo cada vez mais faz parte de nossa vida e tem sido, no *corpus* de análise desta pesquisa, uma ferramenta potente para colocar a população em alerta quanto à Crise Ambiental. Embora não saibamos muito bem quando seremos surpreendidos pela “Fúria da Natureza”, as enunciações nos alertam que, se não agirmos rápido, nosso futuro será calamitoso.

*

Nesse capítulo procurei dar visibilidade a um dos enunciados que compõe o discurso de Crise Ambiental no material empírico desta pesquisa: o enunciado catastrófico do Planeta Terra. A tentativa, aqui, foi de operar analiticamente com as enunciações que dão sentido a tal enunciado e, desse modo, acionam seu funcionamento.

A discussão central do capítulo situou-se em indicar que tal enunciado não é novo no campo de estudos da Educação ambiental, entretanto, no século XXI, ele foi retomado e atualizado. A atualização discursiva do enunciado catastrófico do Planeta Terra foi um importante achado dessa investigação. Desse modo, procurei argumentar em que reside tal atualização, e tenho estado muito convencida, a partir dos estudos realizados, que esta atualização vincula-se a um ajustamento de certo modo de vida relacionado ao consumo consciente.

O medo – uma ferramenta que tem sido potente para dar sentido ao enunciado em questão – é muito utilizado como forma de persuasão nas reportagens de *Veja*. Os sujeitos são norteados a aderir a certo modo de vida a partir de enunciações catastróficas e terroristas, frente à possibilidade de fim da vida no Planeta. Assim, o consumo consciente ou consumo sustentável tem se constituído como um modo de vida na atualidade líquida moderna, em que os sujeitos vivenciam a experiência do medo cotidianamente.

Minha provocação final é no sentido de nos colocarmos a pensar em tais enunciações e na forma como elas produzem nossas vidas públicas e privadas. Será que, ao atendermos ao convite, ao chamamento midiático comprando uma lâmpada de led, uma sandália de lona de pneu reciclado, construindo uma casa engajada ou utilizando uma sacola de pano, estamos fazendo por entender que é necessária uma outra forma de nos relacionarmos com o ambiente ou fizemos por medo? Fazemos por que somos subjetivados ao “ecologicamente correto”? Será que tais chamamentos apocalípticos da revista *Veja* nos convidam a pensar nas relações sociais, culturais e ambientais que estamos produzindo? Pensar nessas questões tem mobilizado essa pesquisa.

**A FABRICAÇÃO DO DISCURSO DE CRISE AMBIENTAL NA
REVISTA *VEJA*: DE CIÊNCIA, ESTATÍSTICA E
ANTROPOCENTRISMO**

4. A FABRICAÇÃO DO DISCURSO DE CRISE AMBIENTAL NA REVISTA VEJA: DE CIÊNCIA, ESTATÍSTICA E ANTROPOCENTRISMO

Neste capítulo, busco discutir acerca do discurso comumente proliferado na revista *Veja* sobre a problemática ambiental da atualidade. Em tal discurso, a mídia enuncia, de forma catastrófica e terrorista, o quanto estamos em eminência de uma hecatombe ecológica e que, muito provavelmente, nos aproximemos do fim da vida no Planeta.

Como o capítulo anterior bem destaca, uma das condições de possibilidade para a emergência do campo da Educação Ambiental foi o próprio contexto de crise vivenciado na década de 70. Assim, pensar no campo ambiental, muitas vezes acaba nos remetendo a pensar na própria crise. Coloco em destaque neste capítulo algumas enunciações que vão nessa correnteza, proliferadas no *corpus* de análise da presente pesquisa.

Minha provocação situa-se em evidenciar que há um discurso muito potente no material empírico, que é o de Crise Ambiental. Entretanto, ele não opera sozinho, muito pelo contrário: atrela-se a outros discursos de seu tempo, entre eles, o Científico. Procuo evidenciar, ainda, que o discurso de Crise Ambiental, em operação na revista *Veja*, se constitui de diferentes enunciados – pequenas partículas do discurso – e que um desses enunciados, que potencializa tal discurso é o enunciado tratado no capítulo anterior: o enunciado Catastrófico do Planeta Terra. Desse modo, entendo que, no material em estudo, se constitui um modo específico de falar sobre a Crise Ambiental. Nesse sentido, compreendo que o discurso em questão é um dos ditos que contribui na constituição da Educação Ambiental como um dispositivo na atualidade.

Aqui tomo os artefatos midiáticos como ferramentas potentes, que produzem subjetividades e constituem a vida de todos. Nesse caso, especialmente, produzem nosso modo de ser e de nos comportar em relação à Crise Ambiental. Afinal, *o Planeta está em crise! Precisamos Preservar! A vida do Planeta está em perigo!* Estas e tantas outras enunciações já foram por nós apreendidas e já fazem parte de nosso dia a dia, já nos acostumamos com elas, já se tornaram “verdades” aceitas por todos, ou pelo menos, por muitos de nós. Coloco, então, em discussão tais enunciações e a forma pela qual elas nos interpelam cotidianamente, quando lemos a revista, por exemplo. Através da nossa própria cultura, somos interpelados e fazemos algumas escolhas, do mesmo modo como interferimos nos processos culturais ao assumirmos determinados posicionamentos e não outros.

Para basilar tais pressupostos, tomo o conceito de verdade a partir dos estudos de Michel Foucault (1990, 2006). Assim, entendendo a verdade como um efeito discursivo, que

é produzida e legitimada dentro de determinada episteme e que vai constituindo as formas de ser e viver na atualidade. Segundo Foucault, a verdade é “o conjunto de procedimentos que permite a cada instante a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros” (2006, p. 232 e 233). Dessa forma, olho para a verdade como uma fabricação que se dá a partir da seleção de discursos que colocam alguns ditos no verdadeiro e outros não.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1990, p. 12)

Seguindo a correnteza foucaultiana, é possível perceber que nossas escolhas não são totalmente livres, mas são governadas, direcionadas e reguladas. Coloco em discussão as escolhas governadas, direcionadas e reguladas que dizem respeito ao apelo midiático sobre a Crise Ambiental. Somos sujeitos produzidos por um emaranhado de múltiplas relações, interferências e acontecimentos que direcionam nosso modo de ser, de pensar, de escolher e de “ser livre”.

Nesse sentido, compreendo que não há uma verdade para ser descoberta, desvelada, que esteja escondida ou por trás do discurso. A verdade, ou as verdades são fabricadas no próprio discurso. Destaco, ainda, que para enunciar a verdade é preciso estar autorizado, ter legitimidade discursiva, enfim não é qualquer um que está apto a falar sobre qualquer assunto. Nas palavras do próprio Foucault (2009, p. 09): “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

Considero a revista *Veja*, na atualidade, uma mídia potente, que está autorizada a falar a verdade sobre a Crise Ambiental, embasada nas ideias de cientistas e profissionais envolvidos com o campo ambiental. O que problematizo, na realidade, não é a veracidade do discurso reverberado em tal mídia, mas o modo como ele nos produz enquanto sujeitos e produz o próprio campo ambiental. Assim, a revista em questão – importante artefato midiático brasileiro – é autorizada a enunciar um discurso verdadeiro referente ao tema abordado e, desse modo, vai nos constituindo enquanto sujeitos do tempo em que vivenciam tal crise. Na seção a seguir darei visibilidade a tais ditos.

4.1 A Constituição do discurso de Crise Ambiental na revista *Veja*

Nesta seção, provooco a discussão a partir de alguns achados da pesquisa que nos remetem a pensar sobre a Crise Ambiental vivida nos últimos tempos. Chama-nos a atenção o modo pelo qual a revista *Veja* narra esta crise e, através de seus ditos, nos persuade a tomá-los como verdadeiros. Somos constantemente convidados a pensar, ver e dizer sobre a crise que se instala e que interpela a todos nós, afinal todos temos uma responsabilidade com o futuro do Planeta. A sensação que se instala é, muitas vezes, de culpa, pois vamos nos responsabilizando pela rápida depredação ambiental, pelo aquecimento global nunca vivido anteriormente, pelas toneladas de lixo acumuladas e pelo desmatamento das florestas.

Esses chamamentos posicionam o homem como o grande destruidor da natureza, precisando urgentemente agir para que ainda seja possível salvar o Planeta. Através de tais apelos é possível perceber uma visão dicotômica entre homem e natureza se propagar, em que o homem não faz parte da natureza e do meio ambiente. Existiria, sim, um mundo natural em oposição ao mundo humano, da cultura e do social. Nos excertos a seguir apresento algumas enunciações que dão destaque a estas provocações:

Cerca de três quartos das emissões de carbono provocadas pelo homem nos últimos vinte anos vêm da queima de combustíveis fósseis, com a gasolina. O resto provém da queimada das florestas. **“Não há mais dúvida de que as mudanças ambientais são causadas pelo homem.** Já não são só os ambientalistas que pensam assim”, diz Lester Brown, fundador do Instituto Worldwatch e diretor do Earth Police (polícia da Terra, em inglês), baseados nos Estados Unidos. (Veja, agosto de 2002, p. 85) [grifos meus].

Nas reportagens das próximas páginas, *Veja* traça um panorama das **armadilhas produzidas pelos homens para si mesmos, desde a exaustão dos recursos vitais como a água até os efeitos incontornáveis do aquecimento global**, que podem ser amenizados na melhor das hipóteses, ou agravados em proporções dantescas, na pior. **Dois reportagens registram também pequenas réstias de esperança que podem vir a ser a salvação do planeta.** (Veja, outubro de 2005, p. 85) [grifos meus].

Novas pesquisas científicas dissiparam a mínima dúvida de que o aumento repentino da temperatura planetária se deve à ação humana, com escassa contribuição de qualquer outra influência da natureza. Até os ecocéticos aceitam agora a idéia assustadora de que **o tempo disponível para evitar a catástrofe global está perigosamente curto.** (Veja, setembro de 2006, p.139) [grifos meus].

Tais enunciações nos interpelam de forma avassaladora, colocando-nos a viver cotidianamente a problemática ambiental que emerge na contemporaneidade: o homem é o culpado. Ao colocar tal consigna em análise, não quero me eximir de minhas responsabilidades, mas problematizar tal entendimento que separa o mundo natural do mundo social e cultural. Entendo que a Crise Ambiental vivenciada por todos nós é decorrente do nosso modo de vida, da forma pela qual interagimos com o meio ambiente e pela cultura

consumista da vida moderna, por exemplo. Entretanto, percebo que não há como separar as questões relativas ao ambiental, das questões sociais, culturais e políticas. Assim, gostaria de provocar o pensamento acerca de tais questões, entendendo que o homem faz parte da natureza, produz modificações, mas também é produzido por elas. Nesse sentido, nos atravessamentos culturais que se dão tais relações.

Tomando os estudos de Carvalho (2008), penso que este modo de entendermos a relação homem e natureza parte de uma visão antropocêntrica, que precisa urgentemente ser repensada. Na vertente da autora, é possível que pensemos numa ecosofia, a partir dos três registros ecológicos de Félix Guattari (1990). Uma junção da ecologia com a filosofia, em que (re) inventaríamos outras possibilidades de nos relacionar com o meio ambiente, perpassando pelos eixos sociais, ambientais e da subjetividade humana. Nessa correnteza, me aproximo do conceito de cultura, a partir dos Estudos Culturais, especialmente de autores como Maria Lúcia Wortmann, Leandro Belinaso Guimarães, Eunice Kindel, entre outros. Vale destacar que:

[...] os Estudos Culturais ocupam-se analiticamente com a cultura vislumbrando-a como um campo de lutas em torno do significado, buscando indicar, nas variadas situações por esses focalizadas, quais grupos, instituições, processos e práticas conseguem fazer circular, preponderantemente, determinados significados e, desse modo, atuar na sua produção discursivamente (WORTMANN, 2010, p. 17).

Desse modo, olhar a forma pela qual aprendemos o que é a natureza, o meio ambiente e o próprio campo ambiental está atrelado à circulação de tais concepções na e pela cultura. Nossa cultura foi nos ensinando a ver e a dizer de determinadas maneiras as questões relativas ao ambiental e ao natural. É importante salientar, ainda, que essa cultura não está dada, muito pelo contrário. Ela é construída e modificada através de nossas intervenções e de nossas lutas e batalhas por determinados significados.

Assim, problematizar a concepção naturalista de meio ambiente atravessa tais questões, uma vez que tal visão faz parte do jogo pelo verdadeiro além de ser uma construção cultural. Em determinado momento, tal concepção foi preponderante no campo de estudos da Educação Ambiental e, ainda hoje, ocupa um lugar nas teorizações desse campo de saber.

A concepção defende a ideia de que o homem está à parte da natureza e de que esta se constituiria apenas pela fauna e flora. A ênfase, aqui, se refere ao natural em oposição ao humano e se travaria uma busca constante por mantê-la intocada. Segundo Carvalho:

É interessante observar que, para além das memórias pessoais, essa sensibilidade naturalista com as plantas e os animais pode ser reencontrada como elemento destacado na vertente conservacionista do campo ambiental. O movimento conservacionista, por sua vez, é o ponto em relação ao qual se diferencia o ecologismo, afirmando-se como movimento social que, tendo uma crítica política, não se restringe às ações de conservação da natureza, mas pretende transformar a

sociedade. No entanto, apesar dessa diferença, a visão ética e estética que entende a natureza como portadora de direitos e tendo um valor em si mesma para além de sua utilidade para os humanos, permanece como elemento de continuidade entre estes dois movimentos dentro do campo ambiental. Desde este lugar de contraponto do movimento ecológico, **o conservacionismo mantém-se disponível como uma visão de mundo que informa, não apenas ações de mobilização contra o desaparecimento de espécies, proteção dos animais etc., mas também é particularmente evocado na ação do Estado, que tende a identificar sua política ambiental a uma política de proteção ambiental** (2005, p. 8) [grifos meus].

Nessa vertente do campo ambiental, como destaca a autora, se inscreve numa política de defesa e proteção pela “natureza” que precisa ser preservada. Nela, o homem é um agente de exploração do meio ambiente e sua ação é da ordem da destruição. Nesse sentido é que provooco que pensemos nessa construção de natureza intocada, protegida e preservada, afinal o homem não faz parte dela? De que forma a revista *Veja* apresenta a relação homem versus natureza? Geralmente o que visualizo são enunciações de oposição entre ambos, nas quais é necessária uma ação para salvar o que ainda resta do mundo natural, como as destacadas:

Já estamos arrancando do planeta mais do que ele pode dar
O contra-ataque da natureza: novos vírus e epidemias
O ciclo vital da Floresta Amazônica começa a se romper (Veja, outubro de 2005, capa)

A natureza é uma grande prestadora de serviços para a humanidade. E é ela quem dá os elementos básicos para a vida humana e o desenvolvimento econômico (Veja, outubro de 2005, p. 91).

Das inúmeras abordagens referentes à questão ambiental, a problemática do conservacionismo ainda é muito forte, na atualidade. Chama a atenção o modo como as enunciações destacadas fomentam um entendimento de natureza real, pura, sacrificada e que, por todo o desgaste sofrido, necessita ser cuidada e recuperada. Problematizo esse entendimento que posiciona homem e natureza sempre em oposição. Isso porque, entendo que seja necessário repensá-lo, compreendendo as relações de poder em movimento com os discursos que constituem as concepções do campo ambiental.

Essas concepções, em grande escala, são aceitas como corretas pela sociedade por estarem fundamentadas cientificamente. Por este motivo, fundamento nesta pesquisa que o movimento seria de desnaturalizar tais “certezas”, não para serem excluídas como unidades perversas, mas para serem compreendidas como construídas neste mundo.

A seguir trago outro conjunto de enunciações que remetem a pensar sobre o discurso de Crise Ambiental e do quanto ele vai tomando uma proporção de veracidade em nossas vidas. Tais ditos se apoiam em um saber potente que confere legitimidade e cientificidade à crise. Este saber é a estatística: um importante saber que é acionado por uma estratégia de poder e que tem como foco a vida, a prevenção e o risco.

A escassez de água potável atinge **2 bilhões de pessoas**. Nesse ritmo, **dentro de 25 anos serão 4 bilhões**

A água contaminada pelo descaso ambiental **mata 2,2 milhões de pessoas por ano**. **3 milhões de mortes** são causadas anualmente pela poluição do ar

As emissões de carbono, o principal poluidor do ar, **aumentaram em 10% desde 1991** (Veja, agosto de 2002, p. 82) [grifos meus].

Mantidos os atuais níveis de consumo, **estima-se que em 2050 dois quartos da humanidade viverão em regiões premidas pela falta crônica de recursos hídricos de qualidade**. É um dado gravíssimo quando se leva em consideração que **60 % das doenças conhecidas estão relacionadas de alguma forma com a escassez de água**. Como isso é possível em um país de tantos recursos hídricos? O problema pode ser equacionado em dois termos: má distribuição e má gestão. O primeiro se deve a própria natureza, o **segundo é culpa do homem** (Veja, outubro de 2005, p. 89) [grifos meus].

A cada dia que passa, o mundo tem de sustentar 213000 pessoas a mais. Cada ser humano adulto produz, em média, **4,3 toneladas de gás carbônico por ano sem fazer nada de mais** – apenas ao acender uma lâmpada, andar de carro ou ônibus, alimentar-se e vestir-se. Esses novos passageiros da espaçonave Terra, em conjunto, passarão a responder, então, por **880000 toneladas a mais de carbono arremessado na atmosfera**. **As estimativas de aumento de emissões de gases de efeito estufa contemplam o choque populacional** (Veja, dezembro de 2009, p. 137) [grifos meus].

Nos diferentes conjuntos enunciativos apresentados, o que visualizo são dois modos de abordagem quanto à temática analisada. Nessas diferentes modalidades discursivas, entendo que há, primeiramente, uma ênfase na culpabilização da ação do homem alicerçada a uma busca desenfreada pelo desbravamento do mundo natural; e, posteriormente, uma corroboração de tal culpa através da utilização do saber advindo da estatística, na utilização de números e cálculos que nos evidenciam a degradação do Planeta em poucos anos, se continuarmos desbravando a natureza do modo como vimos experienciando. Os conhecimentos estatísticos possibilitam um mapeamento de dados que dão caráter de legitimidade ao discurso de Crise Ambiental e, além disso, potencializam uma estratégia política e de controle da vida dos sujeitos, através do biopoder.

Desse modo, entendo que seja necessário sistematizar em dois blocos de discussão. Primeiramente, me deterei em esmiuçar a respeito das enunciações que posicionam o homem como o culpado pela degradação ambiental – enunciado do Antropocentrismo – e sua articulação com o discurso Científico, no que tange a um entendimento de Ciência enquanto busca por conhecer e desbravar o mundo. Entendo que tal articulação seja fundamental para dar sustentação à formação discursiva de Crise Ambiental que estou me propondo a problematizar.

Logo a seguir, passarei a discutir quanto à reverberação dos dados estatísticos presentes no material empírico em questão. Além disso, será apontada a relevância de sua chamada em auxílio na comprovação da existência e proporção da crise a que estamos sendo

acometidos na atualidade. Nesta seção, problematizarei, também, o quanto a estatística é um importante saber para o funcionamento de uma estratégia de poder preocupada com a gestão da vida.

Vale destacar que essa distribuição em subseções é uma sistematização de ideias necessárias a mim, enquanto pesquisadora, pois compreendo que esses modos de enunciar a Crise Ambiental estejam extremamente articulados e enredados numa rede discursiva muito mais ampla. Tal trama refere-se ao entendimento de Educação Ambiental como dispositivo – no sentido foucaultiano do termo, tese que venho defendendo em meu doutoramento.

4.2 O discurso de Crise Ambiental apoiado no enunciado do Antropocentrismo e no discurso Científico

O discurso de Crise Ambiental, analisado no material empírico desta pesquisa, aparece recorrentemente apoiado em dois enunciados muito potentes: o Antropocentrismo e o Catastrófico do Planeta Terra¹⁵. Em tais ditos são constantemente afirmadas nossas responsabilidades pela degradação realizada até o momento. Desse modo, torna-se urgente não medir esforços pela preservação do Planeta.

[...] Sem se dar conta, os **6 bilhões de pessoas tornaram-se um fardo pesado demais para o planeta**, tanto sobre o solo, quanto no mar e no ar. **Agora a natureza está mandando a conta. O efeito mais apocalíptico dessa mensagem é o aquecimento global**, cuja a causa mais provável é a concentração na atmosfera de gases produzidos pela queima de gasolina, óleo e outros combustíveis por fábricas e veículos (Veja, abril de 2001, p. 94) [grifos meus].

No ano passado, cientistas de 99 países se reuniram em Xangai, na China, e concluíram que **o fator humano no aquecimento é determinante**. Desde 1750, nos primórdios da Revolução Industrial, a concentração atmosférica de carbono – o gás que impede que o calor do sol se dissipe nas camadas mais altas da atmosfera e se perca no espaço – aumentou 31%, e mais da metade desse crescimento ocorreu de cinquenta anos para cá. Amostras retiradas das geleiras da Antártica revelam que **as concentrações atuais de carbono são as mais altas dos últimos 420 000 anos e, provavelmente, dos últimos 20 milhões de anos** (Veja, agosto de 2002, p. 85).

Nos últimos 120 anos, **com o relógio fora de ordem devido à atividade humana**, a temperatura média do planeta aumentou 1 grau. Pode parecer pouco, **mas mudanças climáticas dessa magnitude têm consequências drásticas** (Veja, junho de 2006, p. 78).

Fica evidente o quanto os ditos midiáticos determinam o domínio do homem sobre o “mundo natural” e do quanto ele é culpado pela ligeira degradação da natureza. Dessa forma, a revista narra uma determinada forma de relação homem versus natureza, através da qual o

¹⁵ Na seção anterior discuti sobre o enunciado Catastrófico do Planeta Terra, assim aqui darei ênfase ao enunciado do Antropocentrismo.

homem vai organizando, conhecendo e modificando o mundo natural em função de suas necessidades e de seu modo de vida.

Segundo Grun (2012), essa é uma marca do projeto baconiano, de domínio do mundo pelo homem através da Ciência. Tal projeto buscou o avanço da Ciência no sentido de instaurar uma nova ordem mundial, propondo uma nova cultura e o controle dos fenômenos naturais, o que provocou, nos séculos seguintes, uma cisão entre a natureza e os seres humanos, que se perpetuou até a atualidade.

O entusiasmo e o otimismo baconianos professavam que o Homem deveria ser o senhor de seu destino e isso, é claro, implicava que ele fosse o mestre e senhor de todas as coisas do mundo. Assim, a perspectiva baconiana de uma nova cultura carregava em seu bojo um antropocentrismo radical. O projeto “moderno” de Bacon fracassou! A humanidade não se tornou inteiramente livre por meio da ciência como imaginava Bacon. No entanto, a contraface de seu projeto triunfou de um modo surpreendente e o antropocentrismo passou a integrar o cerne do corpo da concepção de ciência na época moderna (GRUN, 2012, p. 33).

Como bem pontuou Grun, o sonho moderno de Bacon não se concretizou e o homem não se libertou. Porém, o homem, a partir do projeto baconiano, começou a tornar-se mais senhor de si, apesar de viver com muitas incertezas deixadas pela teologia medieval. Assim, René Descartes é quem apresentará uma nova ordem ao mundo, intensificando o projeto moderno de domínio humano do mundo através da racionalidade científica. “Este jovem francês que em 1619, ainda desconhecido, entrevia a possibilidade de reformar sozinho o corpo das ciências através da *luz natural de sua razão*, literalmente mudará as “regras do jogo””. (GRUN, 2012, p. 35) [grifo do autor].

Segundo os estudos de Grun, a razão cartesiana de Descartes divide infinitamente o mundo físico. Dessa maneira, a natureza tomada como objeto precisa ser dominada, objetificada e estudada, necessitando de uma ruptura radical entre a natureza, a cultura e o homem.

Nosso projeto, enquanto sujeitos civilizados, é de desbravadores do desconhecido, civilizando e ordenando a natureza e a cultura. Nesse processo de desbravar o mundo e de conhecê-lo cada vez mais, o homem foi estudando até mesmo a sua própria existência e buscou, na Ciência, as respostas que justificam todos os fenômenos possíveis, desde o surgimento das primeiras espécies, de como elas se diferenciam até mesmo a maneira pela qual evoluem.

Essa busca incessante de domínio e desbravamento de todas as coisas pelo homem produziu muitos efeitos no meio ambiente, que, segundo autores como Guimarães (2013), são percebidos e vivenciados por nós. Nas palavras do próprio autor:

Os seres humanos superam, e muito, os seus limites biológicos de intervenção no meio, atingindo duramente a capacidade suporte do ambiente. Isto se deu principalmente a partir da Revolução Industrial, em que o ser humano conquista tecnologia que traz intrinsecamente em sua concepção valores antropocêntricos, consumistas, fragmentados e por consequência destrutivos ambientalmente em que a qualidade e a quantidade da intervenção dos seres humanos sobre a natureza por meio dessa tecnologia assumiam parâmetros atuais, com grandes e nefastos impactos ambientais (GUIMARÃES, 2013, p. 33).

O meio ambiente, segundo o autor, é dominado e manipulado pelo homem. Assim, ele vai sendo colocado em posição diferenciada do seu meio, tanto na forma como ele se relaciona com os demais seres vivos, quanto no modo pelo qual ele desbravou o mundo, buscando a “evolução” da humanidade. O homem coloca-se, enfim, como “senhor e possuidor da natureza” (DESCARTES, 1996).

Destaco, ainda, que a sustentação e a legitimidade do enunciado do Antropocentrismo se dão a partir de um discurso do campo científico. Se o homem é posicionado como centro da questão ambiental, é em função de um saber advindo da Ciência que o legitima dessa forma, que busca justificativa e que lhe apresenta comprovações com sustentação científica.

Foucault (1990) nos alerta das tramas discursivas produzidas pela Ciência na Modernidade. Esta pode ser tomada como grande regime de verdade de nossa episteme (IDEM). Ao assumirmos a razão e a empiria como produtoras de verdade que se fabricam em nosso mundo, compomos um outro modo de olhar e constituir aquilo que tomamos como certo, legítimo e necessário para o “progresso” do mundo ocidental. Tais consignas foram ferrenhamente definidas por autores como René Descartes e Francis Bacon.

Nesta tese, tomo a Ciência como um discurso produtor na fabricação de verdades ocidentais. Desse modo, percebo que tal discurso potencializa o discurso de Crise Ambiental. Foucault (2002) nos ensina que um discurso precisa do outro para sua sustentação. O que vemos aqui, especialmente, e na revista *Veja*, é que o discurso da Crise é precedido e sucedido pelo discurso da Ciência Moderna.

Os excertos a seguir, buscam subsídios científicos para reforçar a ideia antropocêntrica de que há uma certa noção de superioridade humana frente à natureza. Isso porque o homem consegue aproveitá-la, manipulá-la, modificá-la, controlá-la e colocá-la à sua disposição com auxílio das tecnologias da Ciência.

Companheiros da humanidade desde a Antiguidade, os animais domésticos deixaram a linha evolutiva natural. Cruzando raças ao longo dos séculos, **o homem produziu espécimes por encomenda** (Veja, abril de 2001, p. 98) [grifos meus].

Os cientistas argumentam que não se obtêm resultados de produtividade fabulosos sem algum risco – e sem violentar a natureza. Aquele leitãozinho enlameado que passa os dias fuçando no terreiro é figura em extinção. A galinha ciscadora, cercada de seus pintinhos, também só é encontrada nos quintais das casas

pobres das regiões de cultura de subsistência. **A produção em massa de alimentos acabou com o lado natural da vida dos animais** (Veja, abril de 2001, p. 99) [grifos meus].

A capacidade humana de alterar o planeta em escala geológica atingiu tal ponto que o cientista holandês Paul Crutzen propõe que a época atual, Holoceno, iniciada há apenas 10000 anos, já acabou. Vivemos, diz ele, em pleno antropoceno – **e isso começou no fim do século XVIII, com a invenção da máquina a vapor, desencadeadora do processo que mudou a face da Terra** (Veja, outubro de 2005, p. 86) [grifos meus].

O equilíbrio natural foi rompido pela revolução industrial. Desde o século XIX, as consequências de dióxido de carbono no ar aumentaram 30%, as de metano dobraram e as de óxido nitroso subiram 15%. A última vez em que os níveis de gases do efeito estufa estiveram tão altos quanto agora foi há 3,5 milhões de anos. O ano passado foi o mais quente desde que as temperaturas começaram a ser registradas, em 1866. **Pelo que se sabe, o planeta está mais quente do que já foi em qualquer momento dos últimos dois milênios.** Se mantiver o ritmo atual, no fim do século a temperatura média será a mais elevada dos últimos 2 milhões de anos (Veja, junho de 2006, p. 78) [grifos meus].

Destaco a importância de se problematizar o entendimento do homem como centro de tudo e do quanto é necessário questionar tal consigna. Talvez esta seja uma possibilidade de começarmos a pensar nas questões sociais, políticas, ambientais e culturais, a partir das relações que se estabelecem com estas áreas, para além de uma centralidade dos seres humanos. Grün também nos chama a atenção para esta importante questão:

Algo que ainda não foi suficientemente levado em conta é a importância que as questões da linguagem assumem na manutenção da crise ecológica. **As relações entre cultura, linguagem e consciência precisam ser melhor examinadas por educadores, principalmente, por educadores ambientais.** O fato é que toda a estrutura conceitual do currículo e, mais especificamente, o livro-texto, inocentemente continuam a sugerir que **os seres humanos são a referência única e exclusiva para tudo que existe no mundo** (GRÜN, 2012, p. 48) [grifos meus].

A destruição das florestas, a extinção, a crise ecológica, o uso excessivo das águas, o desequilíbrio, bem como a escassez e tantas outras expressões são as que comumente ouvimos falar quando se trata da questão ambiental. Não poderia ser diferente na revista *Veja*, importante artefato cultural que ensina e educa, conforme a ordem discursiva contemporânea.

Nos excertos destacados fica visível, então, que o meio ambiente está em crise, em risco e precisa ser cuidado por todos os seres humanos. Por este motivo, o entendimento de separação do homem da natureza é reforçado novamente, porém, agora esse destruidor da natureza precisa fazer algo para recuperá-la: “[...] Apesar dessa sucessão de tragédias ambientais, não é hora de ficar apenas nas queixas. Assim como degrada o meio ambiente, o homem é perfeitamente capaz de consertá-lo” (Veja, agosto de 2002, p. 87).

É pela mão do homem que algo pode ser feito! O homem, em sua busca desenfreada por desbravar nos lugares, modificou o mundo natural, alterando a estrutura genética de animais, acelerando o aquecimento global e provocando a extinção das espécies. Enfim, foi o

grande culpado por todo o desequilíbrio ambiental e, com os atuais conhecimentos que já produziu e ainda pode produzir, deve salvar o Planeta. De um modo ou de outro o homem continua no centro, ele é aquele que destrói, mas que tem a possibilidade de encontrar alternativas de salvação para a Crise Ambiental que nos acomete fortemente neste milênio.

Segundo Carvalho (2008), a forma como a natureza vem sendo representada e narrada, muitas vezes remete à ideia de um mundo natural e biológico. Nesses contextos, o homem aparece como uma ameaça destrutiva à natureza, que é boa, pura e pacífica. A autora propõe uma reflexão sobre os conceitos de natureza e meio ambiente contidos em tais ideários. Argumenta que estes se fundamentam numa visão naturalista que “baseia-se principalmente na percepção da natureza como fenômeno estritamente biológico, autônomo, alimentando a ideia de que há um mundo natural constituído em oposição ao mundo humano” (2008, p. 35). Em contrapartida, apresenta uma outra abordagem, a qual se propõe a estudar, problematizar e que chama de “socioambiental”. Aqui “a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e copertença, formando um único mundo” (2008, p. 36).

Romper com uma visão de polaridades excludentes, na qual homem e natureza estão separados, a primeira relacionando-se ao mundo social e cultural e a segunda ao mundo biológico não é tarefa fácil. A EA foi se construindo e se fortalecendo através desse olhar binário e as concepções mais tradicionais, tomaram o homem como o destruidor do mundo natural. Desse modo, há que se pensar em tais questões: entendendo o entrelaçamento homem versus natureza versus cultura.

Preocupa-me pensar no quanto a Educação Ambiental tem assumido os ideários preservacionista, conservacionista e ecologista, sem problematizar as questões de cunho social, político, econômico, cultural. Parece que o mundo natural está apartado do mundo cultural e que, o primeiro precisa ser unicamente “preservado”. Entendo ser necessário pensar nesta possibilidade em que se apresenta a EA no século XXI. Talvez valesse provocar este campo de saber e pensar que os modos como narramos a natureza auxiliam, decisivamente, em sua construção:

Os modos como enxergamos e nos relacionamos com a natureza são frutos do momento histórico em que vivemos. Muitas vezes, não percebemos que os nossos atos, as maneiras de narrar acontecimentos, os modos de vermos a nós mesmos e aos outros, tudo isso são negociações que vamos estabelecendo diariamente com os significados que nos interpelam através da cultura (GUIMARÃES, 2006, p. 7).

O autor coloca-nos a refletir sobre o quanto a forma com a qual olhamos a natureza é construída de acordo com a cultura na qual vamos nos inserindo e participando no decorrer

da vida. Olhar a natureza, o meio ambiente e a própria Educação Ambiental requer que nos coloquemos a pensar nos atravessamentos e nas relações sociais e culturais que vamos travando e que fazem parte da nossa constituição enquanto sujeitos.

Não há uma fórmula correta de olhar a natureza, por isso é importante entender que o modo como a olhamos não é neutro e muito menos individual. Ele é repleto de interferências do mundo em que vivemos e no qual agimos e interagimos. Dessa maneira, existem múltiplas formas de ver, compreender e enunciar a natureza, considerando o momento histórico, político, social e cultural do qual ela faz parte.

É necessário, ainda, repensarmos de qual Ciência estamos falando. O saber científico que sustenta o discurso de Crise Ambiental em análise é da ordem da Ciência racional, moderna, antropocêntrica. Uma Ciência que busca, incessantemente, respostas para todos os problemas. Seria esta a Ciência que se busca para o campo da EA no século XXI?

O antropólogo francês Bruno Latour, em entrevista ao jornal “O Globo”, em janeiro de 2014, dispara uma importante reflexão:

Uma das hipóteses que faço para 2015 é a de que é preciso acentuar o caráter conflituoso antes de entrar em negociações. Não começar pela repartição das tarefas, mas admitindo que se está em conflito nas questões da natureza. [...] A minha ideia é encontrar alternativas no debate científico sobre conflitos de mundo. Não é uma questão das pessoas que são a favor do carvão, os que são contra os “climacéticos” etc. Não é a mesma conexão, não é a mesma ciência, não é a mesma confiança na política. São conflitos antropocêntricos. [...] Na ecologia se faz muita pedagogia, se diz como se deve fazer para salvar a Floresta Amazônica. Mas não se fala muito de conflitos (2012, s/p).

Talvez esta seja uma pista de como se possa pensar a relação entre o homem, a natureza e o meio ambiente. Uma relação de conflitos e disputas, para além de uma padronização do que seria o justo, o correto, o bem e o mal.

4.3 O discurso de Crise Ambiental sustentado pelo saber da Estatística

Nesta subseção trato especificamente de analisar a formação discursiva de Crise Ambiental apoiada no saber da estatística. Interessa-me problematizar o modo pelo qual a revista *Veja* articula um campo de saber (a estatística), colocando em funcionamento relações de poder (a disciplina e o biopoder) para produzir e legitimar verdades acerca do ambiental (Crise Ambiental). Em tal operação, colocada em funcionamento, pela mídia em questão, os sujeitos são subjetivados ao discurso de CA.

- 2,4% das florestas foram destruídas nos anos 90, uma área equivalente ao Mato Grosso. O desmatamento é maior na África, que perdeu 7% de sua cobertura vegetal, e na América Latina, com 5%.
- A proporção dos recifes de coral ameaçados saltou de 10% para 27%, apesar de protegidos pela Convenção da Biodiversidade.

- O consumo global de combustíveis fósseis cresceu 10%.

Apenas três países ricos, Alemanha, Inglaterra e Luxemburgo, mantiveram estáveis suas emissões de carbono, o gás do efeito estufa (Veja, agosto de 2002, p. 83).

A Organização das Nações Unidas estima que 150 000 pessoas morrem anualmente por causa de secas, inundações e outros fatores relacionados diretamente ao aquecimento global. Em 2030, o número dobrará (Veja, junho de 2006, p. 77).

Os ursos-polares estão realmente ameaçados. Um estudo prevê que, devido à retração da camada gelada do Ártico, a população desses animais magníficos estará reduzida a um terço da atual em 2050 (Veja, abril de 2007, p. 89 e 90).

Os dados estatísticos, comumente apresentados acerca da questão ambiental, produzem o modo pelo qual a olhamos e a concebemos como um problema, como uma crise. Dessa maneira, os números constroem uma certa realidade e são uma forma sutil de condução de condutas para algo desejável, algo que seja em prol da vida e da coletividade. Chamo a atenção para o quanto os números destacados nos extratos de análise postos anteriormente constituem verdades acerca do campo ambiental.

Trabalho com a ideia de fabricação, de invenção, pois entendo que os números, os índices e as porcentagens não são simplesmente dados que representam a “verdadeira realidade”. Essas grandezas são construídas sempre em relação a algo e é em relação que produzem verdades. Os dados estatísticos são, por sua vez, um recorte, uma parcela que foi analisada e colocada em comparação às outras parcelas. Tal processo não é realizado de forma aleatória, mas com propósitos e intencionalidades produzindo e gerenciando a vida das pessoas, como bem reforçam Popkewitz e Lindblad:

Na modernidade, a mágica das estatísticas enquanto tecnologia de governança não ocorre sem hesitações nem reflexividade. Nas contribuições das estatísticas para a política e as ciências modernas, há um reconhecimento de que os números não são simples espelhos da realidade, mas refletem pressupostos e teorias sobre a natureza da sociedade. As estatísticas intervêm nos processos de governo, uma vez que os números moldam nossa maneira de ‘ver’ as possibilidades de ação, de inovação e até nossa ‘visão’ de nós mesmos. São produtos de interesses sociais, políticos e econômicos, sensíveis às decisões metodológicas de organizações complexas com verbas limitadas (POPKEWITZ e LINDBLAD, 2001, p. 117) [grifos do autor].

As comparações, ordenações, distinções e classificações são práticas que possibilitam a invenção de estratégias de controle e gerenciamento do social, do político, do econômico, do cultural e do ambiental. Conforme os já referidos autores, “as estatísticas não são ‘meros’ sistemas lógicos, mas um campo de práticas culturais que normaliza, individualiza e divide” (p. 126) [grifos do autor]. Para o gerenciamento da população em prol do ambiental, a estatística se torna uma ferramenta indispensável para o governo da vida individual e coletiva. É através dela que se pode estabelecer o que é perigoso, o que é risco e quais são as probabilidades futuras, tomando como princípio os dados extraídos dos fenômenos já

ocorridos. Não coloco em questionamento os fenômenos ambientais em si, muito menos duvido deles. Meu desejo é olhar para a forma com que essa estratégia dos números produz o ambiental, como uma questão catastrófica e de periculosidade nos dados analisados.

O Brasil é quase uma vitrine da destruição tocada pelo homem. O país já perdeu 93% da Mata Atlântica, 50% do cerrado e 15% da Floresta Amazônica. E as motosserras continuam em ação (Veja, abril de 2001, p. 94).

Setenta por cento da superfície do planeta é coberta por água – mas só 1 % de todo esse imenso reservatório é próprio para o consumo do homem. O desafio é evitar a poluição, o desperdício e distribuir melhor esses recursos hídricos (Veja, outubro de 2005, p. 89).

Um estudo conjunto de quinze universidades e centros de pesquisa de vários países estima que o aquecimento global pode acabar com 1 milhão de espécies até 2050. Os primeiros sinais desse desastre já são evidentes (Veja, junho de 2006, p. 76).

Na última década, a demanda de alimentos aumentou a uma taxa acima de 2 % ao ano, superando a expansão da oferta. A tendência deve continuar (Veja, dezembro de 2009, p. 132).

Compreendo que, ao enunciar a questão ambiental a partir da crise, do caos e de uma problemática já instaurada, a revista *Veja* se utiliza dos dados estatísticos para descrever e prever a realidade. Dessa maneira, coloca em operação uma relação de poder/saber, pois através dos números, vai constituindo o real e, direcionando as ações dos indivíduos nessa mesma correnteza.

Ora, tenho a impressão de que existe, e tentei fazê-la aparecer, uma perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder. Não podemos nos contentar em dizer que o poder tem a necessidade de tal ou tal descoberta, desta ou daquela forma de saber, mas que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. Não se pode compreender nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia, quotidianamente, o poder, e o poder econômico. O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder (FOUCAULT, 1990, p. 141 e 142).

Na correnteza de Foucault, entendo que a constituição de um campo de saber esteja imersa em relações de poder tanto quanto o funcionamento do poder produza saberes. Nesse sentido, a constituição de um saber acerca do ambiental só se produz porque existe um campo de forças, de lutas em torno dessas questões que o faz funcionar.

A partir disso, entendo que os discursos midiáticos colocados em circulação legitimam verdades que se reverberam como opinião pública – e esses jogos de verdade acabam por engendrar e produzir modos de vida. A Crise Ambiental constitui-se como um desses ditos legitimados pela mídia e que operam no nível do coletivo para atingir o indivíduo em suas escolhas pessoais. Dessa maneira, a mídia vai ensinando as formas corretas de ser, de pensar e, até mesmo, de se adaptar frente à problemática ambiental.

Os seres humanos se adaptaram aos novos ambientes – essa é a chave do sucesso evolutivo da espécie. Mas um mundo mais quente pode ser cheio de surpresas – a maioria delas desagradável. Há quatro anos, **os canadenses precisaram se acostumar com a visão de urubus no verão**, um fenômeno inédito. Esses pássaros preferem as regiões mais quentes e nunca eram vistos em latitudes tão altas. No Brasil, **uma elevação de apenas 1 grau reduziria a área propícia para a cultura do café em 32%**. Se o aumento do calor for de 3 graus, a redução será de 58%. [...] **Com um aumento de 3 graus, haverá uma redução de 20% na produção de arroz; na de feijão, de 11%; e na de milho, de 7%. A temperatura mais alta pode tornar o Sul e o Sudeste atrativos para mosquitos que transmitam doenças hoje típicas da Amazônia e do Centro-Oeste.** Centros de saúde terão de se preparar para atender casos de malária e de dengue. **Em 20 anos o mar estará 8 centímetros mais alto na costa brasileira.** Essa pequena diferença poderá fazer com que, quando a maré estiver alta, as ondas invadam o litoral (Veja, junho de 2006, p. 82 e 83) [grifos meus].

Diante da imposição de combater o aquecimento global, as ações individuais nessa direção se tornam uma mania. Todo mundo quer fazer sua parte para salvar o planeta, ou pelo menos manter a consciência limpa de que não está ajudando a piorar a situação. Para isso **tanto vale usar roupas de algodão orgânico quanto comprar apenas produtos que tenham sido produzidos em regiões próximas** – dessa forma, não se precisou esfumaçar mais a atmosfera ao transportá-los (Veja, outubro de 2007, p. 92)

Redução: se todas as lâmpadas de Nova York fossem substituídas por LEDs, a economia seria de 264 TW/h, que, gerados por usinas termelétricas, **jogam na atmosfera 200000 toneladas métricas de gás carbônico por ano**, o equivalente ao consumo anual de uma frota de 36000 veículos (Veja, dezembro de 2009, p. 137) [grifos meus].

Os extratos do *corpus* de análise em destaque me levam a pensar na correnteza dos estudos de Michel Foucault (1985, 2005, 2008a, 2008b) sobre o que ele cunhou como biopoder – um poder sobre a vida. Entendo que tais enunciações sejam colocadas em circulação, produzindo e legitimando verdades acerca da problemática ambiental. Dessa forma, uma tecnologia de poder é posta em funcionamento, pois é necessário que se pense na Crise Ambiental, no futuro do Planeta e nos perigos que estamos submetidos, caso não façamos nada para contê-los. É preciso que se pense nos riscos apresentados pela degradação do ambiente e no provável esgotamento dos recursos naturais. Afinal, é a vida da coletividade que está em perigo!

(...) a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 2005, p.289).

O biopoder – estratégia de poder centrada na vida da população – precisa calcular, antecipar, medir e prever o que poderá colocar a vida em risco. Agir, intervir e prevenir são ações necessárias e que visam o futuro. Assim, estabelecer as probabilidades futuras torna-se uma ferramenta indispensável para tal tecnologia. O que vemos nas reportagens da revista *Veja* é uma determinada maneira de falar sobre a temática ambiental. A estratégia discursiva

operacionalizada por esta mídia utiliza-se do saber estatístico para conferir status de legitimidade e de cientificidade a seus ditos. Dessa maneira, comprova-se à luz da Ciência de dos dados quantitativos o quanto estamos próximos do caos, e do quanto é necessário agirmos no sentido da prevenção.

O nível do mar subiu – A elevação desde o início do século passado está entre 8 e 20 centímetros. Em certas áreas litorâneas, como algumas ilhas do Pacífico, isso significou um avanço de 100 metros na maré alta. Um estudo da ONU estima que o nível das águas subirá 1 metro até o fim deste século. Cidades à beira mar, como o Recife, precisarão ser protegidas por diques (Veja, junho de 2006, p. 77).

Já se sabe que o nível dos oceanos está aumentando 3 milímetros por ano por causa do derretimento do gelo dos polos e dos glaciares das montanhas. A Groenlândia e a Antártica, que acumulam 99% do gelo do planeta, por enquanto respondem a 30 % da elevação dos mares. Os glaciologistas estão tentando descobrir agora se – e quando – a perda de volume desses dois imensos reservatórios de água doce chegará ao ponto em que a elevação anual do nível do mar será medida em metros, não mais e milímetros (Veja, abril de 2007, p. 81).

Os recursos naturais do planeta vêm sendo consumidos em velocidade que ultrapassa a capacidade de reposição da natureza. Se o crescimento populacional mantiver o ritmo atual, dentro de cinquenta anos a demanda por recursos naturais dobrará, aumentando um déficit existente desde a década de 80 (Veja, dezembro de 2009, p. 138).

A matemática é simples, mas assusta. Nos próximos quarenta anos, a população mundial vai crescer 35% e superará 9 bilhões de pessoas. Ao mesmo tempo, a produção de alimentos precisará ser ampliada em 70%. Não apenas haverá mais humanos no globo como também eles serão mais ricos, terão uma expectativa de vida maior e necessitarão de mais calorias. (...) A única saída para que o homem não seja vítima da profecia malthusiana de escassez de comida estará mais uma vez na tecnologia (Veja, dezembro de 2009, p. 142).

Visualizo nos extratos destacados acima o quanto os números, as porcentagens e as probabilidades estatísticas produzem um discurso potente, que nos colocam a pensar na Crise Ambiental e na necessidade de agirmos em prol da vida da coletividade. Nesse sentido, o biopoder tem, nos mecanismos de previsão, estatística e probabilidade, importantes ferramentas de mapeamento e diagnóstico. Essas ferramentas possibilitam traçar calculadamente as estratégias de prevenção, garantindo a seguridade dos indivíduos, prevendo o que poderá ocorrer no futuro e agindo para impedir que algo coloque em perigo a vida da população. Estaria aí, quem sabe, uma característica forte de tais enunciações acerca do futuro da vida no Planeta: pensar nas probabilidades do que irá ocorrer no futuro e de como devemos agir mediante a crise que nos acomete?

Importante destacar, também, que os autores do pós-estruturalismo trabalham com a ideia de diagnóstico do presente. Outrossim, seria produtivo pensarmos nas relações e experiências que estamos travando, hoje, com as questões ambientais. Parece que nos ditos midiáticos, aqui em discussão, precisamos urgentemente viver, pensar e experimentar o

presente, mas exclusivamente, olhando para o futuro, para o que poderá acontecer. Segundo Foucault “trabalhar com o futuro (...) levar em conta o que pode acontecer” (2008a, p. 26) é uma das características fortes das estratégias biopolíticas para o gerenciamento e planejamento da vida coletiva.

Visualizo nos material empírico o quanto a revista *Veja* ensina e constitui formas de ser e viver. Ela dita o que fazer e como fazer e, assim, vai direcionando e conduzindo a vida de cada um, ensinando-nos uma certa Educação Ambiental. Tais enunciações e coloco-me a cogitar sobre a fabricação de verdades no campo da EA.

Olho para este campo de saber enquanto estratégia de controle da vida social, tão bem difundida pelos meios de comunicação, aqui especialmente a revista *Veja*. Tal estratégia funciona a partir de técnicas de prevenção e seguridade pelo bem-estar da massa de indivíduos. O biopoder tem como alvo a população, a coletividade, mas, para isso precisa-se capturar cada sujeito, para que todos ajam em prol do Planeta. Todos e cada um fazem parte desse jogo.

As enunciações proliferadas na revista *Veja* sobre as problemáticas ambientais e da recorrente preocupação com o Planeta me levam a pensar que tais ditos não se dirigem apenas para um sujeito. Eles são norteados ao coletivo, que deve se mobilizar para que ações individuais repercutam na transformação do meio ambiente e contribuam para “Salvar a Terra” (*Veja*, reportagem de capa, outubro de 2007). Percebo, então, que em tais discursos midiáticos tanto a tecnologia do biopoder quanto da disciplina são colocadas em funcionamento.

Segundo Foucault, a partir do século XVII a vida começa a ser pensada de modo diferente. Primeiramente, há uma preocupação com o indivíduo, com o corpo individual, com o homem-corpo, aplicando técnicas de adestramento e vigilância, ampliando as aptidões, tornado os corpos dóceis e úteis para atender às exigências da vida moderna. Foucault (1985 e 2002b) caracteriza essa primeira forma como uma anátomo-política do corpo humano, que se exerce pelo poder disciplinar.

Em meados do século XVIII, emerge com mais potência uma preocupação com o corpo-espécie, com o homem enquanto ser vivo, pertencente a uma população, centrando-se em processos de longevidade, saúde, nascimentos, mortes e todas as variáveis relacionadas à vida, constituindo uma biopolítica da população (FOUCAULT, 1985; 2005 e 2008). Essas estratégias de exercício do poder, seja pelas técnicas disciplinares, seja pelas tecnologias biopolíticas são colocadas em operação conjuntamente, não se constituindo em polos

antagônicos. O que se pode dizer é que, em determinados momentos, uma se exerce com mais potência do que a outra.

Nas chamadas das reportagens da revista *Veja*, comumente os sujeitos são posicionados a fazer a sua parte pelo Planeta, comprando e consumindo produtos que não prejudiquem o ambiente, andando de bicicleta para não poluir o ar, tendo apenas um filho, utilizando lâmpadas mais econômicas, por exemplo. Com essas ações, o Planeta Terra e, conseqüentemente, a população serão beneficiados. Por este motivo, ao analisar os enunciados da determinada revista, pude perceber que nas chamadas há um forte apelo para que o sujeito disciplinado atenda ao convite, realizando ações diariamente e pensando no bem-estar da maioria dos indivíduos. O biopoder acaba nos capturando para que, no cotidiano, façamos o melhor para que a vida não esteja em perigo.

Na esteira com Foucault (1990, 1995, 2002, 2006) penso no poder como a ação que é exercida entre sujeitos livres num mesmo jogo. Um poder que incita, suscita, é criativo. Nesse caso, o poder colocado em circulação pela mídia, seja da ordem do biopoder ou da disciplina, não é um poder opressor, manipulador, mas um poder que nos coloca num jogo, num campo de forças, nos persuadindo a fazer algumas escolhas. Ele não nos “obriga” a comprar determinados produtos ou a economizar energia, mas é uma ação sobre a nossa ação. É uma relação de forças. Para ele podemos dizer não!

O que acontece é que, muitas vezes, as estratégias discursivas colocadas em operação pela mídia – e aqui me refiro especialmente à revista *Veja* – nessas disputas nos persuadem a participar dessas batalhas pela salvação do meio ambiente e, na maioria das vezes, somos capturados. Nessa correnteza, trabalho com os conceitos de poder disciplinar e biopoder, entendendo-os como importantes tecnologias de governo, seja do governo de cada um, ou do governo das populações. Vejo, no exercício das estratégias biopolíticas, uma arte de governar, uma governamentalidade que tem como foco principal a manutenção da vida e para tanto se utiliza dos dispositivos de segurança de modo a garantir o bem-estar da população, protegendo-a e prevenindo-a contra os males e os prováveis perigos que possam vir a atingi-la.

Destaco, ainda, que o biopoder tem como foco a gestão da vida da população, centrando-se em processos de “fazer viver”. Na sociedade de segurança a população não é vista como uma massa de indivíduos que ocupa determinado território. A vida entra em cena com todos os aspectos que lhe são próprios: econômicos, sociais, culturais e ambientais. O foco é fazer crescer, é multiplicar as forças, melhorando a situação da população, aumentando as riquezas, prolongando a vida, investindo na saúde e cuidando do meio ambiente.

O biopoder é uma modalidade de ação que, como as disciplinas, é endereçada a uma multiplicidade qualquer. As técnicas disciplinares transformam os corpos, ao passo que as tecnologias biopolíticas se dirigem a uma multiplicidade enquanto massa global, investida de processos coletivos específicos da vida, como o nascimento, a morte, a produção, a doença (LAZZARATO, 2006, p. 74).

Vejo nas estratégias biopolíticas uma gerência da vida muito mais sutil, muito mais espalhada por todo o corpo social. Uma estratégia de defesa da sociedade. Olho para a Educação Ambiental e os discursos tão em voga na revista *Veja* e visualizo tal estratégia de gerenciamento da vida em operação, convocando cada um e todos a fazerem a sua parte para que não ocorra “O Fim do Mundo” (Veja, reportagem de capa, dezembro de 2009).

Nas reportagens em análise o discurso da Ciência é recorrentemente chamado em auxílio para apoiar o discurso de Crise Ambiental. Percebo, assim, o quanto o saber da Ciência é forte na contemporaneidade da qual fazemos parte e o quanto as questões relacionadas ao meio ambiente precisam ser validadas por tal campo. O discurso Científico, em que pesem todas as críticas ao cientificismo que já se tem feito ao longo das últimas décadas, inscreve-se ainda hoje *no verdadeiro* de maneira veemente e assume um lugar de destaque em nossa sociedade, participando de modos diversos em nossas vidas.

A ciência não se contenta em invadir e transtornar nosso meio ambiente com os objetos técnicos cuja criação ela possibilita e que vemos se reproduzirem e renovarem à nossa volta num ritmo exponencial: após haver cercado o trabalho, os transportes, o lazer, a vida doméstica, a saúde dos corpos ou a comunicação dos espíritos, a tecno-ciência insinua-se até em nossas maneiras de calcular e de pensar (microcomputadores), de fazer amor (pílula anticoncepcional), de dar a vida ou de ir para a morte (bio- ou tanato-tecnologias)... (CHRÉTHIEN, 1994, p. 17).

Em nossas sociedades somos provocados a entrar no fluxo propagador da ordem científica vigente, que nos interpela minuto a minuto, seja em relação as nossas práticas profissionais, as nossas formas de nos relacionar ou até mesmo em nossos hábitos mais corriqueiros como comprar um determinado produto de limpeza ou escolher a lâmpada mais econômica. Desta forma, podemos dizer que a Ciência intervém ativamente em nossas decisões e vai conduzindo nossas formas de ser e viver o contemporâneo, conduzindo, também, nossas escolhas pelo “ambientalmente correto”, pelo “mais sustentável”, pelo “bem do Planeta”.

As reportagens da revista *Veja* em análise nesse trabalho se situam nesse viés. Recorrentemente, o saber da Ciência é convocado a confirmar os ditos midiáticos e, dessa maneira, conferem veracidade e legitimidade aos dizeres que estão sendo proferidos.

Já estamos e vamos continuar **pagando o preço do que fazemos hoje com o planeta**. Isso não é especulação. **É uma constatação científica**, afirma Thelma Krug, coordenadora geral de Observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Veja, abril de 2001, p. 94) [grifos meus].

Segundo especialistas, se o efeito estufa continuar a crescer no mesmo ritmo, a temperatura média da Terra pode aumentar 5,8 graus Celsius até 2100. **Essa temperatura é 65% maior que o pior cenário de aquecimento global traçado há cinco anos por um grupo de cientistas.** (Veja, abril de 2001, p. 95) [grifos meus].

Wilson está entre os cientistas de vulto que clamam insistentemente pela atenção da humanidade para o perigo real e cada vez mais imediato para a sobrevivência de nós mesmos, que podemos ser arrastados num paroxismo de autodestruição, levando conosco as formas mais complexas de vida (Veja, outubro de 2005, p. 85) [grifos meus].

“Se a temperatura da Terra aumentar mais de 0,2 grau por década, as gerações futuras talvez precisem colocar em prática projetos ambiciosos de combate ao aquecimento global”, **disse Paul Crutzen a VEJA** (Veja, setembro de 2006, p.144) [grifos meus].

Vemos que não é qualquer um que está legitimado a falar das problemáticas ambientais. A revista *Veja* faz falar cientistas, ecologistas, biólogos, especialistas em mudanças climáticas, pesquisadores renomados, vozes autorizadas para proliferar verdades — neste caso, verdades sobre as terríveis possibilidades de degradação, que atingirão o Planeta e a todos nós. A própria mídia, na atualidade, especialmente a revista *Veja*, por ser um dos mais reconhecidos veículos de informação de nosso país, está legitimada a enunciar algumas verdades. Foucault, ao falar sobre o conceito de verdade em uma entrevista, relativiza-o e entende que, em nossa sociedade, dependendo de quem fala e da posição que ocupa, a verdade ganha determinado efeito. Nas palavras do próprio autor:

Por verdade, não entendo uma espécie de norma geral, uma série de proposições. [...] Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde os procedimentos pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades são conhecidos previamente, regulados. São em geral, os domínios científicos. No caso das matemáticas é absoluto. No caso das ciências, digamos empíricas, já é muito mais flutuante. E depois, afora as ciências, têm-se também os efeitos de verdade ligados aos sistemas de informações: quando alguém, um locutor de rádio ou de televisão, lhe anuncia alguma coisa, o senhor acredita, mas isso se põe a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade, unicamente porque foi pronunciado daquela maneira, naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora (2010, p. 232 e 233).

E, as enunciações proliferadas nas reportagens em destaque da revista *Veja*, que efeitos de verdade produzem? Entendo que os ditos da revista tomam uma proporção que não temos como medir, mas que, certamente, contribuem para potencializar e colocar em funcionamento verdades fabricadas neste campo de saber. Com isso, esse importante artefato cultural auxilia na fabricação do dispositivo de Educação Ambiental no século XXI.

*

Nesse capítulo, busquei evidenciar a constituição de um discurso de Crise Ambiental na revista *Veja*. Essa constituição deu-se a partir de dois enunciados, o Antropocentrismo e o Catastrófico do Planeta Terra. Tais enunciados se cruzam e se articulam, dando sustentação

um ao outro para a formação do discurso em análise. Procurei, também, através do material empírico, mostrar o quanto os discursos se apoiam uns nos outros, em uma mesma formação discursiva, neste caso, o discurso de Crise Ambiental apoiado no discurso da Ciência.

Entendo que um dos achados importantes evidenciados neste capítulo refere-se ao saber da Estatística, operacionalizado através de uma estratégia biopolítica para o gerenciamento da problemática ambiental. Esse saber auxiliou na construção de uma determinada forma de entender o meio ambiente e, de certo modo, de constituir a própria “crise ambiental”. Isso porque, pode-se visibilizar através dos números, dos dados, o que já foi devastado e o que ainda será, caso não mudemos nossas atitudes, bem como quais as projeções de nascimentos, quanto cada pessoa consome diariamente, etc. E, desse modo, podemos gerenciar e conduzir nossas vidas.

Além disso, foi problematizado nesse capítulo o modo pelo qual a mídia impressa vai narrando a Crise Ambiental e colocando em operação relações de poder, conduzindo as condutas dos indivíduos. Essa condução se dá através de estratégias discursivas que apontam para a culpabilização do homem. Desse modo, ao demarcar o lugar de cada um, a mídia também define o que e como deve ser feito, criando enunciações potentes, que nos ensinam a viver uma Educação Ambiental.

Minha provocação final, então, é problematizar os ditos proliferados na mídia impressa e, nesse sentido, talvez valha uma aproximação com os estudos de Félix Guattari:

[...] Não é justo separar a ação sobre a psique daquela sobre o *socius* e o ambiente. A recusa a olhar de frente as degradações desses três domínios, tal como isto é alimentado pela mídia, confina num empreendimento de infantilização da opinião e de neutralização destrutiva das democracias. Para se desintoxicar do discurso sedativo que as televisões em particular destilam, conviria, daqui para a frente, apreender o mundo através dos três vasos comunicantes que constituem nossos três pontos de vista ecológicos (1990, p. 24).

Olhar com desconfiança para o modo como a revista *Veja* vem falando da questão ambiental e constituindo a maneira pela qual entendemos o meio ambiente e a natureza são alguns dos propósitos desse trabalho. Proponho-me a pensar na Educação Ambiental atrelada à ecosofia de Guattari e a seus três registros ecológicos, o ambiental, o social e o mental, entendendo que seja nos atravessamentos culturais que se deem tais relações.

**A FABRICAÇÃO DO DISPOSITIVO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
UM CONJUNTO HETEROGÊNEO NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO
CONTEMPORÂNEO**

5. A FABRICAÇÃO DO DISPOSITIVO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM CONJUNTO HETEROGÊNEO NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO

O capítulo que segue tem como objetivo central operar com a hipótese de tese em que venho trabalhando, na qual defendo o entendimento de que a Educação Ambiental constitui-se como um dispositivo na atualidade. Dispositivo, neste trabalho, terá a abordagem foucaultiana do conceito (FOUCAULT, 1990), entendendo que existe uma rede discursiva ampla e interligada em torno da EA, que a produz e a coloca em funcionamento. Tal rede relaciona-se tanto a configurações de saber acerca das questões ambientais, quanto coloca em operação relações de poder e, desse modo, atua incisivamente na subjetivação de sujeitos.

Meu *corpus* de análise é a revista *Veja*, que considero – um potente artefato cultural atuante na produção de subjetividades, interpelando os sujeitos e constituindo suas formas de ser, de viver e de fazer uma adequada Educação Ambiental. Entendo que a revista em questão é uma das possibilidades de operacionalização do dispositivo da EA, pois, evidentemente, existem outros artefatos culturais, outras instâncias e outras instituições que também atuam na composição desta rede discursiva.

Para este capítulo, proponho-me, primeiramente, a apresentar o conceito de dispositivo em Michel Foucault e algumas aproximações com Gilles Deleuze, evidenciando as pistas que me possibilitam olhar a EA como dispositivo. E, em um segundo momento, trabalharei com a função estratégica dominante do dispositivo – a urgência histórica da EA. Para ir mapeando os contornos da fabricação desse dispositivo, logo em seguida, me debruçarei sobre algumas leis que tratam da questão ambiental, problematizando o quanto o campo jurídico normaliza um certo modo de vida. E, como última subseção, opero com algumas dimensões trabalhadas por Deleuze (2005b): o visível e o enunciável a partir do material empírico da pesquisa.

Para esta empreitada, vale destacar que estou alinhando o entendimento de Educação Ambiental a partir das problematizações de Foucault (2002b) em relação à Educação. Segundo o autor, ela é um campo produtivo para a fabricação de sujeitos modernos, sendo a escola uma instituição de sequestro que governa nossos corpos e almas. Através delas – Educação e escola – somos adestrados, disciplinados e produzidos como sujeitos alinhados ao tempo em que vivemos. Nessa vertente, tomo a Educação Ambiental como uma potente ferramenta na fabricação de sujeitos preocupados com o futuro do Planeta. Com isso, compreendo que meu entendimento de EA desalinha-se das verdades que habitam esse campo de saber: de que ela – a EA – serve para conscientizar, emancipar e tornar livre o sujeito,

sendo este necessariamente um sujeito *ecologicamente correto*. Quero, novamente, deixar claro, que o campo teórico escolhido entende que somos fabricados e imiscuídos nas tramas culturais, sendo, hoje, necessária a constituição de um outro sujeito, atravessado pela Educação Ambiental. Não se trata de desconsiderá-la enquanto campo de saber, muito pelo contrário! Trata-se, isto sim, de entendê-la enquanto necessária e produtiva nos dias atuais. É sobre isso que versará esse capítulo à potência e à produtividade – no sentido foucaultiano do termo – da EA, que a torna visível e enunciável.

Nessa correnteza, minha intenção é mapear o entendimento de dispositivo a partir do que Foucault (1990) nos ensina, tomando-o como um “conjunto heterogêneo”. Desse modo, organizei as seções a seguir, demarcando os elementos e as pistas que contribuem para compreender a EA enquanto um dispositivo operacionalizado e potencializado no século XXI.

5.1 Conceituando Dispositivo: mapeando pistas do dispositivo da EA

Neste trabalho, busco me apropriar do conceito foucaultiano de dispositivo (FOUCAULT, 1990, 2007, 2009). Embora, Michel Foucault não se preocupe em defini-lo de forma incisiva e fechada, ele nos fornece algumas pistas. O próprio modo como opera com o seu conceito em algumas de suas pesquisas – como é o caso do dispositivo da sexualidade – permitiu-me algumas aproximações conceituais. Porém, em uma entrevista concedida no ano de 1977, intitulada “Sobre a história da sexualidade”, Foucault apresenta de modo mais preciso a noção de dispositivo e seu funcionamento.

[...] Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (1990 p. 244).

Debruço-me a pensar no dispositivo como um conceito múltiplo e aberto, que articula diferentes instâncias de saber. Ao agenciar diferentes saberes, relações de força são colocadas em exercício e tensionam os sujeitos a certas práticas, a determinados modos de agir e viver no mundo. Isso porque, um dispositivo engendra conhecimentos, práticas, instituições e leis que, por sua vez, também o colocam em movimento e o fazem funcionar. E, é esse movimento estratégico dos diferentes elementos que o compõem e que torna possível a sua existência, isto que um dispositivo precisa estar em jogo, em relação de força, em luta, sendo acionado e acionando outros dispositivos.

Provocando-me a pensar na Educação Ambiental como um dispositivo, a partir do que Foucault nos ensina, entendo que tal fabricação se dá a partir de diferentes elementos, sejam

eles discursivos ou não, tais como: discursos de Organizações Não-Governamentais (ONGs) (preocupadas com as questões ecológicas); enunciados midiáticos (campanhas publicitárias, propagandas, filmes, histórias em quadrinhos, revistas, jornais, etc.); discursos científicos; implementação de políticas públicas, e de tantas outras formas. Por onde circulamos, o dispositivo da EA se faz presente, nos educando e regulando nossas ações. Identifico a existência de uma espécie de “ortopedia discursiva”¹⁶ em torno da questão ambiental. São cientistas, ecologistas, ambientalistas, biólogos, educadores, políticos, enfim, uma infinidade de especialistas convocados a falar sobre a problemática ambiental e o que deve ser feito para minimizá-la ou contê-la.

Existe, em torno do campo ambiental, uma espécie de explosão de discursos, a qual diversos segmentos da sociedade são convidados a participar. Precisamos constantemente ver e falar sobre a problemática ambiental vivida na atualidade. Somos tensionados, a todo o momento, a participar de algum modo dessa “grande catástrofe ambiental”, que acomete a todos. Desse modo, nossas ações individuais e coletivas vão sendo reguladas, controladas e conduzidas cotidianamente. Um novo sujeito passa a ser produzido a partir desses ditos e jogos de força operacionalizados em diversas instâncias sociais.

Percebo que, no dispositivo da Educação Ambiental, os três eixos do pensamento foucaultiano estão em funcionamento: a constituição de um campo de saber acerca da questão ambiental; a operacionalização de relações de força, que fazem alguns ditos entrar na ordem do verdadeiro e outros não; e a produção de um sujeito preocupado com o futuro do Planeta.

Nessa correnteza de pensamento, Giorgio Agamben (2009) defende que o termo dispositivo assume uma abordagem técnica fundamental na obra e no pensamento de Michel Foucault, principalmente a partir da metade dos anos setenta, do século XX, quando o autor se dedica ao estudo do “governo dos homens”. A natureza estratégica do dispositivo tem como característica colocar em operação relações de força, que são sustentadas e estão ligadas à produção do saber. Ou seja, no dispositivo opera-se com o eixo do poder e do saber. Nas palavras do próprio autor: “É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 1990, p. 246). E, nessa relação

¹⁶ Na obra “História da Sexualidade – a vontade de saber” Foucault, ao falar sobre o dispositivo da sexualidade, defende o entendimento que, em torno do sexo, não houve uma interdição e, sim, uma incitação ao discurso. Cada vez mais os indivíduos foram colocados a falar. Desse modo, diz ele: “(...) a criança não deveria ser apenas um objeto mudo e inconsciente de cuidados decididos exclusivamente entre adultos; impunha-se-lhe um certo discurso razoável, limitado canônico e verdadeiro sobre o sexo - uma espécie de ortopedia discursiva” (2009, p. 35). Nesse sentido, não há interdição discursiva, mas uma ortopedia que nos ensina o que deve e como deve ser dito.

intervém fortemente a constituição das subjetividades dos sujeitos. Poder, saber e subjetividade estão imbricados nas tramas de um dispositivo.

O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso, os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito (AGAMBEN, 2009, p. 38).

Dispositivo diz respeito, então, a uma rede discursiva ampla e complexa que contempla diversas instituições, se sustenta em diferentes campos de saber, se normatiza por medidas administrativas, colocando em operação relações de poder e produzindo determinados tipos de sujeitos. Desse modo, diferentes práticas são acionadas e têm como propósito governar, normatizar, ensinar e controlar as condutas e, até mesmo, os pensamentos dos indivíduos, capturando-os nas tramas de um dispositivo.

É importante destacar, além disso, que Foucault se refere à natureza da relação entre os diferentes elementos do dispositivo. Não há uma posição demarcada e definitiva para cada elemento. Eles circulam, mudam de posição, transformando-se, conforme as tramas e tensionamentos do próprio dispositivo, conforme o autor bem explica:

[...] gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso, pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudança de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes (FOUCAULT, 1990, p. 244).

É possível pensar nessa relação entre os diferentes elementos do dispositivo como móvel, maleável, em que há mudança de posição. Esses elementos não têm uma única função, pois os seus diferentes componentes funcionam de acordo com a relação que travam uns com os outros. Com suas potentes discussões, Deleuze fala sobre a ferramenta analítica foucaultiana de dispositivo, definindo-a em um de seus textos como um “conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente” (2005a, p. 83). Problematiza o quanto tais linhas estão constantemente em desequilíbrio, visto que, em alguns momentos elas se aproximam, em outros tomam distância umas das outras. As linhas, curvas e regimes – trabalhadas por Deleuze (2005 e 2005a) – que constituem o dispositivo, se mostram transitórias e efêmeras. Ao tratar das características dessas linhas e das relações entre elas, o autor provoca-me a pensar no dispositivo como uma relação de atravessamentos, de justaposição de linhas, de forças, de agenciamentos. Destaca, ainda, as três grandes instâncias trabalhadas por Foucault – saber, poder, subjetividade – e o quanto essas instâncias se cruzam, se articulam, funcionam

em conjunto. Saber, poder e subjetividade constituem as curvas, as linhas, os contornos do dispositivo.

E, no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objecto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direcções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam umas das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a *variações de direcção* – e pode ser bifurcada, em forma de forquilha – está submetida a *derivações*. Os objectos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como vectores ou tensores (DELEUZE, 2005a, p.87).

Desse modo, o dispositivo tem a capacidade de constante renovação e recomposição, conforme a articulação entre as linhas que o constituem. Não há como pensar em uma posição fixa e estável nem para os elementos, nem para o sujeito que se produz nas tramas de um dispositivo. No dispositivo, o sujeito assume uma posição discursiva. Vale ressaltar que a qualquer momento essa posição pode ser modificada, revirada.

Segundo Deleuze (2005a), as curvas de visibilidade, as curvas de enunciação, as linhas de força e de subjetivação bem como as de rupturas são as composições do dispositivo. Essas linhas e curvas possibilitam ao objeto discursivo tornar-se visível e enunciável. No dispositivo, a visibilidade e a enunciabilidade existem por uma combinação.

Retomando as discussões de Michel Foucault, na entrevista de 1977 ele nos fala ainda sobre a gênese do dispositivo. Primeiramente, refere-se à predominância de um objetivo estratégico e, logo após, sobre o preenchimento estratégico do dispositivo. Para o autor, todo dispositivo tem um propósito, que nem sempre é atingido, por isso precisa se readaptar ao que escapou às suas tramas, retomando a própria relação entre os elementos heterogêneos que o compõem. Consequentemente, ele, necessita preencher constantemente as brechas para que seus objetivos tenham sempre sucesso. É o que Foucault (1977) vai chamar de preenchimento estratégico do dispositivo, exemplificando com o que ocorreu no caso do aprisionamento.

Num primeiro momento, o objetivo das medidas de detenção tinha como função dar conta da questão da criminalidade. Porém, isso não ocorreu da forma como planejada. A prisão funcionou para outras práticas, na qual se viu todo o desenvolvimento de um espaço de profissionalização para os delinquentes. Desse modo, foi necessário repensar uma forma de funcionamento e utilização deste espaço, de modo a atender aos propósitos econômicos e políticos para este meio. Nesse sentido, outras práticas foram operacionalizadas a partir de 1830. De algum modo, este dispositivo precisava funcionar positivamente, até que se percebeu uma reutilização e readaptação de estratégias para preencher os contornos do dispositivo prisional.

Nessa perspectiva, pode-se pensar nos próprios movimentos de resistência, naquilo que escapa e resiste ao dispositivo. A própria resistência seria a condição de possibilidade para o preenchimento estratégico do dispositivo. Quando há ruptura, escape, fuga, o dispositivo precisa se reconstituir para capturar novamente o que escapou. Ou, ainda, precisa pensar em outros modos de utilização para as estratégias que não funcionaram de acordo com os objetivos previstos.

Segundo Deleuze (2005a) o dispositivo tem caráter de atualização constante. Dessa maneira, o dispositivo não tem uma configuração única e definitiva. O que o caracteriza é a possibilidade de estar continuamente se modificando, se recompondo e rearticulando os diferentes elementos que o constituem.

Todo dispositivo se define assim por seu teor de novidade e criatividade, que marca ao mesmo tempo sua capacidade de se transformar, ou de se cindir em proveito de um dispositivo futuro, ou ao contrário, de fortificar-se sobre suas linhas mais duras, mais rígidas ou sólidas (DELEUZE, 1999, p. 159).

Considerando a perspectiva de atualização constante de um dispositivo, é necessário que se problematize o quão engendrados estamos nas teias dos dispositivos que nos são contemporâneos. Isso porque, os dispositivos determinam, moldam e direcionam nossas formas de estar e de ser no mundo, conforme o momento histórico, político, social, econômico, cultural e ambiental em que vivemos. É, ainda, Deleuze que nos diz: “Nós pertencemos a dispositivos e agimos neles. A novidade de um dispositivo em relação aos precedentes pode ser chamada de sua atualidade, nossa atualidade” (1999, p. 159). E, quanto ao dispositivo da EA, de que modo estamos vivendo a atualidade desse dispositivo?

Compreendo que o dispositivo da Educação Ambiental, enunciado nas reportagens de capa da revista *Veja*, ganha força e visibilidade no século XXI. Basta olharmos as preocupações econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais voltadas para a crise do meio ambiente que se tornam pauta importante em diferentes instâncias da sociedade. Um exemplo de tal força e importância são os grandes encontros mundiais que têm como foco a questão da Crise Ambiental, tais como a recente RIO+20, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 2012 e a COP 20, em novembro de 2014, em Lima, Peru. Em torno da fabricação do dispositivo da EA há uma produção de saberes que colocam em funcionamento relações de força, subjetivando os sujeitos a certas práticas ambientalmente “necessárias” e “corretas”. Assim, um determinado “sujeito” é produzido no dispositivo da EA, enquanto um cidadão educado ambientalmente.

Assumindo os ensinamentos de Michel Foucault, entendo o dispositivo da Educação Ambiental como uma rede mais ampla que engloba diferentes enunciados, e discursos e é

sustentado e fortalecido por distintos dispositivos também. Nesta pesquisa, um dos discursos que o constitui é o de Crise Ambiental (CA), que é apoiado pelo discurso da Ciência. O discurso de CA, por sua vez, é formado por diferentes enunciados, tais como o do Antropocentrismo e do Catastrófico do Planeta Terra, como já apresentado nos capítulos anteriores. Além disso, o dispositivo da EA ganha força e sustentação ao cruzar-se com o dispositivo pedagógico da mídia (FISCHER, 2002a) e com o dispositivo da sustentabilidade (SAMPAIO, 2012). Há uma trama discursiva que articula estes diferentes elementos, colocando-os em funcionamento e os acionando constantemente. Vejamos mais claramente estas articulações.

A análise do material empírico dessa pesquisa possibilitou mapear alguns elementos do dispositivo da Educação Ambiental. Tais elementos foram mudando de posição e se rearticulando, dando novos contornos ao dispositivo e permitindo olhar uma composição discursiva para EA na revista *Veja*. Os ditos da revista me permitem dizer que há um potente discurso que se constitui como um dos elementos do dispositivo da EA, que é o discurso de Crise Ambiental. Nas análises realizadas, uma determinada forma de narrar a CA vai se produzindo. O discurso de CA se constrói de diferentes enunciados. Nas reportagens de *Veja* as enunciações remetem ao enunciado do Antropocentrismo, ora o homem é posicionado como o culpado pela catástrofe planetária, ora ele é aquele que pode fazer algo para salvar a Terra.

Outro enunciado importante do discurso de CA é o enunciado Catastrófico do Planeta Terra. Nesse enunciado, problematizo o quanto é característica do campo da Educação Ambiental uma articulação com o catastrofismo. Entretanto, no século XXI, o catastrofismo é retomado e atualizado pela revista *Veja*.

É importante destacar o quanto tais enunciações se arranjam e se sustentam umas nas outras, pois quando nos é dito de modo catastrófico e terrorista que estamos prestes a perder o Planeta, tal dito está emaranhado tanto à culpabilização do homem quanto à sua responsabilidade em reverter tal situação. Desse modo, é produzido um discurso de CA que nos faz acreditar que é necessário agir para Salvar o Planeta! E, assim, nossas vidas vão sendo conduzidas e governadas.

Tais enunciados se sustentam e se fortalecem para dar sentido ao discurso de CA. Por sua vez, esse discurso precisa se respaldar e ter legitimação em outro discurso, o da Ciência. No material empírico, a voz da ciência recorrentemente é chamada para dar sustentação e legitimidade ao que é dito. Diferentes cientistas são convidados a falar sobre o problema ambiental vivido neste século. Para isto, uma importante ferramenta é constantemente

trabalhada – a estatística, pois os números também auxiliam a produzir um discurso de CA. Na revista *Veja*, o dispositivo da EA é fabricado a partir da articulação desses diferentes enunciados e discursos, tendo como alvo a produção da subjetividade de determinado sujeito, o sujeito consciente ecologicamente.

A sustentação de enunciados e discursos auxilia na fabricação do dispositivo. Nessa rede discursiva há uma forte articulação com outros dispositivos que são contemporâneos, como o anteriormente citado. O dispositivo da mídia, por sua vez, estudado exhaustivamente por Rosa Fischer (1996, 1997, 2001, 2002a), entendo que seja uma forte estratégia de subjetivação dos sujeitos, tornando-se verdade o que a mídia anuncia na sociedade (GOMES, 2003).

É inegável que a mídia ensina e constitui determinados campos de saber, legitimando verdades. E, no momento em que produz e coloca a circular tais verdades, faz funcionar relações de poder e de força, em um jogo persuasivo e convidativo. Dessa maneira, vai ensinando as formas como as pessoas devem agir e se comportar, subjetivando as ações dos sujeitos, aqui, em especial, encaminhando para ações voltadas à preservação do meio ambiente e da espécie humana. Fazer tal análise refere-se a problematizar tais verdades, mostrando como ela se reverbera na atualidade.

Assim, considerando a perspectiva teórica adotada, tratar do “dispositivo pedagógico da mídia” significa tratar de um processo concreto de comunicação (de produção, veiculação e recepção de produtos midiáticos) em que a análise contempla não só questões de linguagem, de estratégias de construção de produtos culturais (no caso aqui referido, de programas televisivos), apoiada em teorias mais diretamente dirigidas à compreensão dos processos de comunicação e informação, mas, sobretudo questões que se relacionam ao poder e a formas de subjetivação (FISCHER, 2002a, p.155) [grifo da autora].

Assim, o dispositivo pedagógico da mídia reafirma constantemente verdades – aqui me refiro às verdades do campo da Educação Ambiental – tal repetição e propagação, reforça esses ditos e posiciona os sujeitos a agirem de determinadas formas, economizando os recursos naturais, reciclando o lixo e consumindo de forma sustentável, por exemplo. Segundo Marcello (2003, p. 93):

Ao sistematizar as curvas de visibilidade e os regimes de enunciação em torno de relações agonísticas entre as linhas de forças, **a mídia produz de alguma forma o que deve ser visto e como deve ser falado** (e vice-versa), mesmo que, para tanto, ela se utilize de enunciados históricos e, portanto, já existentes. É justamente a característica de sua materialidade que não apenas permite, **mas exige ao discurso condição de se tornar repetível**. Tal afirmação não significa obviamente, que dado discurso, ou melhor, dado enunciado, seja exatamente o mesmo, independente do período histórico em que for articulado [grifos meus].

Nas estratégias discursivas operacionalizadas pela mídia são produzidos discursos de verdade que moldam a forma de olhar e constituir o mundo que nos cerca. Percebo tal

estratégia em funcionamento nos ditos midiáticos acerca da própria questão ambiental. A todo momento, somos colocados em relação de luta com nossos modos de ver e entender o ambiente, a cultura e a natureza. Os ditos midiáticos vão nos ensinando as formas corretas de fazer tais leituras e condicionam nosso olhar para ver o que “deve ser visto” e fazer o que “deve ser feito”. Não somos obrigados, mas, somos, sim, persuadidos, postos em um jogo tensionado com as verdades ditas e repetidas constantemente no espaço midiático e, muitas vezes, estas acabam sendo tomadas como corretas.

Para o bem ou para o mal, o dispositivo da mídia tem sido uma forte estratégia de norteamento das condutas dos indivíduos na atualidade. Como veremos, os temas relativos à sustentabilidade, assim como as questões relacionadas ao campo da EA, também têm sido abordados recorrentemente na mídia brasileira.

Na contemporaneidade, a sustentabilidade tornou-se moeda forte. Em sua tese “Uma floresta tocada apenas por homens puros... Ou do que aprendemos com os discursos contemporâneos sobre a Amazônia”, Shaula Maíra Vicentini de Sampaio (2012) desenvolve o conceito de dispositivo da sustentabilidade. A autora apresenta essa definição a partir de estudos de Michel Foucault e Gilles Deleuze com base na ideia de uma pedagogia exercida pelo dispositivo, especialmente no que concerne à sustentabilidade. Além disso, mostra de que forma esse dispositivo atende a uma urgência histórica de uma sociedade sustentável.

É possível perceber que a sustentabilidade vem se constituindo como um assunto emergente na atualidade e que sua história é bem recente, pois tais polêmicas surgiram em consonância às críticas ao desenvolvimento econômico. Assim, as discussões de sustentabilidade têm se aliado à concepção de desenvolvimento econômico sustentável. Não é por acaso que a sustentabilidade está atrelada ao consumo consciente em diferentes campanhas midiáticas. Para muitos autores, a sustentabilidade é uma estratégia de marketing, em que a editora da revista em análise cria uma campanha voltada para um mundo mais sustentável e, em suas edições, traz páginas que direcionam nessa perspectiva. Tal mídia vai reafirmando, diariamente, a necessidade dos sujeitos adotarem um ritmo de vida mais sustentável e consciente.

Essa pedagogia exercida pelo dispositivo da sustentabilidade se processa nas instâncias múltiplas atravessadas pelo dispositivo, ultrapassando as fronteiras das instituições escolares e mesmo das ações de educação ambiental. Aprendemos a ser “verdes” nos mais diversos âmbitos, mas convém realçar o incisivo papel da mídia neste processo (SAMPAIO, 2012, p. 105) [grifos da autora].

Como bem pontua a autora, a mídia tem um papel fundamental no funcionamento desse dispositivo: ela o aciona e o reforça cotidianamente. Os sujeitos são subjetivados em

suas tramas e, desse modo, vão constituindo-se e construindo seus saberes e entendimentos sobre o meio ambiente, a cultura e a natureza. Os ensinamentos operacionalizados por ele vão capturando os sujeitos de diferentes modos, pois o que importa é que o sujeito se conecte. Nesse sentido, é preciso ver e falar constantemente sobre o dispositivo, seja no cinema, na revista, na propaganda, no produto que está na prateleira do supermercado, de alguma forma os sujeitos precisam ser capturados e persuadidos pelo dispositivo da sustentabilidade, como trabalha Sampaio (2012).

Assim, tais dispositivos – o pedagógico da mídia e o da sustentabilidade – relacionados entre si, vão produzindo nossa vida cotidiana e nossas atitudes “ecologicamente corretas”. De acordo com Marcello (2003), a existência de um dispositivo está ligada à sua articulação aos outros dispositivos de seu tempo.

O dispositivo pedagógico da mídia e o da sustentabilidade dão força e sustentação ao dispositivo da Educação Ambiental. Eles funcionam em conjunto, se articulam e se conectam. O dispositivo da mídia se encarrega da produção e penetração de verdades tanto sobre o ambiental quanto sobre a sustentabilidade. Ao fazer circular tais ditos e colocá-los no lugar do verdadeiro atua incisivamente na subjetivação dos sujeitos.

O dispositivo da EA, por sua vez, atrela-se fortemente ao dispositivo da sustentabilidade, principalmente quando subjetiva os sujeitos, ensinando-os determinadas práticas e atitudes necessárias na atualidade. Essas posturas geralmente estão relacionadas ao dispositivo da sustentabilidade, pois é necessário que os sujeitos consumam determinados produtos, adquiram determinados hábitos, preocupem-se com ações sustentáveis para viver no Planeta, etc. Como se pode perceber, estes dispositivos parecem funcionar em rede, pois um vai ajudando a moldar, a fabricar o outro. Não há como pensá-los de forma desarticulada, porque eles estão interligados.

Nessa perspectiva de pensamento, entendo que o dispositivo da EA estabelece uma rede de relações entre a cultura, a sociedade, a política e a economia, participando e intervindo ativamente nessas instâncias. Desse modo, aproximo o dispositivo da EA da problematização realizada por Foucault no primeiro capítulo de sua obra “História da Sexualidade – o uso dos prazeres”, quando fala sobre o caminho de suas pesquisas e trata o modo como operou com o termo “sexualidade”.

O uso da palavra foi estabelecido em relação a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos; a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. [...] O projeto era,

portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência, se entendemos por experiência a correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade (FOUCAULT, 2009, p.9).

Considerando a provocação de Foucault, entendo que o dispositivo da EA se conecta a outros campos de saber. Além disso, estabelece relações com o contexto social de modo mais amplo, está relacionado ao nosso modo de vida nos dias de hoje. Não há como pensar em um dispositivo da EA sem problematizar os modos pelos quais vamos nos constituindo sujeitos e olhando para as questões que nos são colocadas pelas reportagens de capa de revista *Veja*. Mais uma vez retomo a pergunta potente de Nietzsche (2002): Como nos tornamos aquilo que somos? Tais questões estão imbricadas em um contexto exterior à discursividade da revista em questão. Nesse sentido, é necessário olhar alguns pontos dessa exterioridade.

Dadas as primeiras discussões em torno do conceito de dispositivo e suas aproximações com a Educação Ambiental, passemos às próximas subseções que mapeiam alguns elementos dessa rede discursiva.

5.2 Articulando contornos do dispositivo: Urgência Histórica da EA

Tenho como objetivo nesta subseção argumentar quanto à urgência histórica do dispositivo da Educação Ambiental. Para tanto, busco retomar alguns elementos que, relacionados entre si, são fundamentais para compreender as condições de possibilidade que favoreceram a existência da EA. Foucault (1990) destaca que uma das principais funções de um dispositivo é responder a uma urgência. E, é na tentativa de responder que urgência é essa do dispositivo da EA que discorro logo a seguir.

Michel Foucault, ao falar sobre a função estratégica dominante do dispositivo, refere-se à necessidade de responder a uma urgência histórica. Considerando tal necessidade, busco compreender as condições contextuais que possibilitaram que o campo ambiental se constituísse enquanto campo de saber. Além disso, procuro entender de que modo a EA foi se fabricando enquanto um dispositivo potente no século XXI. Eis, então, que outra inquietação se atrela: Quais as condições de emergência desse dispositivo na atualidade? Entendo que haja uma urgência histórica do dispositivo da EA e que seja preciso compreender “não o momento de sua estrutura formal e de suas leis de construção, mas o de sua existência e das regras de seu aparecimento” (FOUCAULT, 2002, p. 34).

Na tentativa de responder a tal indagação – quais as condições de emergência do dispositivo da EA na atualidade – primeiramente retomo alguns desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, evidenciando articulações que me fazem entender este acontecimento como

uma das condições de possibilidade para o aparecimento da EA enquanto uma urgência histórica alguns anos após a Guerra. Logo em seguida, trabalho com algumas condições de possibilidade que potencializam a proliferação da EA, entre elas a mensagem proferida pelo Papa João Paulo II em 1º de Janeiro de 1990 e o documento Carta da Terra, concluído e divulgado no ano de 2000.

É relevante destacar que estou partindo do próprio entendimento foucaultiano de história, nesse sentido não busco reconstruir uma história linear da EA. O que pretendo é vasculhar na trama discursiva que produziu e que produz a EA o modo como ela foi sendo constituída. Entendo que essa história é feita de atravessamentos, de rachaduras, de curvas, de idas e vindas, ela é uma história sinuosa. O que procuro, então, são pistas, brechas, clarões ou apagões que me permitam articular alguns elementos importantes que se relacionem à EA com toda a sua potência no final do século XX e começo do século XXI.

A história “efetiva”, em contrapartida, lança seus olhares ao que está próximo: o corpo, o sistema nervoso, os alimentos e a digestão, as energias; ela perscruta as decadências; e se afronta outras épocas é com a suspeita – não rancorosa, mas alegre – de uma agitação bárbara e inconfessável. Ela não teme olhar embaixo. Mas olha do alto, mergulhando para apreender as perspectivas, desdobrar as dispersões e as diferenças, deixar a cada coisa sua medida e sua intensidade. Seu movimento é o inverso daquele que os historiadores operam sub-repticiamente: eles fingem olhar para o mais longe de si mesmos, mas de maneira baixa, rastejando, eles se aproximam deste longínquo prometedo (no que eles são como os metafísicos que vêem, bem acima do mundo, um além apenas para prometé-lo a si mesmos a título de recompensa); a história “efetiva” olha para o mais próximo, mas para dele se separar bruscamente e se apoderar à distância (olhar semelhante ao do médico que mergulha para diagnosticar e dizer a diferença) (FOUCAULT, 1990, p. 29) [grifos do autor].

Dessa maneira, o conceito de história tomado emprestado de Foucault é aquele que olha para o passado não para reconstituí-lo, mas para entender as condições que tornaram possíveis a existência e o aparecimento de determinado objeto discursivo ou campo de saber. Nesse sentido, a análise histórica não é um retorno ao ponto de origem. É, isto sim, uma análise que leva em consideração os movimentos de descontinuidade, de irrupção, de transformação.

Considerando o conceito de história em Foucault, a empreitada, aqui, se refere a olhar os atravessamentos históricos e a própria condição de emergência da EA para compreender o que a torna visível e enunciável na atualidade. Afinal, a EA instaurou-se como campo ou domínio a ser conhecido a partir de certas práticas e relações de poder e estas a tornaram alvo de um saber e de determinados procedimentos discursivos. Então, que condições de emergência fabricaram e instituíram o dispositivo da EA como urgência neste século?

Há, sem dúvida, uma emergência da EA, como já trabalhei no capítulo 3, que se atrela a uma concepção de crise do Planeta. O próprio campo de saber da EA foi se produzindo a partir de tal entendimento e com o objetivo de concentrar os esforços na educação dos futuros “cidadãos”. A possibilidade de uma EA como a salvação e a redenção foi e parece ainda ser uma das bandeiras fortes para o enfrentamento da crise ambiental.

Entretanto, é necessário um olhar mais atento ao entendimento de crise que se atribui no campo ambiental. Quais as condições de possibilidade que nos permitem dizer que vivemos uma crise ambiental? A EA se consolida num contexto emblemático, no qual as relações estabelecidas com o ambiente são, na grande maioria das vezes, da ordem da crise, do caos, da desordem, da destruição e da poluição. Sua implementação, no Brasil, se dá justamente como necessidade reguladora e formadora de comportamentos e de atitudes dos indivíduos em relação ao meio ambiente e à natureza. A EA se legitima enquanto campo de saber a partir de um regime discursivo pautado pela crise planetária e ecológica. Pensar na EA se atrela a pensar nos modos de ensinar e educar os sujeitos a ter determinados comportamentos e práticas para esse momento histórico.

De acordo com Eric Hobsbawm (2014), historiador egípcio, em sua obra “Era dos Extremos”, o século XX ao mesmo tempo em que deixa um legado, edifica-se a partir de catástrofes, crises e incertezas. O autor faz uma divisão do século XX em três grandes momentos: a era da catástrofe; a era de ouro e o desmoronamento. Na primeira, discorre de maneira articulada sobre os acontecimentos bélicos ocorridos na Europa. Na segunda parte de sua obra, narra as circunstâncias históricas e sociais, desde a Guerra fria até o “socialismo real”. Na última parte, dedica-se a falar sobre “As décadas de crise”, que estariam situadas entre 1973 e 1993. O autor nos brinda com uma reflexão histórica interessante, pois traz para a discussão os movimentos que transformaram a história ocidental no século XX e, dessa maneira, nos informa a respeito dos flagelos sofridos pela humanidade, sendo testemunha do tamanho da catástrofe do referido século. Foi um período marcado por mortandades gigantescas, sem equiparação possível com qualquer período histórico anterior. Segundo Hobsbawm, “A História dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise” (2014, p. 393).

Hobsbawm argumenta sobre o processo de globalização ocorrido no século XX e nos convida a pensar nas modificações produzidas em nossas vidas a partir de tal processo. Afirma, também, que a tecnologia chega aos locais de mais difícil acesso, no intuito de que ninguém fique de fora. A ciência se proliferou de tal modo, no século XX, que segundo ele, até mesmo as religiões não ficaram em situação oposta. “Tornou-se mais difícil o conflito

entre ciência e escritura sagrada numa era em que o Vaticano se viu obrigado a comunicar-se por satélite e testar a autenticidade do sudário de Turim por datação de rádio-carbono” (2014, p.511). Após a explosão da primeira bomba nuclear, em 1945, ocorreram mudanças no mundo e no modo como olhamos para ele.

Posteriormente à Segunda Guerra Mundial, na qual foi utilizada pela primeira vez na história uma bomba nuclear, o medo do avanço científico, e da utilização de bombas atômicas se intensificou no mundo. O pesadelo da possibilidade de uma guerra nuclear assombrou parte deste século e a ciência cada vez mais ganhava sua onipotência, pois não se podia saber ao certo os “limites” do conhecimento científico, se é que existiam e existem limites para ele. Parece que, após a explosão da primeira bomba, instigou-se a produção de pesquisas nesse sentido, e esse interesse confirmou-se pela popularização da ficção científica nesse período.

Na década de 70, mais especificamente em 1973, ocorre uma descoberta de dois químicos, que incita o questionamento quanto aos impactos provocados no Planeta pelas ações da ciência e da tecnologia. Essa descoberta refere-se ao dano causado na camada de ozônio pelo uso dos fluoro-carbonos. Segundo o estudo, esse uso só poderia ter sido notado a partir dos anos de 1950, já que, anteriormente, a liberação desses produtos na atmosfera ocorria numa escala muito menor. Com esse fato, as pessoas inquietam-se com os rumos da ciência e da tecnologia.

O que estava em causa agora não era a busca da verdade, mas a impossibilidade de separá-la de suas condições e consequências. Ao mesmo tempo, o debate era essencialmente entre pessimistas e otimistas em relação à raça humana. Pois a crença básica dos que pensavam em restrições e autolimitações à pesquisa científica era que a humanidade, como hoje organizada, não era capaz de lidar com os seus poderes de transformação da Terra, ou mesmo de reconhecer os riscos que corria. Pois mesmo os feiticeiros que resistiam a toda limitação em suas pesquisas não confiavam em seus aprendizes (HOBSBAWM, 2014, p. 535).

É possível compreender que reside uma urgência histórica do dispositivo da Educação Ambiental: a descoberta dos danos causados pela liberação de fluoro-carbonos. Essa descoberta provoca uma ruptura no modo pelo qual a ciência vinha sendo legitimada, pois, a partir daí, passa-se a pensar também nos impactos produzidos por esse conhecimento científico, que podem reverberar em consequências para o Planeta e certamente para os indivíduos que nele habitam.

Pensar no efeito estufa, no aquecimento global e tantas outras degradações ambientais que vêm sendo realizadas e intensificadas, principalmente após o 1945, se faz cada vez mais urgente e necessário. Por este motivo, a instituição da EA parece ser uma alternativa produtiva para auxiliar no controle e gestão dos comportamentos individuais e das populações.

O dispositivo da EA ganha suas condições de existência a partir do momento em que é preciso criar todo um conjunto de regras, de normas, de saberes e de práticas que possam ser gerenciadas e controladas. Surgem, por consequência, vários movimentos nas décadas de 70, que irão desencadear na necessidade de uma regulamentação da EA. Entretanto, sua potência se dá um pouco mais tarde, nas décadas seguintes. E, trago para discussão duas condições de possibilidade que caracterizam a proliferação do dispositivo da EA, no final do século XX, e começo do século XXI. São elas: a mensagem proferida pelo Papa João Paulo II em 1990, falando da crise ambiental e o documento Carta da Terra de 2000.

Destaco dois trechos da mensagem do Papa, proferida em 1º de janeiro de 1990 para a celebração do XXIII dia Mundial da Paz.

O gradual esgotamento do estrato do ozônio e o conseqüente « **efeito de estufa** » que ele provoca **já atingiram dimensões críticas**, por causa da crescente difusão das indústrias, das grandes concentrações urbanas e dos consumos de energia. Escórias industriais, gases produzidos pela combustão de carburantes fósseis, deflorestação imoderada, uso de alguns tipos de herbicidas, refrigerantes e propelentes, **tudo isto, como se sabe, é nocivo para a atmosfera e para o ambiente**. Daí resultam múltiplas mudanças meteorológicas e atmosféricas, cujos efeitos vão desde o prejuízo para a saúde até à possível submersão, no futuro, de terras baixas (João Paulo II) [grifos meus].

Há uma **necessidade urgente**, pois, **de educação para a responsabilidade ecológica**: responsabilidade em relação a si próprio, responsabilidade em relação aos outros e responsabilidade em relação ao ambiente. E trata-se de uma educação que não pode basear-se simplesmente no sentimento ou sobre uma mal definida veleidade. O seu fim não pode ser ideológico nem político e a maneira de a estruturar não pode apoiar-se na rejeição do mundo moderno, nem num vago desejo de retornar ao « paraíso perdido ». **A educação autêntica para a responsabilidade implica uma verdadeira conversão na maneira de pensar e no comportamento**. E quanto a isso, as Igrejas e as outras Instituições religiosas, os Organismos governativos e não-governativos, como também todos os componentes da sociedade têm um papel bem determinado a desempenhar. A primeira educadora, no entanto, permanece a família, na qual as crianças aprendem a respeitar o próximo e a amar a natureza (João Paulo II). [grifos meus].

No primeiro excerto chama a atenção a preocupação com o efeito estufa e a ênfase em torno do quanto as ações do homem estão causando danos ao meio ambiente. No segundo excerto há uma convocação para a necessidade de uma educação voltada para a responsabilidade ecológica e para a conformação dos comportamentos. Assim, como em outras passagens da mensagem, estes trechos instauram um determinado modo de falar sobre a questão ambiental, situando-a como uma crise, um problema que deve ser assumido por todos. Dessa maneira, nenhum cidadão ou nenhum “irmão” pode ficar indiferente à situação. É emblemático o cruzamento que ocorre entre os dogmas da Igreja e o conhecimento da ciência, como destaca Hobsbawn (2014). Se, no século XIX, ciência e religião eram antagônicas, parece que para os séculos XX e XXI elas funcionam em conjunto, se apoiam em

determinadas tramas discursivas, principalmente quando se trata da questão ambiental, é possível falar de ciência e fé.

Logo a seguir apresento alguns trechos do documento Carta da Terra, que tem o objetivo de constituir-se como uma declaração de princípios para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Esta mensagem foi escrita durante toda a década de 90 e seu início foi desencadeado pelas Nações Unidas, porém quem deu continuidade ao projeto foi a sociedade civil de um modo geral. No ano de 2000, uma comissão internacional independente concluiu e divulgou o documento como Carta dos Povos. Mais de 4.550 organizações contribuíram no processo de elaboração da Carta.

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. **São necessárias mudanças fundamentais em nossos valores, instituições e modos de vida.** Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem supridas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais e não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos no meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados e juntos podemos forjar soluções inclusivas (Carta da Terra, 2000, p. 1) [grifos meus].

Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, interdependentes, visando a **um modo de vida sustentável** como padrão comum, através dos quais a **conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais será dirigida e avaliada** (Carta da Terra, 2000, p. 2) [grifos meus].

Princípios [...]

7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

- a. **Reduzir, reutilizar e reciclar** materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.
- b. Atuar com moderação e eficiência no uso de energia e contar cada vez mais com **fontes energéticas renováveis, como a energia solar e do vento.**
- c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais seguras.
- d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e **habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam às mais altas normas sociais e ambientais.**
- e. Garantir acesso universal à assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável (Carta da Terra, 2000, p. 3) [grifos meus].

Destaquei os trechos anteriores, porque compreendo que sejam importantes para entender o quanto tais enunciações não são novidades ao tratar do contexto ambiental e também, não eram novidades em 2000, quando a carta foi divulgada. Entretanto, há uma atualidade nesses dizeres. Eles pertencem a esse tempo em que vivemos e são ditos que têm muito fôlego nas falas dos ambientalistas, na mídia, na escola e nas leis. Tais ditos ativam

constantemente o dispositivo da EA de diferentes modos. A Carta da Terra ou Carta dos Povos é um dos elementos que tornam o dispositivo potente no século XXI, pois é preciso “mudar os modos de vida”! É necessário adotar uma “vida sustentável”! Torna-se imprescindível guiar a “conduta dos indivíduos”! É urgente “reduzir, reciclar, reutilizar, consumir”! É a atualização constante do dispositivo que se faz urgente e emergente na atualidade!

Meu propósito aqui foi buscar pistas que me permitissem entender algumas condições de possibilidade para a emergência do dispositivo da Educação Ambiental e tentar compreender em que residia a urgência histórica desse dispositivo. Procurei escapar de uma história tradicional, buscando, nos interstícios históricos, de que modo foi possível o aparecimento da EA, pois, segundo Foucault

[...] a emergência designa um lugar de afrontamento; é preciso ainda se impedir de imaginá-la como um campo fechado onde se desencadearia uma luta, um plano onde os adversários estariam em igualdade; é de preferência – o exemplo dos bons e dos malvados o prova – um “não-lugar”, uma pura distância, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço. Ninguém é portanto responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício (1990, p. 24) [grifos do autor].

Nessa correnteza, as análises realizadas até aqui não dizem respeito a um ou outro acontecimento; ou um ou outro autor; mas, sim, estão relacionadas a acontecimentos históricos que vem nos produzindo enquanto sujeitos contemporâneos, marcados pelas tramas de diferentes dispositivos. Esses acontecimentos nos constituem, nos subjetivam e condicionam nossos modos de ser, de viver e de experimentar o presente. O que aqui coloco sob análise é a fabricação do dispositivo da EA, na busca pela formação de um tipo de sujeito: o *ecologicamente correto*, o verde (GUIMARÃES, 2012); o ecológico (CARVALHO, 2008); enfim, o sujeito dedicado às questões emergentes do campo ambiental.

5.3 Normalizando um certo modo de vida: aportes legais que auxiliam na fabricação do dispositivo da EA

Nesta subseção, abordo algumas legislações que tratam do campo ambiental. Tenho como propósito problematizar o quanto as leis, as diretrizes, os parâmetros, enfim, as práticas jurídicas auxiliam na normalização de determinado modo de vida, nos ensinando e regulando nossas ações em relação ao meio ambiente. Tomo para este estudo os seguintes documentos: Parâmetros Curriculares Nacionais, que tratam especificamente da temática do Meio Ambiente, de 1998; Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; Resolução Nº 2, de 15 de

junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Escolhi esses documentos para analisar, porque entendo que estejam mais fortemente atrelados ao campo educacional. Faço tal opção por entender que, na fabricação do dispositivo da EA, os PCN's, a Lei 9795/99 e as Diretrizes Curriculares Nacionais, sejam peças fundamentais na sustentação e reconhecimento de que tratar da problemática ambiental se faça necessário e urgente na atualidade nos diferentes segmentos sociais, dentre eles as escolas. Argumento nesta tese que o dispositivo da EA atua na constituição das subjetividades dos sujeitos de modo veemente. Ao olhar os documentos, o que vejo é justamente um certo direcionamento das condutas dos sujeitos, a partir do viés do ambientalmente correto. Por este motivo é que proponho o dado recorte de análise.

Meu trabalho não consiste em fazer uma retomada do teor desses documentos, mas pretendo demarcar a maneira como este elemento que compõe o dispositivo da EA – a legislação – é potente e legitimador de verdades nessa trama discursiva. Para que o dispositivo funcione e obtenha sucesso é necessário que um conjunto de medidas administrativas o sustente e normatize as práticas consideradas como ambientalmente aceitas e corretas.

[...] Parece-me que existem, na sociedade, ou pelo menos, em nossas sociedades, vários outros lugares onde a verdade se forma, onde um certo número de regras de jogo são definidas – regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividade, certos domínios de objeto, certos tipos de saber – e, por conseguinte podemos, a partir daí, fazer uma história externa, exterior, da verdade (FOUCAULT, 2005, p. 11).

Tomando as palavras do filósofo francês, entendo que a verdade se produz em diferentes instâncias sociais, entre elas as práticas jurídicas. Por este motivo, direciono meu olhar para a legislação pertinente ao campo ambiental e penso que ela também fabrique as verdades. Ao estabelecer regras, normatizações, sanções, determinando o que é lícito ou ilícito o campo jurídico, de certa forma, também está produzindo verdades. Tais verdades circulam, se reverberam, se instituem e passam a constituir nossos modos de vida, quando as adotamos como regras de conduta e passam a fazer parte de nossas rotinas.

De modo geral, a legislação em análise vincula, fortemente, o campo ambiental à questão da conservação e da proteção ao meio ambiente. Comumente o objetivo da Educação Ambiental nesses documentos atrela-se à tarefa de ensinar os indivíduos às formas corretas de utilização e conservação dos recursos naturais. Entendo que, ao assumir tal abordagem, esses documentos reforçam uma concepção de EA de cunho conservacionista/preservacionista, demarcando uma relação dicotômica do homem em relação ao meio ambiente e à natureza. A seguir, trago um recorte da Política Nacional de Educação Ambiental, para dar visibilidade ao

modo como a própria legislação aborda a Educação Ambiental e dá ênfase à determinada perspectiva teórica. Questiono, que ensinamentos de EA, meio ambiente e natureza a própria legislação referente ao campo ambiental está produzindo e reverberando ao determinar que:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a **conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade**. [grifos meus].

[...]

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I – ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental em todos os níveis de ensino e o **engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente**;

III – aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama, **promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente**. (BRASIL, 1999) [grifos meus].

Preocupa-me pensar que a própria Lei 9795/99, que rege a Educação Ambiental e é a referência para outros desdobramentos em termos jurídicos para esse campo esteja fortemente centrada a uma vertente de cunho conservacionista. Essa vertente concebe o homem separado do meio ambiente e, como tal, encaminha suas ações unicamente no sentido da preservação e da recuperação do meio natural, do qual ele não faz parte. Carvalho (2008) afirma que, dessa forma, acaba se construindo uma ideia antagônica e excludente, que posiciona de um lado a natureza e de outro a cultura, as relações sociais e os próprios sujeitos.

No recorte em destaque, o meio ambiente é citado como “bem de uso comum do povo”. Que entendimento de meio ambiente a própria lei está tomando? Algo que deve ser utilizado? Aqui provooco uma reflexão sobre essa forma de abordagem que demarca tanto o lugar do meio ambiente quanto o lugar do homem. Parece que já estamos tão acostumados com tais demarcações, tornando-as verdadeiras consignas no campo ambiental. Muitas vezes, entendimentos como estes são tomados como certos, sem serem questionados. Então, de que modo é possível pensar no homem e no meio ambiente neste cenário? A única forma possível é esta em que o homem faz uso do meio ambiente e este tem de ser um uso consciente, com as exigências ecológicas deste tempo? Não seria possível pensar em outras relações que se pudessem travar? O que estamos tomando por meio ambiente? O homem não o constitui do mesmo modo que é constituído por ele? Talvez esses questionamentos nos movessem a pensar em outras leituras e caminhos para a EA.

Ao posicionar em seu artigo terceiro que “todos têm direito à educação ambiental” (em destaque acima) e, a partir daí, estabelecer as incumbências de cada setor da sociedade, a

Lei 9795/99 direciona a forma como as ações relacionadas a este campo devem se encaminhar. Aqui há uma incisiva condução e normatização da vida dos indivíduos e estas sugerem ações voltadas para a prevenção, conservação e proteção ao meio ambiente. Desse modo, o sistema jurídico, ao determinar o que é correto e atribuir as responsabilidades de cada um, direciona as condutas dos indivíduos para determinadas práticas em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, pode-se pensar que tal processo normaliza um determinado modo de agir dos sujeitos em relação às questões ambientais. Aqui seria importante demarcar o que estou tomando por “normalizar modos de vida” a partir dos conceitos de norma e normalização em Michel Foucault.

Segundo Foucault (2008) a lei tem como atribuição codificar uma norma, entretanto é a partir do próprio sistema da lei que se desenvolvem os processos de normalização. A lei, em si, não normaliza as condutas dos sujeitos, porém os efeitos produzidos pelos desdobramentos das leis incidem nos mecanismos de normalização. A lei numa sociedade de normalização pode funcionar como uma norma, diferente de uma sociedade de soberania, na qual se exercia uma lei armada, que tinha como função a morte. De acordo com Ewald “Foucault inscreve a norma entre as *artes de julgar*” (1999, p. 78) [grifos do autor].

Desse modo, concordando com Foucault (2005), entendo que, na atualidade em que vivemos, todo o aparato legal que rege e regulamenta nossas vidas, tanto pública quanto privada, está muito mais relacionado a mecanismos da norma do que da “lei”, entendida aqui como a “lei” do sistema da soberania. Na sociedade atual, o poder que se exerce, tanto pela disciplina quanto pelo biopoder, está inscrito muito mais no domínio da norma do que da “lei”. Esse exercício tem como função constituir, formar sujeitos e não reprimi-los ou bani-los.

Nessa vertente pode-se pensar que a norma constitui-se de um certo conjunto de regras, de medidas e de padrões. A norma diz respeito a um processo de comparação, diferenciação e de estabelecimento de regras quanto à conduta dos sujeitos. Esse preceito diferencia e hierarquiza os sujeitos de acordo com uma medida comum que deve ser alcançada, estabelecendo padrões e impondo uma conformidade que todos devem alcançar. E, por fim, a norma marca a diferença entre aqueles que chegam mais próximos dos padrões da normatividade e aqueles que estão mais distantes. Porém, é importante salientar que ninguém escapa da norma, pois “nada, nem ninguém, seja qual for a diferença que ostente, pode alguma vez pretender-se exterior” (EWALD, 1999, p. 87).

[...] a norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma é

simplesmente um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado (FOUCAULT, 2002c, p. 62).

A norma colocada em exercício não tem como objetivo a exclusão. Ela está relacionada a uma tecnologia de poder que é da ordem da positividade. Dessa maneira, os processos de normalização não são processos repressores, são mecanismos, técnicas, procedimentos que incidem sobre os sujeitos no sentido de transformá-los, adaptá-los e qualificá-los cada vez mais.

Segundo Foucault, é a partir do século XVIII que se dá a constituição de uma “sociedade normalizadora”. Esse processo se dá na inversão de um poder centrado na morte para um poder que tem como foco a vida. E, tal poder que busca cada vez mais “fazer viver”, necessitará traçar técnicas que qualifiquem os indivíduos, os avaliem, hierarquizem, estabelecendo medidas, enfim será um poder que “opera distribuições em torno da norma” (FOUCAULT, 2009, p. 157).

Nossas sociedades contemporâneas podem ser entendidas como as sociedades de normalização, descritas por Foucault, que tem como princípio a regulação da vida, tanto dos indivíduos quanto das populações.

A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias da disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Os documentos legais, em destaque nesta seção, são da ordem da norma, tendo como caráter estabelecer um conjunto de regras de conduta aceitáveis e desejáveis quanto ao ambiental. E, ao estabelecer o que faz parte desses princípios, determina os padrões de comportamento considerados válidos. Dessa maneira, a norma produzida em torno do dispositivo da EA auxilia fortemente na constituição dos sujeitos. Esse processo de normalização ocorre tanto quando se pensa no sujeito individual – no que se refere ao controle do corpo – quanto quando se relaciona com a gestão das populações.

O processo de normalização consiste em produzir estratégias de captura dos sujeitos, aprimorando-os, transformando-os e ajustando-os, enfim, aproximando-os cada vez mais do padrão considerado como aceitável. É um processo de gerenciamento e controle incisivo do corpo e da alma dos indivíduos. Tal processo só é possível a partir do estabelecimento de uma norma. Se considerarmos a norma disciplinar, ela consiste em diferenciar os indivíduos entre si, a partir de uma regra (medida, média) que os qualifica. Assim, cada um ocupa seu lugar

conforme o valor que lhe é atribuído. A norma disciplinar mede, qualifica, hierarquiza os indivíduos, demarcando as posições de uns em relação aos outros.

O processo de normalização disciplinar incidirá num exercício sobre o corpo individual de cada sujeito, na busca do aprimoramento, da melhoria, como um exercício de adestramento do corpo em função de uma norma estabelecida anteriormente. Por outro lado, a norma no biopoder se dá a partir do conhecimento da população. Primeiro, se conhece os sujeitos para depois se estabelecer a norma, ou melhor, “curvas de normalidade” (FONSECA 2002, p. 214). Estuda-se os sujeitos, a população em relação a uma determinada situação para, a partir daí, se estabelecer a norma, ou as curvas de normalidade. Aqui a normalização se dá através de mecanismos de regulação da vida que consideram todas as variáveis possíveis para gerir por completo a conduta dos sujeitos.

Normalizar modos de vida é tomado neste trabalho de tese como uma forma de gerenciamento da vida dos sujeitos em relação ao domínio do campo ambiental, atendendo a certas regras, a certas normas. Ao conduzir as ações dos indivíduos, demarcando o que é lícito ou ilícito, direcionando o que é aceitável para os padrões da própria EA, a legislação auxilia na produção de uma forma de vida dos sujeitos que vivem neste tempo e que são capturados por diversas tramas discursivas, como o campo jurídico.

Ao direcionar o olhar para as Diretrizes Curriculares Nacionais, percebo uma correnteza de ideias em relação à Lei 9795/99. Em determinado ponto, o texto até aborda a possibilidade de um meio ambiente construído, mas o documento como um todo não trata do entendimento de que o homem faz parte e produz o meio ambiente, do mesmo modo que é produzido por ele. As diretrizes, assim como a lei citada acima, assumem uma determinada concepção de Educação Ambiental, no viés da conservação e da preservação, como mostra o recorte em destaque abaixo:

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído.

[...]

Art. 13º - Com base no que dispõe a Lei nº 9795, de 1999, são objetivos da Educação Ambiental a serem concretizados conforme cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino:

[...]

IV – incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, **na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.** (BRASIL, 2012) [grifos meus].

Ao fazer estes apontamentos, entendo que se faça urgente problematizar a relação entre o homem e o meio ambiente, mas, além disso, pensar, como propõem alguns autores da

vertente dos Estudos Culturais, um processo de relação. E, nesse sentido, é fundamental entender que esta relação é atravessada por uma série de outros acontecimentos e instâncias sociais. Existem outros elementos imbricados nesse jogo, como a própria questão da cultura. Amaral (2004), em seus estudos sobre as representações de natureza na mídia, problematiza o modo como aprendemos a olhar a natureza de forma hegemônica e dominante. A autora instiga que se olhe com maior estranhamento para tais representações, como destacado no excerto a seguir:

A desconstrução/reconstrução da nossa relação, enquanto indivíduos e coletividade, com a natureza é um importante desafio, entre os vários que se colocam à humanidade, neste final de século. Este movimento implica, entre outras coisas, em poder olhar com um certo estranhamento para aquelas “representações-verdades” naturalizadas em nossa sociedade e cotidianos que continuamente limitam, organizam e disciplinam aquilo que sabemos sobre o mundo. Essas representações, escondendo totalmente seu processo de produção, omitindo seu caráter de construção histórica, de contingência, passam a ser lançadas neste mesmo mundo que constroem como a própria realidade (2004, p. 146).

Considerando as problematizações apontadas por Amaral (2004) e por Carvalho (2008) penso que seja necessário olhar com desconfiança para os modelos hegemônicos que nos ensinaram a ver de uma determinada forma a natureza e o meio ambiente. É preciso entender que o homem faz parte deste contexto e o produz. Alguns questionamentos se fazem emergentes, afinal, o que entendemos por natureza e natural? É possível pensar em uma natureza sem interferência humana? Estas provocações são necessárias para que o próprio campo ambiental seja tensionado e volte seu olhar para problematizá-las. Não busco aqui respondê-las. Meu propósito é tentar dar a ver de que forma as próprias políticas da EA direcionam a maneira que devemos agir e nos comportar enquanto cidadãos que fazem parte de determinado contexto social.

Ao direcionar o olhar para os PCN's identifico um entrelaçamento com os documentos já citados nesta seção. Eles se sustentam na perspectiva de conservar e proteger o meio ambiente. As ações encaminhadas aqui são: de reciclagem do lixo, de economia de água, de uma crítica severa à pesca predatória e às queimadas nas florestas e tantas outras ações que parecem já ter se tornado as bandeiras do campo ambiental.

Entendo que tais questões fazem parte deste campo, porém provo-co-me a pensar que o campo da EA não se restringe, unicamente, a levantar uma bandeira de defesa e proteção do meio ambiente. Ao centralizar a discussão em torno destas questões, os PCN's direcionam a discussão para a culpabilidade da ação humana e, por tal motivo, na atualidade devemos assumir nossas responsabilidades. Para tanto, se torna necessário atitudes no sentido da redenção pela degradação da natureza por nós cometida. Esse é um dos ensinamentos que

chega à escola e é reforçado por outros artefatos, tramando uma rede que fortalece o discurso de crise ambiental e que posiciona o homem como o responsável pela calamidade em que vivemos. Por esta causa, o homem precisa repensar suas práticas. Esta é uma consigna forte dos enunciados e discursos que compõe o dispositivo da EA!

É interessante perceber o modo como esse posicionamento direciona a ação dos sujeitos e, nos caso dos PCN's – que tem um tema transversal específico sobre Meio Ambiente – o quanto tem se produzido como uma forte diretriz que auxilia na constituição dos sujeitos, ou melhor, na formação da dita “cidadania”, como também expressa o Art. 13º da Resolução 2/2012, anteriormente citada (BRASIL, 2012). Há uma abordagem forte de compreensão da questão ambiental como uma necessidade de mudança de comportamento. Os parâmetros norteiam a Escola para que, em suas ações, efetive uma transformação na postura dos sujeitos. Logo a seguir, apresento um trecho do objetivo geral dos PCN'S para o Ensino Fundamental:

[...] oferecer meios efetivos para cada aluno compreender os fatos naturais e humanos referentes a essa temática, **desenvolver suas potencialidades e adotar posturas pessoais e comportamentos sociais que lhe permitam viver numa relação construtiva consigo mesmo e com seu meio, colaborando para que a sociedade seja ambientalmente sustentável e socialmente justa; protegendo, preservando todas as manifestações de vida no planeta;** e garantindo as condições para que ela prospere em toda a sua força, abundância e diversidade (BRASIL, 1998, p. 197) [grifos meus].

Percebo, aqui, a marca de um modo de pensamento que coloca nos indivíduos a crença na possibilidade de salvar o Planeta ou ainda o que resta dele! Ao enunciar que a educação tem como possibilidade a modificação desse sujeito que, anteriormente foi aquele “desbravador” do mundo natural, os PCN's indicam que a escola tem como objetivo o ajuste e adestramentos dos indivíduos. Há, neste discurso, um forte exercício de captura dos sujeitos pela via da educação, que precisam ser disciplinados, controlados e conduzidos. Estaria aí uma das produtividades da EA no século XXI?

Destaco, ainda, dos PCN's, a ênfase na seleção de conteúdos voltados para o comportamento dos sujeitos, o que me parece configurar que o enfoque das políticas da EA esteja no gerenciamento da conduta dos sujeitos. Nesse documento, especificamente, fica visível o quanto é necessário ajustar, controlar e gerir as atitudes de todos e de cada um em relação ao meio ambiente. Segue mais um trecho dos PCN's:

Seguindo essas preocupações, foram selecionados os conteúdos que:
 - Contribuam com a **conscientização** de que os problemas ambientais dizem respeito **a todos os cidadãos** e só podem ser solucionados mediante uma **postura participativa;**

- Possibilitem o desenvolvimento de atitudes e a aprendizagem de procedimentos e valores fundamentais para o exercício pleno da cidadania, ressaltando-se a participação no gerenciamento do ambiente;
- Contribuam para uma **visão integrada da realidade**, desvendando as interdependências entre a dinâmica ambiental local e planetária, desnudando as implicações e causas dos problemas ambientais; (BRASIL, 1998, p. 202) [grifos meus].

Associo a perspectiva analisada nos PCN's, que encaminham para uma regulação dos comportamentos, ao que Fonseca (2002) trabalhou quanto às relações entre o direito e as “artes de governar”, pois os processos de normalização têm como alvo o governo das condutas. Assim, entendo que os PCN's configuram-se como um importante aparato legal, que tem como propósito governar e normatizar as condutas dos sujeitos, regulando os comportamentos.

É possível pensar na questão da norma atrelada às estratégias de controle e regulação dos comportamentos dos sujeitos. Dessa forma, a norma funciona através de uma economia de poder, de um certo jogo e de uma certa maneira de se encarregar e controlar as questões próprias à vida. E, é justamente na relação que a vida dos homens é cercada das mais diferentes funções (médicas, educativas, ambientais), que necessitam de um gerenciamento e de uma regulação. Pode-se, por fim, articular o exercício das práticas jurídicas e legais aos mecanismos de regulação e governos das condutas.

Busquei, nesta seção, direcionar minha atenção para estes três documentos. Entendo que eles normatizam um determinado modo da Educação Ambiental a ser trabalhada, principalmente nas escolas. Aqui evidencio o caráter pedagógico do dispositivo da EA em operação, não por se tratar especificamente do campo escolar. E, sim, pela produtividade de tais documentos em ensinar uma determinada forma de entender a questão ambiental e, além disso, ensinar como os sujeitos devem se comportar em relação a elas. O dispositivo operando na constituição de um saber e na produção de um determinado tipo de sujeito é o objeto desses documentos, que prega uma formação para a cidadania ambiental. Eis a importância dos documentos legais na trama discursiva, que se engendra em torno da fabricação do dispositivo da EA.

5.4 Mapeando as Curvas de Visibilidade e as Curvas de Enunciabilidade do Dispositivo da Educação Ambiental na revista *Veja*

Nessa subseção, tenho como propósito trabalhar com as curvas de visibilidade e com as curvas de enunciação que compõem o dispositivo da Educação Ambiental na revista *Veja*. Pretendo dar conta de evidenciar que a relação entre o visível e o enunciável engendrada no

material empírico dessa tese é da ordem da articulação e da combinação, pois, de acordo com Marcello, “Tais unidades (visível e enunciável) só podem ter existência a partir de uma combinação meticulosa entre palavras, frases e proposições; a partir de um entrecruzar específico que, então, lhe confere condição de existência” (2003 p. 81). Assim, a condição de existência do próprio dispositivo da EA está atrelada aos contornos, às curvas, às visibilidades e às enunciabilidades¹⁷ referentes ao próprio dispositivo. Isso porque, essas curvas, regimes e linhas produzem o modo como olhamos e falamos acerca do dispositivo.

Segundo Deleuze (2005a), as curvas de visibilidade e de enunciação são as primeiras dimensões de um dispositivo. Elas se atrelam fortemente à tarefa de nomear, de narrar e de dizer a verdade. Tais curvas constituem a verdade ou as verdades sobre a Educação Ambiental. Aqui tomo a verdade no sentido foucaultiano, como uma invenção, uma fabricação. E, nesse sentido, a verdade da EA se fabrica pelas curvas de enunciação e de visibilidade que colocam alguns ditos na ordem do verdadeiro. Visibilidade e enunciação são potentes máquinas que nos ensinam um modo de narrar e de olhar para esse dispositivo.

As curvas de visibilidade são compostas por linhas de luz, que funcionam como “formas de luminosidade criadas pela própria luz, deixando as coisas e os objetos subsistirem apenas como relâmpagos, reverberações, cintilações” (DELEUZE, 2005, p. 62). Essas formas tornam possível o aparecimento ou não de determinado dispositivo. Estas linhas de luz não são no sentido de “iluminar” um objeto existente a priori, mas compõem as curvas de visibilidade, que estão atreladas às relações de força e de saber constituintes do objeto em questão. Dessa maneira, o objeto é também uma fabricação, pois, para produzirem seu regime de luz específico, os dispositivos são positivados pelos eixos do saber e do poder. Um dispositivo tem sua visibilidade em função desse jogo de forças operacionalizado, que, de certa forma, o constitui, o produz e o legitima num determinado limiar histórico.

As curvas de visibilidade são irreduzíveis ao regime do enunciado. Entretanto, visível e enunciável, funcionam numa relação de sustentação e suporte. Sua combinação define e constitui o eixo do saber. Para Larrosa, “O discurso, que tem seu próprio modo de existência, sua própria lógica, suas próprias regras, suas próprias determinações, faz ver, encaixa com o visível e o solidifica ou o dilui, concentra-o ou dispersa-o.” (2002, p.66). Desse modo, é possível entender que é a partir da composição de uma formação discursiva que se produz um modo específico de ver e de se fazer ver. Da mesma maneira, se produz também uma

¹⁷ O termo *enunciabilidade* é utilizado por Fabiana Marcello (2003) em sua dissertação de Mestrado intitulada “O Dispositivo da Maternidade: mídia e produção agonística da experiência” na qual a autora registra a opção por tal termo por entender que ele é que possibilita a condição de existência das enunciações. Assim, escolhe trabalhar com regimes de enunciabilidade ao invés de regimes ou curvas de enunciação.

determinada forma de dizer. Nesse sentido, ver e dizer estão atrelados na constituição de uma dada formação discursiva. É possível falar e olhar o objeto discursivo de acordo com as próprias regras de formação que o produzem.

O que se pode concluir é que cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode em função de suas condições de enunciado. Nunca existe segredo, embora nada seja imediatamente visível, nem diretamente legível. E, de um lado e de outro, as condições não se reúnem na interioridade de uma consciência ou de um sujeito, assim como não compõe um Mesmo: são duas formas de exterioridade nas quais se dispersam, se disseminam, aqui os enunciados, lá as visibilidades (DELEUZE, 2005, p. 68).

Nesse viés, as curvas de enunciação se constituem pelos dizeres que entram na ordem dos discursos aceitos em dada época. Assim, aquilo que se diz só é possível de dizer e fazer dizer porque atende às regras e aos limites discursivos considerados válidos e verdadeiros. Esses dizeres não estão interditados e proibidos, mas são considerados necessários e produtivos. Desse modo, precisam ser constantemente repetidos e atualizados.

Segundo Deleuze (2005a, p. 85) “Se há uma historicidade dos dispositivos, ela é dos regimes de luz – mas é, também, dos regimes de enunciado.” Dessa forma, as curvas de enunciação produzem uma determinada maneira de enunciar sobre o objeto em questão. O que se torna possível e justificável falar em relação a determinado campo, como o científico, por exemplo, ou no caso do dispositivo da sustentabilidade (GUIMARÃES, 2012; SAMPAIO, 2012), é porque está atendendo ao regime do enunciado.

O enunciado não está dado, assim como não se encontra escondido. É necessário um trabalho minucioso, debruçando-se sobre o material empírico no sentido de “rachar, abrir as palavras, as frases e as preposições, para extrair delas os enunciados.” (DELEUZE, 2005, p. 61). Ele precisa ser extraído, revirado, esmiuçado, entendendo as condições em que ele se constrói e as regras e regimes que tornam possível a sua construção e não de outro em seu lugar. É formado a partir de certas regras, condições de possibilidade que o produzem e o legitimam. Nessa linha de pensamento, o sujeito seria uma das variáveis do enunciado, que depende das suas condições de funcionamento. Larrosa defende que:

O discurso, nessa perspectiva, não remete a nenhum sujeito, a nenhum eu pessoal ou coletivo que o tornaria possível. O que ocorre, antes, é que para cada enunciado existem posicionamentos de sujeito. O sujeito é uma variável do enunciado. E são esses posicionamentos, essas posições discursivas, as que literalmente constroem o sujeito, na mesma operação em que lhe atribuem um lugar discursivo (2002, p. 66).

A partir de tal escopo teórico é que busquei esmiuçar nesse trabalho o material empírico com intuito de rachá-lo, abri-lo e revirá-lo, extraindo os enunciados que compõem o dispositivo da EA. Nessa árdua tarefa, um certo tipo de sujeito foi se produzindo e se tornando enunciável e visível no material empírico em questão – as reportagens de capa da

revista *Veja*. Mapeei o modo como a questão ambiental vem sendo narrada e a forma como os sujeitos são acionados e constituídos na trama discursiva que se articula em torno da problemática ambiental que acomete o século XXI.

Nos capítulos anteriores trabalhei com o enunciado catastrófico do Planeta Terra e com o discurso de Crise Ambiental, produzidos e fortemente divulgados na revista *Veja*. Essa produção discursiva opera com ditos que instauram o que venho chamando de uma política da periculosidade, pois, cada vez mais vamos aprendendo a constituir nossas formas de vida a partir do medo que constantemente circula nas sociedades atuais. Pensar no ambiental nesta sociedade refere-se, também, a pensar em uma política do medo: medo pela perda de nosso Planeta, pela fúria da natureza, do desastre, do furacão, do terremoto, medo do que não conhecemos muito bem e do que pode nos surpreender. Os artefatos midiáticos e, aqui especialmente a revista *Veja*, operam incisivamente com tal política, através de estratégias discursivas que ensinam os sujeitos a agir de maneira “consciente”, em prol da vida e do meio ambiente.

Recorrentemente há uma repetição e atualização de tais ditos que convocam os sujeitos a participar da “onda verde”. Desse modo, os artefatos midiáticos instauram o visível e o enunciável, seja por imagens emblemáticas, seja por afirmações que propagam a eminência de um desastre ecológico, que colocará em risco a vida do Planeta e comprometerá o futuro das espécies. E, esses ditos, ao circularem e se reverberarem, vão nos convidando a participar desta rede discursiva, já que vamos sendo chamados a ver e a falar sobre a problemática ambiental. Mas, seria possível ficarmos indiferentes ao quadro calamitoso que se propaga? Quem se arriscaria a posicionar-se de modo desfavorável a tal política? E, nessa correnteza as reportagens da revista *Veja* constituem-se como verdadeiras máquinas de ver e de falar sobre a questão ambiental na atualidade. Destaco a seguir:



(Anexo IX)



(Anexo XII)

Ver e dizer. Olhar e falar. Enxergar e ler. Visibilidades e enunciabilidades que vão se combinando no dispositivo da EA potencializado e operacionalizado nas capas em destaque.

A questão ambiental enunciada e visibilizada em tais chamadas de capa são emblemáticas para pensar na noção de sujeito que vai sendo produzida nessas reportagens. Aqui o indivíduo é acionado por um dispositivo que o captura de modo veemente. O indivíduo tem um lugar nesses ditos, pois pode, com atitudes sustentáveis, “salvar a Terra” que o próprio está “devorando”!

O que as visibilidades em destaque vão nos ensinando nas tramas desse dispositivo? É importante dizer que, se as visibilidades nos ensinam algo, é porque há um enunciado que está funcionando em combinação. A visibilidade tem uma funcionalidade específica, que é a do regime de luz. Assim como a enunciabilidade tem suas regras próprias de formação. Entretanto, visibilidade e enunciabilidade incidem uma sobre a outra, não se reduzindo uma a outra. Larrosa coloca que:

[...] máquinas enunciativas que produzem, ao mesmo tempo, significantes e significados. Incluem máquinas de ver e práticas discursivas. Práticas de ver e práticas de dizer. Mas tanto as máquinas óticas quanto as discursivas estão imbricadas em formações não óticas e não discursivas. Um dispositivo implica visibilidades e enunciados. E, inversamente, as formas de ver e de dizer remetem aos dispositivos nos quais emergem e se realizam (2002, p. 67).

Retomando a pergunta: “O que o visível nos ensina nas capas de *Veja* em destaque ?” Em tempos de sustentabilidade, de uso de tecnologias limpas, nos quais é necessário e urgente pensarmos sobre as questões ambientais e planetárias, algumas leituras são possíveis das imagens. Por exemplo, os sujeitos vão sendo posicionados a adotar um estilo de vida de acordo com as necessidades ambientais contemporâneas. Para isto, requer que utilize roupas de tecidos mais simples, carregue a água em cantil, ande de bicicleta, leve os produtos em local não descartável, consuma alimentos mais naturais e tantas outras atitudes possíveis. Desse modo, um “novo” sujeito que atenda às exigências desse novo tempo, vai sendo constituído nos ditos da revista e, de algum modo, nossas subjetividades vão sendo fabricadas. Somos ensinados a práticas, também, mais adequadas ao estilo de vida sustentável. Dessa forma, os ensinamentos ambientais nos constituem enquanto sujeitos que precisam se adequar às exigências ambientais da atualidade.

Adotar um “novo” modo de vida parece urgente e imprescindível na chamada da segunda capa, pois nos remete ao quanto estamos consumindo, num ritmo acelerado, os recursos disponíveis no Planeta. Chamo a atenção para o fato de a imagem do Planeta aparecer nas duas capas. Na primeira, sendo carregada por uma criança em formato de balão, como uma espécie de “bandeira”, algo que precisa ser visto, lembrado, pensado e defendido por todos. Na segunda capa, o Planeta está cravado em um garfo, prestes a ser engolido por uma pessoa. Que relações são essas? De que modo estamos nos comportando em relação ao

Planeta? De que modo devemos nos comportar? Talvez as imagens isoladas não dessem a ver estes entendimentos, entretanto é por que elas estão inseridas em um determinado contexto, em uma determinada época e ligadas a outros dizeres, que se torna possível extrair estas análises.

No conjunto de imagens de capa em destaque evidencio novamente o quanto a questão da imagem do Planeta é acionada pela revista *Veja* e se soma às discussões já suscitadas.



(Anexo II)



(Anexo IV)

A imagem presente na capa mostra o Planeta pedindo socorro e emitindo um sinal de fumaça de alerta. Na sequência, é possível observar uma metade do Planeta prestes a ser espremido, como a metade de uma laranja. Seriam os sinais de que o Planeta está em risco? O que está acontecendo com nosso Planeta? Qual a potência da imagem do Planeta atrelada ao dispositivo da EA?

Entendo que a utilização da imagem do Planeta nas chamadas de reportagem da *Veja*, assim como em muitos artefatos midiáticos, tenha se tornado uma verdadeira bandeira do campo ambiental. Considerando que a utilização dessas imagens na revista passam a ser veiculadas a partir do ano de 2001, talvez seja pertinente pensar que uma das condições de possibilidade para o ocorrido seja a assinatura do Protocolo de Kioto, em 1997, que foi validado em 15 de março de 1999, com mais de 55 países que, juntos, produziam 55% das emissões de gases do efeito estufa. O protocolo previu que os países industrializados cortassem 5,2% de suas emissões de gases de efeito estufa entre os anos de 2008 e 2012, em relação aos níveis do ano de 1990.

As campanhas em torno dos créditos de carbono versam, na grande maioria das vezes, em torno da imagem do Planeta, bem como tantas outras campanhas atreladas ao aquecimento global. É sempre do Planeta que se trata, sendo ele queimado, ou emitindo sinal de socorro, carregado por várias pessoas, nas mãos de alguém, enfim, é uma responsabilidade coletiva que vai sendo acionada nestas estratégias discursivas. De acordo com Guimarães:

Se temas como “aquecimento global”, “poluição”, “escassez de recursos naturais”, “extinção da biodiversidade” continuam em pauta nas sociedades promovendo uma

ideia de risco iminente da própria vida (humana e não-humana) *no e do* planeta; as notícias midiáticas sobre sustentabilidade (quando tratam de negócios e economia) promovem um efeito contrário, quase um antídoto, um contrapeso, um alívio quem sabe. A sensação de risco se “amortece” na produção de um “novo” *valor* que apenas está começando a ser construído e disseminado pelas sociedades. Trata-se do *valor econômico* de ser “verde” (facilmente mensurável, consumível, controlável), que *exige* um sujeito responsável pelo planeta e, portanto, consumidor de produtos (e, principalmente, de mundos), certificadamente, “verdes”. Um *novo* mundo de negócios parece se abrir, um *novo* humano se produzir (2012, p. 25) [grifos do autor].

Participar dessa correnteza em prol do “verde”, como bem pontuou Guimarães, parece ser um novo modo de viver que tem se produzido nos dias de hoje. Essa tem sido a maneira sugerida de minimizar o risco e a catástrofe ambiental, tão propagados e disseminados em nossas sociedades. Entendo que as estratégias discursivas operadas pela mídia e, especificamente pela revista *Veja*, têm o caráter de preenchimento estratégico do dispositivo, como atentou Foucault (1990). O dispositivo da EA precisa preencher todas as suas linhas, recompor e rearticular seus elementos. Ele necessita cercar os sujeitos de todas as formas possíveis, minimizando a possibilidade de fuga. Por esse motivo, o dispositivo não é fixo, visto que ele se modifica, se reconfigura, se atualiza e está, constantemente, se reajustando. Como destaca Foucault: “(...) cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente” (1990, p. 45).

As reportagens em destaque enredam os sujeitos nas tramas de um dispositivo, que opera na constituição de subjetividades de um marketing “verde” ou de um *marketing* “sustentável”. Os sujeitos são fabricados por esse dispositivo e constituem seus modos de ver, de falar e de pensar sobre a questão ambiental, a partir de uma trama de diferentes discursos que se engendram, sejam eles legais, midiáticos, políticos, educacionais, científicos, ecológicos ou econômicos.

Seguindo a correnteza das visibilidades das capas já ilustradas, destaco mais algumas enunciações que tratam da questão do aquecimento global e da emissão de dióxido de carbono, divulgadas na revista *Veja* e que auxiliam na fabricação do modo de falar sobre o dispositivo.

Diante da imposição de **combater o aquecimento global**, as ações individuais nessa direção se tornam uma mania. **Todo mundo quer fazer sua parte para salvar o planeta, ou pelo menos manter a consciência limpa de que não está ajudando a piorar a situação.** Para isso tanto vale **usar roupas de algodão orgânico** quanto **comprar apenas produtos que tenham sido produzidos em regiões próximas** – dessa forma, **não se precisou esfumaçar mais a atmosfera ao transportá-los** (*Veja*, outubro de 2007, p. 92) [grifos meus].

Um bebê que nasça hoje na China tem expectativa de vida de 73 anos e enorme chance de chegar à classe média. Ao morrer, ele **terá sido responsável pela**

emissão de 300 toneladas de dióxido de carbono, quantidade de CO2 equivalente às emissões somadas de sessenta carros durante um ano. **Como ele poluirá:** (em toneladas de CO2)

TOTAL 300 toneladas de dióxido de carbono

81 Uso de eletricidade e aquecimento a óleo e gás

60 Transporte

42 Lazer

36 Serviços públicos

27 Consumo doméstico

18 Viagens de férias

15 Alimentação e bebidas

12 Roupas

9 Outros (Veja, dezembro de 2009, p. 137) [grifos meus].

As enunciações da revista, assim como tantas outras que compõem o material empírico desta pesquisa, reforçam meu entendimento de que discussão em torno do aquecimento global e dos créditos de carbono tem sido uma possibilidade forte para que a revista *Veja* instaure um modo de ver e de falar acerca da EA em suas reportagens de capa. É necessário que se pense de um modo diferente, na atualidade, que se tenha atitudes que emitam menos gases poluentes, desse modo, o Planeta e cada um de nós estarão seguros! Fazer tal associação refere-se a compreender que o dispositivo faz parte de uma rede mais ampla, visto que existe uma exterioridade do dispositivo. É preciso entender qual é esta exterioridade e quais as condições de emergência que se produzem, articulam e atualizam. Afinal, o dispositivo aciona e é acionado por outros dispositivos, discursos e enunciados.

Nesta subseção as capas de *Veja* nos mostraram o visível e o enunciável do dispositivo da EA, a partir da imagem do Planeta. No primeiro conjunto apresentado, mostro uma maneira específica de educar e formar os sujeitos a adotar atitudes corretas, que contribuam com a vida do Planeta, as quais não sejam prejudiciais ao aquecimento global. No segundo conjunto de capas, a discussão versa sobre um alerta em relação às condições atuais da Terra, destacando nossa responsabilidade em relação a essa situação caótica. É a constituição de verdades sobre a questão ambiental e a subjetivação de um sujeito que vai se produzindo nas enunciabilidades e visibilidades da revista *Veja*.

*

Neste capítulo, meu propósito foi dar conta de responder e sustentar de que a Educação Ambiental constitui-se como um dispositivo a partir do entendimento foucaultiano (1990). Para tanto, operei com os diferentes elementos que se engendram nessa trama discursiva. Tais elementos funcionam em conjunto e estão constantemente se atualizando.

Entendo que a revista *Veja*, *corpus* empírico desta tese, coloca em funcionamento e potencializa o dispositivo da EA, através de suas enunciabilidades e visibilidades. Ver e falar

funcionam como máquinas, que fabricam nossos modos de vida. Dessa forma, os modos pelos quais somos ensinados a olhar e a falar sobre o ambiental também constituem nossas subjetividades. Urgência histórica, leis, enunciável e visível foram também os elementos mapeados neste capítulo e que nos acionaram, incisivamente, nas malhas do dispositivo da Educação Ambiental neste século.

Entendo que, na composição do dispositivo da EA, as linhas de subjetividade, incidem sobre os sujeitos, fabricando-os e educando-os. Essas linhas são agenciadas pelas linhas de visibilidade e de pelas linhas de enunciabilidade, numa relação de forças operadas nas malhas do próprio dispositivo, que se imiscuem em diferentes tramas sociais, sejam elas legais, midiáticas, educacionais, etc. E, se existem linhas de subjetividade, é por que são elas que possibilitam para que esse sujeito possa produzir novas linhas, provocando descontinuidades, fraturas e modificações no próprio dispositivo. Marcello pontua que “(...) a capacidade de promoção de linhas de fuga, de possibilidade de subversão e de produção de novas relações de força são também operadas pelos próprios sujeitos em questão” (2003, p. 210). Nesse sentido, seria válido pensar enquanto sujeito, subjetivado por tal dispositivo, que possibilidades temos de provocar uma fratura no dispositivo da EA, potencializado na revista *Veja*? Seria possível produzirmos outras linhas e contornos nesse dispositivo? Essa é a provocação que fica!

**AMARRANDO OS ACHADOS DA PESQUISA: A TENTATIVA DO
PONTO FINAL**

6. AMARRANDO OS ACHADOS DA PESQUISA: A TENTATIVA DO PONTO FINAL

Encerrar, finalizar, terminar, que difícil tarefa. Eis que chego até ela! E agora? O que dizer? Como fazer o fechamento de um trabalho de quatro anos? Tentarei amarrar os pontos importantes desta tese, que me possibilitaram, de algum modo, responder ao problema de pesquisa que me propus a investigar. E, para começar, utilizarei uma passagem do capítulo “A vida como obra de arte”, em que Gilles Deleuze é entrevistado sobre a escrita do livro “Foucault”.

E pensar é também poder, quer dizer, uma posição de relações de forças, com a condição de compreender que as relações de forças não se reduzem à violência, mas são acções sobre acções, isto é, actos como “incitar, induzir, desviar, tornar fácil ou difícil, alargar ou limitar, tornar mais ou menos provável...”. O pensamento como estratégia (DELEUZE, 2005b, p. 71) [grifo do autor].

Escolho começar a tecer as últimas considerações desta tese a partir da passagem em questão, porque ela bem representa os movimentos que busquei desencadear durante a pesquisa. Incessantemente, questionei sobre os dados e também me questionei enquanto pesquisadora. Coloquei-me em dúvida, incitei e provoquei até o limite do meu pensamento, problematizando cada passo, cada etapa que seguia. E, na análise do material empírico, operei como num embate, lutando contra convicções e certezas. Encontrei, em Michel Foucault, importantes ferramentas teóricas, que me possibilitaram olhar de modo diferente para o campo ambiental.

Nesse estudo, não me posicionei de forma neutra, muito pelo contrário, compreendi que, a todo o momento, constituía e era constituída pelo objeto da pesquisa. Realizei análises, que fazem parte de meus entendimentos, de minhas construções e, que não foram escolhas ingênuas. Procurei mergulhar na pesquisa, inserindo-me nas discussões e problematizações e me colocando, também, no movimento de pensar constantemente sobre elas. E, nesse movimento, elas também me atravessaram e me produziram de alguma forma, uma vez que entendo que minhas escolhas não são livres, mas governadas por um conjunto de relações, de experiências e pelos próprios jogos de luta dos quais participo.

Percebo que a análise do *corpus* discursivo poderia ter sido desenvolvida de outro modo, a partir de outros referenciais. Há múltiplas possibilidades e diferentes caminhos a serem trilhados, pois o que percorri está amarrado com as minhas escolhas. Então, as discussões lançadas nesta tese dizem respeito às minhas dúvidas, inquietações e estranhamentos.

Ao operar com algumas ferramentas da análise do discurso, busquei utilizá-las naquilo a que elas me serviam de produtivo. Minha tentativa foi realizar um exercício de luta, de afrontamento com ditos já tão cristalizados no campo da Educação Ambiental.

Não são pessoas, são como linhas que podem ser encontradas nos discursos, e até, eventualmente, nos meus, e das quais eu quero me afastar e me diferenciar. Entretanto, é mesmo de guerra de que se trata, pois meu discurso é instrumental, como são instrumentais um exército ou, simplesmente, uma arma. Ou, ainda, um saco de pólvora ou um coquetel Molotov. Está vindo: voltamos àquela história de pirotécnico... (FOUCAULT, 2006, p. 100).

Desse modo, ao travar discussões e problematizações, colocando em xeque as verdades proliferadas e reverberadas na revista *Veja*, estava travando uma luta com seus ditos e não com quem os escreveu, pois, assim como para Foucault, pouco importa quem fala!

Não pretendi trazer outra verdade acerca da Educação Ambiental, instituindo como ela deveria ser. Minha pretensão foi bem mais modesta: provocar o pensamento sobre as discursividades que constituem e instituem verdades sobre a EA, colocando-me nesta trama discursiva e entendendo que não estou fora dela. Ao problematizá-la, também a estou constituindo e sendo constituída. E, mais do que isso: ao viver nesse mundo, sou tramada pelas verdades que se fabricam nele!

A análise do material empírico desta tese me possibilitou a confirmação da hipótese de pesquisa: a revista *Veja* potencializa e coloca em funcionamento o dispositivo da Educação Ambiental. Entretanto, tal dispositivo é composto por uma rede de elementos heterogêneos, e a revista é uma das estratégias que opera com algumas enunciabilidades e visibilidades. Assim, foi necessário trabalhar com alguns elementos importantes na constituição do dispositivo da EA. Analisei a constituição de enunciados e de discursos que se atrelam e dão sustentação ao dispositivo. Trabalhei, ainda, com a urgência histórica, mostrando em que residem as condições de aparecimento da Educação Ambiental no século XX. Mapeei algumas leis importantes no campo da EA e que normatizam os modos de vida. Operei com o enunciável e o visível do dispositivo. Além de tais elementos, mostrei a articulação do dispositivo a outros dispositivos contemporâneos. Entendo que tais discussões deram conta de responder às questões de pesquisa, bem como de sustentar a premissa de que a Educação Ambiental vem sendo fabricada como um dispositivo na atualidade. E, para chegar à resposta ao meu problema de pesquisa, organizei minha tese de modo que fui mapeando e articulando conceitos, ferramentas, metodologia e análise de dados.

Primeiramente, trabalhei com a formação do enunciado Catastrófico do Planeta Terra, potencializado na revista *Veja* no século XXI. Mostrei que o catastrofismo não é uma novidade quando se trata do campo ambiental. Entretanto, na revista ele foi retomado e

atualizado e sua atualização reside em indicar os modos corretos com que os sujeitos devem agir e se comportar diante da problemática ambiental. Essa indicação se dá através de enunciações pautadas por uma política da periculosidade. Nesse caso, ela se dará através do apelo planetário, incitando os sujeitos ao consumo consciente, orientando que não se deve parar de consumir, mas consumir o que é considerado mais ecológico, mais sustentável e mais *verde*. Desse modo, os sujeitos são conduzidos ao consumo *ecologicamente correto*, o que poderá evitar o fim da vida no Planeta. Este é um enunciado muito potente no material empírico e que auxilia na fabricação do dispositivo da EA.

Tal enunciado, porém, não funciona sozinho, ele se atrela a outros enunciados e participa ativamente na construção de discursos. Desse modo, trabalhei com a constituição de um discurso de Crise Ambiental a partir de dois pontos importantes. Primeiramente, mostrando que há, em sua composição, tanto o enunciado Catastrófico do Planeta Terra, quanto o enunciado do Antropocentrismo. Este último, se atrela fortemente ao discurso Científico. Afinal, constantemente o homem é culpabilizado pela Crise Ambiental, que acomete a todos e, para confirmar a crise em que vivemos, o discurso da Ciência é constantemente ativado. Logo em seguida, trabalho com um saber que é recorrentemente acionado nas enunciações analisadas, a Estatística. Problematizo, então, o quanto o discurso de Crise Ambiental se fabrica a partir de enunciados, apoiado em discursos e legitimado com auxílio de saberes. Não basta dizer que vivemos uma crise, é preciso mostrar! Para isso, temos a ciência, os números e as probabilidades. São discursos e enunciados, que se combinam para fazer ver e falar sobre o dispositivo da EA.

Ao tecer tais relações nas tramas do dispositivo, foi necessário retomar alguns acontecimentos históricos de modo que se entendesse as condições de possibilidade para que a EA se constituísse como uma urgência histórica. Não retomei uma história linear da EA, mas busquei pistas históricas que possibilitassem entender as condições. Então, compreendi que algumas das urgências históricas da EA estavam atreladas à descoberta feita por dois químicos na década de 70 quanto aos danos causados à camada de ozônio pela utilização dos fluoro carbonos. Segundo os estudos dos químicos, o uso dessa substância foi desencadeado a partir da Segunda Guerra Mundial e do lançamento da primeira bomba nuclear, pois, a partir de tal evento, as questões relativas ao espaço ganharam maior interesse no mundo científico. Segundo eles, o que se vê, nas décadas seguintes, é uma forte preocupação com o aquecimento global e os danos causados à camada pela liberação de substâncias que aceleram o efeito estufa. A partir daí, parece que se torna necessário o aparecimento de um campo de saber para controlar e gerenciar as condutas dos sujeitos, ensinando como devem se

comportar no campo ambiental. Com esses acontecimentos – e muitos outros – é que entendo que tenham se dado as condições de aparecimento da EA, para gerenciar a vida dos sujeitos, educando-os e formando-os em relação aos comportamentos corretos e necessários.

E, para normatizar nossos modos de vida nessa sociedade que necessita ser regulada, houve a criação de leis e medidas administrativas. Assim, trabalho com os PCN's, a Lei 9795/99 e as Diretrizes Curriculares Nacionais, por tomá-los como peças fundamentais na sustentação e no reconhecimento da abordagem da questão ambiental enquanto questão imprescindível e emergente em diferentes instâncias da sociedade, entre elas, a escola. Desse modo, trabalho com o entendimento de que o dispositivo atua incisivamente na constituição das subjetividades dos sujeitos e necessita, constantemente, regular suas ações. Assim, o campo jurídico é um eixo fundamental para regular, controlar, gerenciar e normalizar a vida dos sujeitos nas malhas do dispositivo da EA.

Para finalizar a composição do dispositivo da EA, opero com o enunciável e o visível, a partir do material empírico da pesquisa. Problematizo o quanto a revista *Veja* vai construindo uma determinada forma de falar e de olhar para as questões ambientais, através de seus ditos e de suas imagens. E, nesse jogo de visibilidades e de enunciabilidades, os sujeitos vão sendo acionados e subjetivados nas teias do dispositivo da EA.

Mostrei, ainda, no decorrer da tese, que um dispositivo necessita de constante atualização e, para isso, se articula a dispositivos de seu tempo. Articulei o dispositivo da EA ao dispositivo da Sustentabilidade (SAMPAIO, 2012) e ao dispositivo pedagógico da mídia (FISCHER, 2002a). Esses dispositivos se fortalecem, se acionam, se ativam e se atualizam constantemente. Isso porque, há uma rede discursiva entre eles.

Desse modo, o dispositivo da EA atende ao conjunto de elementos heterogêneos descritos por Foucault. Com relação formação de enunciados, trabalhei com o enunciado Catastrófico do Planeta Terra e com o enunciado do Antropocentrismo. Existem discursos, e trabalhei com a constituição de um discurso de Crise Ambiental atravessado pelo discurso da Ciência e pelo saber da Estatística. A Educação Ambiental atende a uma urgência histórica, tendo como uma de suas condições de aparecimento a descoberta dos químicos da década de 70 quanto à liberação de fluoro carbonos na atmosfera. Há um conjunto de leis e medidas administrativas normatizando a vida dos sujeitos e trabalhei com algumas delas, principalmente com aquelas que demarcam a necessidade de educar os sujeitos em diferentes espaços sociais, como o escolar. A Educação Ambiental opera com o dito e o não dito e, então, me debrucei sobre o enunciável e o visível, mostrando o quanto a revista *Veja* nos ensina um modo específico de ver e de falar sobre o ambiental, no século XXI. Assim,

entendo que os pontos trabalhados na tese deram conta de responder à pergunta: **De que modo a revista *Veja* coloca em funcionamento e potencializa o dispositivo da Educação Ambiental no século XXI?**

Minha tentativa foi olhar com desconfiança, duvidar e hesitar das verdades produzidas e proliferadas no material empírico. Talvez, tal inquietude seja pela hegemonia que os discursos ambientalistas têm assumido nos últimos anos. Entendo que estes ditos se pautem em emblemas muito caros a nós, pesquisadores da EA. Isso porque, parece, muitas vezes, que nos é repassada a tarefa de encontrar o caminho para fazer uma adequada Educação Ambiental.

É neste sentido, talvez, que meu trabalho decepcione alguns leitores que estejam esperando encontrar caminhos de como fazer e pensar a EA no cenário contemporâneo. Não tenho essas respostas. O que faço, aqui, é me colocar a pensar sobre o modo como a EA foi se conjecturando e funcionando enquanto um dispositivo potente neste século. O que fazer com isso? Entendo que, ao compreender os engendramentos que se produzem para a fabricação de um dispositivo e do quão subjetivados somos em suas teias, talvez seja possível pensarmos em nossos espaços de atuação, em algumas linhas de fuga e de ruptura. É possível colocarmos o pensamento em movimento como uma estratégia de luta para olhar a EA de outro modo, a partir de outras perspectivas.

Sonho com o intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que localiza e indica nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; que sem cessar se desloca, não sabe exatamente onde estará ou o que pensará amanhã, por estar muito atento ao presente; que contribui, no lugar em que está, de passagem, a colocar a questão da revolução, se ela vale a pena e qual (quero dizer qual revolução e qual pena). Que fique que os únicos que podem responder são os que aceitam arriscar a vida para fazê-la (FOUCAULT, 1990, p. 242).

Ao tentar colocar um ponto final nesse trabalho, muitas inquietações ainda me acompanham. Mas, ele é necessário para encerrar uma etapa, um percurso, uma trilha. Assim, meu convite é que cada um de nós, pesquisadores, profissionais da Educação Ambiental possamos nos produzir, através destes intelectuais anunciados por Michel Foucault, não sabendo muito bem o que será feito amanhã, mas que, certamente, estaremos abertos para enfrentar as batalhas, para guerrear e, no limite, arriscar a própria vida!

REFERÊNCIAS

7. REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

ALERTA global. In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril. ed. 1989, 30 de dezembro de 2006.

AMARAL, Marise B. Natureza e representação na pedagogia e publicidade. In.: COSTA, M. V. (org). *Estudos Culturais em Educação, Mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

AMAZÔNIA à venda. In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril. ed. 1908, 8 de junho de 2005.

A SEGUNDA Terra. In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril. ed. 2006, 2 de maio de 2007.

A TERRA no Limite. In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril, ed. 1926, 12 de outubro de 2005.

A VINGANÇA da natureza. In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril. ed. 1696, 18 de abril de 2001.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

_____. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Meio Ambiente. Brasília, 1998.

BRASIL. *LEI nº 9.795*, de 27 de abril de 1999. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1999.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M. & CARVALHO, I. C. M. (orgs) *Educação Ambiental; pesquisa e desafios*. Porto Alegre, Artmed, 2005.

_____. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHRÉTHIEN, Claude. *A ciência em aço: mitos e limites*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

COSTA, Marisa Vorraber (org). *A Educação na Cultura da Mídia e do Consumo*. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2009.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DELEUZE, Gilles. Que és un dispositivo? In: BALIBAR, Etienne; DREYFUS, Hubert; DELEUZE, Gilles et al. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1999, p. 155 – 163.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005a.

_____. O mistério de Ariana. Lisboa: Vega, 2005b.

_____. *Conversações*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2006.

ESTAMOS devorando o planeta. In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril. ed. 2143, 16 de dezembro de 2009.

ESPECIAL Amazônia. In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril. ed. 2053, 2 de março de 2008.

EWALD, François. Foucault, a Norma e o Direito. Lisboa: Vega, 1999.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

_____. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. In: *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, UFRGS/FACED, vol. 22, nº 2, jul./dez., 1997, p. 59 – 79.

_____. *Televisão e Educação: pensar e fruir a TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) Tv. *Educação e Pesquisa*, janeiro-junho, ano/vol. 28, número 001. Universidade de São Paulo, São Paulo, pp. 151-162, 2002a.

_____. Verdades em suspensão: Foucault e os perigos a enfrentar. In.: COSTA, Marisa Vorraber. (org). *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002b.

FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o Direito*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *Microfísica do Poder*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. O Sujeito e o Poder. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In.: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

_____. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 25. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002b.

_____. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002c.

_____. *Em defesa da Sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). 4ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006a.

_____. Diálogos sobre o poder. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV – Estratégia, Poder-Saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

_____. O Cuidado com a Verdade. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos V – Ética, Sexualidade e Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c.

_____. A Ética do Cuidado de si como Prática da Liberdade. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos V – Ética, Sexualidade e Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c.

_____. Dos suplícios às celas. In.: POL-DROIT, Roger. *Michel Foucault entrevistado*. Cidade: editora, 2006d.

_____. *Segurança, Território, População*: curso no Collège de France (1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Nascimento da Biopolítica*: curso no Collège de France (1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *A ordem do discurso*. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. *Ditos e escritos VI – Repensar a Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *A Coragem da Verdade: o governo de si e dos outros II*: curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

GERZSON, Vera Regina. Aprendendo a ter sucesso: a educação para o neoliberalismo nas revistas informativas semanais. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *A Educação na Cultura da Mídia e do Consumo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GRÜN, Mauro. *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. 14. ed. Campinas: Papirus, 2012.

GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

_____. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. A natureza na arena cultural. *Jornal A Página*. Portugal: ano 15, número 155, página 7, abril de 2006. Disponível em <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=155&doc=11474&mid=2>.

_____. Pesquisas em EA: olhares atentos à cultura. WORTMANN, M.L.; DOS SANTOS, L.H.S.; RIPOLL, D.; SOUZA, N.G.S. e KINDEL, E.A.I. (org). *Ensaio em Estudos Culturais, Educação e Ciência: a produção cultural do corpo, da natureza, da ciência e da tecnologia – instância se práticas contemporâneas*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007. p. 237-246.

_____. A invenção de dispositivos pedagógicos sobre o ambiente. *Pesquisa em Educação Ambiental*, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 11-26, jan. 2010.

_____. Imagens da sustentabilidade em um mundo sem ilhas. In: HENNING, Paula; RIBEIRO, Paula Regina; SCHMIDT, Elisabeth (Orgs.). *Perspectivas de investigação no campo da educação ambiental & educação em ciências*. Rio Grande: FURG, 2011.

_____. Notas sobre o dispositivo da sustentabilidade e a produção de sujeitos “verdes”. In: SARAIVA, Karla; MARCELLO, Fabiana de Amorim (Org.). *Estudos Culturais e Educação: desafios atuais*. Canoas: Ulbra, 2012.

GUIMARÃES, Mauro. *A Dimensão Ambiental na Educação*. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no jornalismo*. São Paulo: Edusp, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da mídia*. Bauru/SP: Edusc, 2001.

KINDEL, Eunice A. I. A natureza no desenho animado ensinando sobre homem, mulher, raça, etnia e outras coisas mais ... WORTMANN, M.L.; L.H.S.; RIPLL, D.; SOUZA, N.G.S. e KINDEL, E.A.I. (org). *Ensaio em Estudos Culturais, Educação e Ciência: a produção cultural do corpo, da natureza, da ciência e da tecnologia – instancias e práticas contemporâneas*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LATOUR, Bruno. *O GLOBO*. Antropólogo Bruno Latour fala sobre Natureza e Política. 06 jan. 2014. Disponível em: <http://redesustentabilidade.org.br/antropologo-frances-bruno-latour-fala-sobre-natureza-e-politica/>

LAZZARATO, Maurizio. *As Revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. *O crepúsculo do Dever: A ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004.

_____. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para educação. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

LUTZENBERGER, José A. *Fim do futuro?* : manifesto ecológico brasileiro. Porto Alegre: Editora Movimento, 1977.

MACHADO, Arlindo. *Arte e Mídia*. RJ: Jorge Zahar Ed., 2010.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. *Dispositivo da Maternidade: mídia e produção agonística de experiência*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos, ou, como filosofar com o martelo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Martins Claret, 2002.

_____. *Ecce Homo: como agente se torna o que a gente é*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

O ALERTA dos pólos. In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril. ed. 2003, 11 de abril de 2007.

O FIM do mundo. In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril. ed. 2137, 4 de novembro de 2009.

O PLANETA pede Socorro. In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril ed. 1765, 21 de agosto de 2002.

OS SINAIS do apocalipse. In.: *Veja*, São Paulo. Ed. Abril. ed. 1961, 21 de junho de 2006.

POPKEWITZ, Tom e LINDBLAD, Sverker. Estatísticas Educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. In.: *Educação & Sociedade*, ano XXII, no 75, Agosto/2001.

POR QUE chove tanto? In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril. ed. 2151, 10 de fevereiro de 2010.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RIO+20 verdades inconvenientes. In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril. ed. 2274, 20 de junho de 2012.

SALVAR a Terra. In: *Veja*. São Paulo. Ed. Abril. ed. 2031, 24 de outubro de 2007.

SAMPAIO, Shaula. “*Uma floresta tocada apenas por homens puros...*” *Ou do que aprendemos com os discursos contemporâneos sobre a Amazônia*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCALZO Marília. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Liberdades Reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

WORTMANN, M.L. Investigação e educação ambiental: uma abordagem centrada nos processos de construção cultural da natureza. *Educação: teoria e prática*, v.09, n. 16 e n. 17, p. 36-42, 2001.

WORTMANN, M.L. A Educação Ambiental em perspectivas culturalistas. In.: CALLONI, H. e SILVA, P.R.G.C. (org). *Contribuições à Educação Ambiental*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2010. p. 13-37.

INTERNET

http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=28207

http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19891208_xxiii-world-day-for-peace_po.html

<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>

ANEXOS

**ANEXO I – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “A VINGANÇA DA
NATUREZA”**

EXCLUSIVO
JADER FOI SÓCIO DE
FRAUDADOR DA SUDAM

Edição ABRIL - edição 1 696
 ano 34 - n° 35 - R\$ 4,50
 18 de abril de 2001

veja

www.veja.com.br

**A VINGANÇA
 DA NATUREZA**

O efeito estufa já derrete as geleiras

Um bilhão de habitantes da Terra não têm água potável
 e dois terços das florestas foram destruídos

Os métodos artificiais de criação de vacas e ovelhas geraram
 monstros genéticos e a doença da vaca louca

0 1 4 5 6 6
 7 7 0 1 6 6 - 7 1 2 0 0 4
 2 2 1 2 - 0 0 1 0 1 1 8 0 1

Síntese da reportagem “A vingança da Natureza” de 18/04/2001

Nesta edição, o foco de discussão se dá pelo retorno da natureza está nos homens, devido aos excessos cometidos numa escala micro e macro pela espécie humana, como o derretimento das geleiras, secas, surgimento de doenças e aquecimento global. A degradação da natureza está em níveis, que se perpetuam na extinção de centenas de espécies de peixes comestíveis e na poluição de 30 bilhões de toneladas de lixo, que afetam diretamente os recursos híbridos. Além disso, aceleram a extinção de animais devido à presença dos seres humanos em seus habitats e o acúmulo de gases poluentes liberados pela queima de combustíveis, que ocasionam no aquecimento do Planeta e também no derretimento das geleiras.

Essas inúmeras devastações sofridas pela natureza estão sendo sentidas no presente pelo homem, como afirma a reportagem. A resposta da natureza não é uma previsão para o futuro, mas um fato pertencente ao presente com vistas a piorar no futuro. Os efeitos resultantes da ação do homem podem ser reduzidos com a diminuição dos gases poluentes, interferindo diretamente no aquecimento global e no derretimento das geleiras, permitindo que o homem a esperança de salvação do Planeta.

Outra reação da natureza à interferência humana resulta do surto de vaca louca, principalmente na Europa. Transmitido por uma proteína modificada do tecido cerebral dos bovinos, o surgimento desta doença se dá pelo fato de que, pela voracidade de produzir carne juntamente com o uso de rações que contêm sangue e carne de outros animais, se produziu modificações genéticas que tornam animais herbívoros, como as vacas, em carnívoros. Unido a isto, o uso de clonagens, das quais resultam animais defeituosos, os experimentos e cruzas de raças de animais domésticos, que já nascem com pré-disposições para diversas anomalias, são exemplos da interferência do homem ao ciclo natural da natureza. Este cenário de modificações genéticas reflete no consumidor, que já se preocupa com o alimento que consome. O aumento pela procura de alimentos orgânicos cresceu drasticamente. A reportagem defende a “Revolução Verde” e poderá resolver os problemas que surgiram com a exploração exacerbada do homem, surgindo novas alternativas de criação de animais, que resultarão em alimentos mais saudáveis para os seres humanos, fato que já ocorre no meio agrícola desde a década de 60.

**ANEXO II – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “O PLANETA
PEDE SOCORRO”**



Síntese da reportagem “O Planeta pede Socorro” de 21 de agosto de 2002

A ECO-92 trouxe inúmeros problemas presentes em diferentes momentos da sociedade. A reportagem informa que poucas soluções foram pensadas. O aquecimento global e os gases poluentes lançados à camada de ozônio, já no ano de 1992, estavam presentes e, ainda nos dias atuais, continuam aumentando e movendo cada vez mais pesquisas e modos de comportamentos humanos. Nos anos 90, o desenvolvimento econômico caminhou na contramão da preservação ambiental. Mesmo com a intensificação dos movimentos ecológicos, a devastação do planeta só aumentou. A exploração dos recursos naturais, o aumento do consumo de alimentos, a emissão de gases poluentes que resultam no efeito estufa e, conseqüentemente, no aquecimento global, são realidades cada vez mais alarmantes no planeta, que, nós, seres humanos, não damos conta de reverter, conforme alerta a reportagem. Os recursos naturais de água doce estão sendo devastados pela poluição e pelo seu uso descontrolado, o que influencia na agricultura e nos recursos de água potável, que já são poucos. Além disso, a pesca comercial depredatória continua a devastar os mares e rios em prol do aumento da produtividade.

**ANEXO III – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “AMAZÔNIA À
VENDA”**



Síntese da reportagem “Amazônia à venda” de 08 de junho de 2005

A corrupção no Brasil está entranhada em diversas esferas da sociedade. Há muito não nos sentimos confortáveis para confiar nas falas e atitudes de alguém. No cenário político brasileiro, as denúncias e escândalos de corrupção evidenciam a lógica do “cada um por si e ninguém por todos” e, conforme a reportagem apresentada, percebe-se que a Floresta Amazônica também sofre com a corrupção. A corrupção embrenhada nas madeiras que, através de propinas, desmatou cerca de 2 milhões de metros cúbicos de madeira. Em maio de 2005, a Polícia Federal acabou com um esquema de corrupção que afetava diretamente a Floresta Amazônica, como madeiras fantasmas, atestados de autorização do IBAMA vendidos pelo preço de R\$ 2000,00, dando liberdade para seus donos transportarem a quantidade desejada de qualquer tipo de madeira.

O chefe do IBAMA, Hugo Werle, ligado ao Partido dos Trabalhadores, foi preso nesta operação por receber propina das madeiras que desmatavam a floresta a níveis tão críticos que o estado de Mato Grosso foi responsável por, aproximadamente, metade da devastação na Amazônia nos anos de 2003 e 2004. O trabalho da Polícia Federal, sem distinção aos partidos que estão no governo, atua fortemente contra a corrupção. Segundo a reportagem, talvez esteja aí nossa saída para a situação alarmante. Neste viés, podemos seguir o exemplo da Nova Zelândia, onde a polícia combateu fortemente a corrupção, chegando ao nível do país da Oceania, que se tornou um dos líderes mundiais da honestidade. “Da Floresta ao Deserto” foi com esta frase que a reportagem apresentou a situação da Amazônia. O texto alerta, ainda, que 4% de sua área total já não serve, literalmente, para nada, pois, só nos anos em que a corrupção arrebatou as contas bancárias dos políticos petistas, cerca de 26.140 Km² simplesmente desapareceram. O descuido do país com a Floresta pasma outros países que a veem sendo dizimada por falta de políticas claras e de policiamento que dê conta da fiscalização. Se continuarmos neste ritmo desenfreado de cobiça, chegaremos aos tristes níveis da Indonésia, que possui cerca de 70% de sua vegetação devastada. O crescimento não precisa estar atrelado à devastação. Podemos, como sugere a reportagem, conciliar o equilíbrio econômico ao equilíbrio ecológico, buscando outras fontes de renda que, também, estejam em alta no mercado econômico e que deixem a Amazônia respirar!

**ANEXO IV – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “A TERRA NO
LIMITE”**

REPORTAGEM ESPECIAL

Edição ABRIL
edição 1 926 - ano 38 - nº 41
12 de outubro de 2005

Abril

veja

www.veja.com.br

A TERRA NO LIMITE

- Já estamos arrancando do planeta mais do que ele pode dar
- O contra-ataque da natureza: novos vírus e epidemias
- O ciclo vital da Floresta Amazônica começa a se romper

OS NEGÓCIOS DE VAVÁ Irmão de Lula faz lobby na Petrobras, na Caixa e até no Planalto

ISSN 0034-7160
015265
020-7761603-712068

Síntese da reportagem “A terra no limite” de 12 de outubro de 2005

Nesta reportagem especial, a revista traça um panorama das atitudes do homem que ocasionarão, no futuro, sua própria extinção. Frisa-se que, em gerações passadas, ele se preocupava mais com um futuro distante, enquanto que a geração de 2005 parece estar mais próxima de sua extinção. A reportagem afirma que sofreremos a “sexta extinção em massa” (p.86) por conta das próprias atitudes dos homens, ao explorar em demasia os recursos naturais, ocasionando o aumento da temperatura, a extinção de algumas espécies, a ausência em muitas regiões de água potável, o aumento da poluição e o consumo de energia elétrica. Com embasamento científico em Edward O. Wilson, o texto anuncia a autodestruição da humanidade e, em Paul Crutzen, discute a dominação do homem, desde o século XVIII, com a Revolução Industrial e o quanto isto vem modificando, fortemente, as características do planeta. Tais teóricos fundamentam a ideia de extinção da espécie humana. A reportagem apresenta os dados que revelam a má distribuição da água própria para o consumo humano, pois só é possível aproveitar 1% dos 70% de água presente no planeta, seja para indústrias ou cuidados pessoais como a alimentação e higiene. Desta maneira, há a necessidade de conduzir a população para que esses recursos sejam distribuídos de maneira adequada.

**ANEXO V – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “OS SINAIS DO
APOCALIPSE”**



Síntese da reportagem “Os Sinais do Apocalipse” de 21 de junho de 2006

Na década de 60, emergiu o início de uma conscientização ecológica, que moveria o Estado a fim de regulamentar as leis voltadas para a preservação ambiental. É neste viés que a reportagem inicia sua discussão, pois 50 anos mais tarde estaríamos ainda alarmados com o perigo eminente de destruição do planeta com o aquecimento global, visto como uma catástrofe apocalíptica já que a humanidade, aos poucos, vai sentido as consequências deste fenômeno com enchentes, furacões, secas e incêndios florestais.

Desde 1979, os cientistas buscam alternativas e explicações para o movimento catastrófico do aquecimento global. Porém, não há dúvidas entre eles de que este fenômeno afetará cada vez mais o planeta Terra, pois suas soluções e consequências ainda são motivos de discussões e embates teóricos. Entretanto, a reportagem apresenta um cenário de vida em que a fúria da natureza deverá ser encarada como um fator do cotidiano. Muitos científicos acreditam que já se iniciou o *tipping point*, ou seja, já ultrapassamos os limites suportados pelo planeta e não há como retornar ou modificar o caminho pelo qual surgirão cada vez mais catástrofes ambientais.

A reportagem destaca que discorda desta postura por entender que mesmo diante desta realidade assustadora, não há justificativas para a inércia. Alternativas de energia sustentáveis, diminuição da liberação dos gases causadores do efeito estufa e a utilização de combustíveis menos agressivos ao planeta são alternativas que, em massa, podem reduzir os impactos causados ao ambiente.

**ANEXO VI – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “ALERTA
GLOBAL”**



RETROSPECTIVA 2006
O ANO DOS "APAGÕES"
DEIXA LIÇÕES E
NENHUMA SAUDADE

PERSPECTIVA 2007

10 LIVROS, IDÉIAS, INOVAÇÕES E
AVANÇOS DA MEDICINA PARA
ESTE ANO E OS PRÓXIMOS



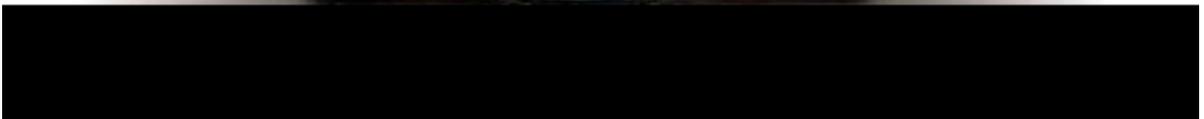
Edição ABRIL
edição 1989 - ano 39 - nº 52
30 de dezembro de 2006

veja

www.veja.com.br



EXEMPLAR DE
ASSINANTE
VENDA PROIBIDA



Síntese da reportagem Alerta Global de 30 de dezembro de 2006

Os efeitos do aquecimento global afetam a todos os seres vivos: os ursos polares com o derretimento das geleiras, a biodiversidade marinha com o aumento da acidez dos oceanos, os seres humanos com o aumento da temperatura, com enchentes, secas, furacões e terremotos. E, é neste cenário alarmante, que a ciência constata que a ação individual dos países não resolverá a questão do aquecimento global, pois, para haver algum saldo positivo para o planeta, a ação deve ser única em todas as nações.

Nesta perspectiva, a reportagem seleciona sete soluções pensadas nas universidades. O primeiro projeto almeja a substituição de 300 usinas termelétricas por usinas nucleares, que, apesar de produzir toneladas de lixo radioativo, ainda descartadas inadequadamente, produzem energia com menos danos à natureza. A própria reportagem admite que estes projetos são ambiciosos, todavia nos lembra que, para um “megaproblema” como o efeito estufa, são necessárias “megassoluções”. O segundo projeto propõe que o principal gás responsável pelo efeito estufa, dióxido de carbono, seja armazenado em reservas de petróleo e de gás natural, já esgotado a fim de diminuir drasticamente os níveis presentes na atmosfera. Assim como os projetos anteriores, os demais projetos estão preocupados em buscar alternativas que diminuam as consequências do efeito estufa, seja com trilhões de pequenos discos ou um grande escudo em órbita. Todos estes planos são ousados e caros, todavia podem ser a única alternativa viável para reverter a situação na qual o planeta se encontra.

**ANEXO VII – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “O ALERTA DOS
PÓLOS”**



PILOTOS EM PÂNICO
 "Voar no Brasil ficou mais perigoso do que na África"



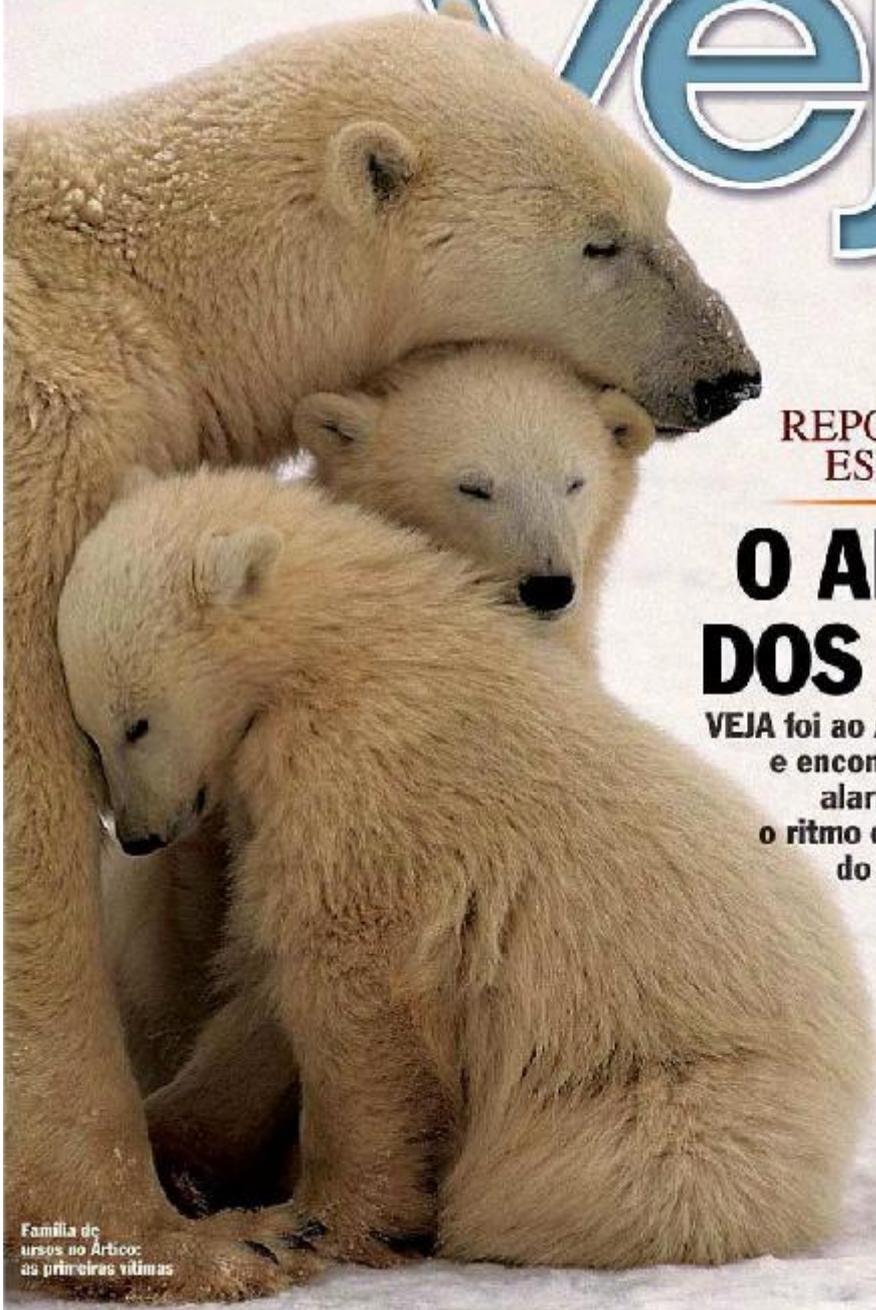
AS DONAS DA VOZ
 Por que as mulheres dominam a música brasileira



Edição ABRIL
 edição 2033 - ano 40 - nº 14
 11 de abril de 2007

Veja

www.veja.com.br



REPORTAGEM ESPECIAL

O ALERTA DOS PÓLOS

VEJA foi ao Ártico e à Antártica e encontrou cientistas alarmados com o ritmo do derretimento do gelo polar

Família de ursos no Ártico: as primeiras vítimas

EXEMPLAR DE ASSINANTE VENDA PROIBIDA

Síntese da reportagem “O Alerta dos Pólos” de 11 de abril de 2007

Nesta reportagem, o efeito estufa é observado a partir das regiões do Ártico e da Antártica, por serem considerados locais que mais demonstram os efeitos do aquecimento global. Geleiras derretendo e temperaturas elevadas são fatores que colocam em risco a biodiversidade daquele ecossistema. Por serem regiões de baixas temperaturas, os polos mantêm em equilíbrio a temperatura do planeta, ao refletir a luz solar com mais intensidade, devido às suas superfícies predominantemente brancas. Neste sentido, o efeito estufa atinge fortemente os polos que, por sua vez, atingem todo o restante do planeta. Seja pelo desequilíbrio climático ou pelo aumento de água doce nos oceanos pelo derretimento das geleiras, os polos nos explicam muitas das mudanças ambientais atuais, dando indícios claros do futuro global em que furacões, tempestades e chuvas serão cotidianamente presentes.

**ANEXO VIII – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “A SEGUNDA
TERRA”**

Por que o Homem-Aranha fascina tanto

Como a Toyota se tornou a nº 1 dos automóveis

Da cadeia, o líder do PCC ordena mortes

Edição ABRIL
edição 2006 - ano 40 - nº 17
2 de maio de 2007

www.veja.com.br

veja

A SEGUNDA TERRA

A descoberta de um planeta irmão do nosso é o maior passo da humanidade na busca de vida extraterrestre

Abri

Síntese da reportagem “A Segunda Terra” de 02/05/2007

A reportagem fala sobre a existência do planeta GL581c, que é considerado um grande passo para a descoberta da vida terrestre, já que possui condições de temperatura, massa e gravidade que assemelham-se às da Terra. O planeta foi apelidado de “Superterra”, por ter seu diâmetro 1,5 vezes maior do que o da Terra. Está localizado na constelação de Libra, e fora do sistema solar, cerca há de 20,5 anos-luz de distância da Terra. Dessa forma, a ideia de este ser, no futuro, uma alternativa de abrigo para a espécie humana ainda é remota, todavia cientistas europeus já advertiram que, por seu tamanho e massa, há grande probabilidade de haver água em estado líquido no GL581c. Em entrevista, o astrônomo Andy Cheng, do Projeto New Horizons, afirma que já estão sendo estudadas alternativas de impulsionar naves com velocidades próximas à da luz. A questão é que, mesmo que ainda não se consiga chegar ao GL581c, estas naves trarão novas possibilidades de exploração da galáxia. A descoberta do GL581c traz à tona a inquietação inata do ser humano em desvendar o mistério de descobrir se existe vida inteligente fora da Terra. A questão permeia além da descoberta de outras espécies, mas da forma inteligente já que, dificilmente, poderíamos explicar a mutação de uma única espécie em meio a milhões que vivem ou já viveram na Terra, que possibilitou o desenvolvimento do cérebro humano, afirma o neodarwinista Ernst Mayr.

**ANEXO IX – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “SALVAR A
TERRA”**



"COMPLEXO DE EVITA"
Argentinos vão entregar
o poder a outra mulher

CPI DO APAGÃO AÉREO
Rombo de 500 milhões
de reais na Infraero

GAMES
Por que os grandes
criadores valem ouro



Editora ABRIL
edição 2031 - ano 40 - nº 42
24 de outubro de 2007

veja

www.veja.com.br

SALVAR A TERRA

COMO ESSA IDÉIA TRIUNFOU

- Militância ecológica: dos "verdes" aos radicais do "planeta sem gente"
- O que pensam os poucos (e honestos) cientistas céticos



Consciência
ambiental

Camiseta
de fibra
reciclada

Sacola
de fibra
natural

Filho
único

Fralda
de pano

Alimentos
orgânicos

Canal
(para evitar
garrafas PET)

Calça de
algodão
orgânico
feita a mão

Bicicleta
(zero de CO₂)

Sandálias
com sola
de pneu
reciclado

RE R\$ 4,00
EXEMPLAR DE
ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

Síntese da reportagem “Salvar a Terra” de 24 de outubro de 2007

Tendo por tema central o aquecimento global, a reportagem apresenta duas correntes de ambientalistas que divergem sobre o futuro do planeta. Terá ou não salvação? Esta interrogação torna-se a base para a elaboração de quatro questões que apresentam ideias divergentes entre os ambientalistas denominados de Céticos e Ortodoxos, sendo estes seguidores do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC). A primeira refere-se à culpabilização ou não do seres humanos no aquecimento global. Há ambientalistas que acreditam que a emissão de dióxido de carbono e outros gases resultantes de combustíveis fósseis são a principal causa do aquecimento global, desde a era Industrial os índices de emissão desses gases só aumentaram. Por outro lado, um grupo de ambientalistas acredita que a ação do homem sob o aquecimento global não é a única causa que justifica o aquecimento, pois defendem a ideia de que, antes mesmo da Era Industrial, já foram constatados outros períodos de aquecimento sem que fossem determinadas as suas causas.

A segunda questão diz respeito à possibilidade de amenizar os efeitos do aquecimento global e as possíveis intervenções. Os ambientalistas da IPCC afirmam que reduzindo as emissões de gases, como dióxido de carbono e a utilização de energias menos agressivas ao ambiente, podem abrandar o aquecimento global. Em oposição, há a ideia de que não é possível reverter os danos atuais, pois deve-se buscar alternativas mais baratas de energia a fim de diminuir nossa dependência do Petróleo. O terceiro e quarto embate focalizam-se nos efeitos do aquecimento da terra para a humanidade. Os céticos acreditam que estes só serão de fato sentidos num prazo de 50 a 100 anos, visto que não influenciarão de maneira determinante na espécie humana, pois ela pode, perfeitamente, adaptar-se às mudanças climáticas. O IPCC afirma que os efeitos já são sentidos pelo homem e que sua tendência é culminar, cada vez mais, em catástrofes naturais. A reportagem afirma que não há como encontrar as respostas para estas divergências, todavia as mazelas pelas quais os seres vivos atravessam em decorrência das mudanças no meio ambiente e, também em função do aquecimento global reorganizam modos de alimentação e vestuário, por exemplo. Estas ações voltadas ao cuidado com o planeta estão disseminando-se como se, individualmente, cada pessoa amenizasse sua culpa. Esta “doutrina” como afirma a revista, no meio político à questão do aquecimento global, tem se tornado um dogmatismo, o que o desvia do seu campo real, o científico.

**ANEXO X – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “ESPECIAL
AMAZÔNIA”**

CPI DOS CARTÕES O dossiê para intimidar a oposição

 Edição ABRIL
edição 2063 - ano 41 - nº 12
26 de março de 2008
www.veja.com.br

veja

ESPECIAL AMAZÔNIA



EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA
R\$ 8,40

A VERDADE SOBRE AS QUEIMADAS E O RITMO DO DESMATAMENTO | **POR QUE A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA NÃO PRECISA SER CRIMINOSA**

Síntese da reportagem “Especial Amazônia” de 26 de março de 2008

O avanço da agropecuária no município de São Félix do Xingu movimentou o comércio da cidade. Devido à sua principal atividade econômica, os territórios em que os 60.000 moradores fixam residência tornam a cidade a segunda maior área do Brasil, que reflete no desmatamento desenfreado da Floresta Amazônica, colocando a cidade em primeiro lugar nacional. A reportagem ainda questiona a ausência do IBAMA no local, o que ocasiona no desenfreado movimento de desmatar para construir ou para cercar o gado. Sem fiscalização, os moradores tomam posse de terras sem o regulamento dos cartórios. Os agropecuários que tentam regularizar seus negócios acabam deparando-se com uma burocracia e, o pior, com a ausência de políticas que fiscalizem e regularizem as propriedades, os desmatamentos e as empresas que ali fixam-se.

**ANEXO XI – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “O FIM DO
MUNDO”**

DILMA 2010
Como Lula fez em 2002, ela também vai se reinventar

MERCOSUL
O novo sócio destruiu a economia venezuelana

CIVILIDADE
10 regras para segurar o monstro interior

Edição ABRIL
edição 2137 - ano 42 - nº 44
4 de novembro de 2009

veja

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VFNBH PROIBIDA
R\$ 3,90

O FIM DO MUNDO

- Por que o apocalipse assombra as pessoas em pleno século XXI
- 2012, o filme sobre o calendário maia que reaviva esse temor

www.veja.com

Síntese da reportagem “O Fim do Mundo” de 04 de novembro de 2009

A reportagem fala, que o homem antes mesmo da ciência exploratória, já buscava compreender a natureza, tentando desvendar seus enigmas. A ideia do apocalipse, tanto entre os que acreditam quanto entre os que se divertem com a esta previsão, gera dúvidas quanto a possibilidade da Terra ter seu fim em 2012. A insuficiência do homem em lidar com a arbitrariedade da natureza gera a busca por previsões que deem conta de explicar sua existência, assim como a necessidade de controlar os meios naturais. Sabe-se que todas as previsões que há séculos datam o fim do mundo não foram previsões corretas, afinal, ainda estamos aqui. O apocalipse previsto para o ano de 2012 continua a demonstrar nossa fragilidade em lidar com a casualidade.

**ANEXO XII – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “ESTAMOS
DEVORANDO O PLANETA”**

ENTREVISTA
Como o fundador da Wikipédia espera superar a *Britannica*

CINEMA
Avatar, a revolução 3D do diretor de *Titanic*

CAOS AÉREO
O pesadelo pode voltar no Natal

Editora ABRIL
edição 2143 - ano 42 - nº 50
16 de dezembro de 2009

veja
www.veja.com

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

ESTAMOS DEVORANDO O PLANETA

Água, carne, peixe: o mundo já consome mais do que a Terra pode oferecer

- Copenhague: o suspense pelo acordo
- A esperança na nova Revolução Verde

Síntese da reportagem “Estamos devorando o planeta” de 16 de dezembro de 2009

A reportagem inicia demonstrando, através de gráficos, o aumento da população em 2% ao ano. Os avanços da humanidade, na área médica, com o surgimento das vacinas, penicilina, bem como de exames como a mamografia e quimioterapia, demonstram um aumento significativo da população, bem como da expectativa de vida dos indivíduos, o que reflete diretamente no aumento do consumo de alimentos e recursos naturais.

Em Copenhague, 192 países se reuniram para discutir como ponto principal as questões envoltas do aquecimento global. A reportagem adverte para a relação existente entre o aumento populacional e o aquecimento global. Porém, destaca que o aumento populacional só é um fator importante para o aquecimento global devido a má conduta dos seres humanos. O texto aposta em dois caminhos articulados entre si. Primeiramente, apresenta a boa conduta dos indivíduos em relação à redução das emissões de gases poluentes, consumindo e utilizando produtos que não agredem ao meio ambiente, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. A segunda proposta consiste na Revolução Verde. Esta baseia-se na utilização de recursos tecnológicos e infraestruturas, que possibilitam a produção agrícola mais eficiente e menos agressiva ao meio ambiente. Segundo a reportagem, estas medidas interligam agricultor e natureza de maneira amigável, diferentemente do Código Florestal brasileiro, que, cada vez mais, pune o agricultor, sem lhe dar apoio para continuar sua produção, que é de suma importância para o equilíbrio entre o aumento da população e o consumo de alimentos.

**ANEXO XIII – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “POR QUE
CHOVE TANTO?”**

DEPRESSÃO
Novos estudos põem em dúvida a eficácia dos remédios

BELEZA
A descoberta de um prêmio Nobel abriu caminho para a segunda revolução dos cremes

Edição ABRIL
edição 2151 - ano 43 - nº 6
18 de fevereiro de 2010

veja
www.veja.com

EXEMPLAR DE
ASSINANTE
VENDA PROIBIDA
R\$ 5,90

**POR QUE
CHOVE TANTO**
Uma rara combinação de fatores atmosféricos é a causa do dilúvio que há mais de 40 dias castiga o Sul e o Sudeste do Brasil

EPICENTRO São Paulo sob as chuvas mais fortes dos últimos 63 anos

ENERGIA Linhas encharcadas são ameaça de blecautes

RAIOS O Brasil é o país mais atingido do mundo

Síntese da reportagem “Por que chove tanto?” de 10 de fevereiro de 2010

Os efeitos catastróficos que atingiram São Paulo são o reflexo do país que, em média, tem 57 milhões de raios por ano. Nos últimos dez anos, 1321 pessoas foram mortas no Brasil por conta dos raios. As mortes ocorrem em situações diversas. Em casas de chão de terra batida, a eletricidade se propagou pelo solo, atingindo as pessoas, em residências com piso também são registrados casos em que a eletricidade invade as residências, através dos equipamentos com televisão, geladeira, lâmpadas, entre outros. Em apartamentos, que, em sua maioria, possuem para raios, não há registros de óbitos ligados aos raios. Com a realidade de um país que possui maior quantidade de raios, o mais seguro é ficar longe de campos abertos, desligar os aparelhos das tomadas e, se, por ventura, encontrar-se na rua, o mais recomendado é entrar no veículo, pois, por mais que o raio atinja-o, a eletricidade fica concentrada na lataria, foi o que disse o físico Michael Faraday, no século XIX, quando criou a teoria que hoje chamamos de Efeito Faraday.

**ANEXO XIV – CAPA E SÍNTESE DA REPORTAGEM “RIO+20 –
VERDADES INCONVENIENTES”**

ESPECIAL ■ 31 páginas

veja

Edição 08111
edição 2274 - ano 45 - nº 25
20 de junho de 2012

Abril

EXEMPLAR DE
P. ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

www.veja.com

Rio+20
As reais questões ambientais que afetam as pessoas aqui e agora foram esquecidas

VERDADES INCONVENIENTES

Síntese da reportagem “Rio+20 – verdades inconvenientes” de 20 de junho de 2012

A Rio+20 reuniu na cidade do Rio de Janeiro cerca de 190 países e os índios brasileiros e de fora, para discutir alternativas de conciliar desenvolvimento e equilíbrio ecológico. Assim, como na Eco 92, países ricos emergentes e pobres divergiam nas discussões, pois os altos valores deste equilíbrio entre economia e ecologia devem ser pagos por alguém. A economia verde vem atrelada a três propostas pensadas no ideário de modificar, ao longo do tempo, o desenvolvimento que devasta em um voltado para o cuidado com o planeta. Entre as propostas, estão a criação de metas que reúnem um conjunto de objetivos e prazos para esta transformação econômica, a preocupação em avaliar os investimentos direcionados para a educação, o bem-estar e para o nível de sustentabilidade na produção. Por fim, para que estas duas propostas de fato aconteçam, necessita-se de um órgão avaliador, que alguns defendem que deve ser desvinculado da ONU e outros acreditam no fortalecimento desta. No chamado esboço zero, rascunho do documento final produzido pela Rio+20, com quase 6000 páginas, apenas duas vezes a população é citada, como se estivesse alheia aos problemas ambientais.

Segundo a reportagem, esse tabu precisa ser enfrentado, afinal são íntimos os laços entre o tríade população-desenvolvimento-ambiente. A relação entre homem e natureza, conforme afirmam os conservacionistas, já está tão difundida que a ideia romântica de natureza intocada já não se torna viável. Neste cenário difuso à conservação se dará a partir da compra de lugares ameaçados pelo desenvolvimento humano, a fim de criar parques, reservas e hotéis ecoturistas. Estes movimentos são contraditórios quando prometem articular homem e natureza e expulsam populações indígenas por compreenderem que as populações locais não são capazes de cuidar de suas terras. De acordo com o texto, enquanto o conservacionismo continuar a focar na criação de parques e reservas como alternativas sustentáveis, o movimento conservacionista acaba colocando homem e natureza em posições opostas. A alternativa proposta pelo líder dos suruí-paíteres, Almir Narayamoga Suruí, é um projeto intitulado de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal – Redd – que caracteriza-se por um recurso financeiro, criado com o objetivo de remunerar financeiramente iniciativas que reduzam as emissões de carbono das indústrias, termelétricas, carros e desmatamentos. Segundo a reportagem, este projeto articula os meios tecnológicos humanos à preservação ambiental.